

# **IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA**

**PROJETO “A Política Nacional de Desenvolvimento Regional –  
Diagnóstico da situação recente”.**

**Chamada Pública nº 049/2016 E 050/2016**

Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional – PNPD do Programa  
de Mobilização da Competência Nacional para Estudos sobre o Desenvolvimento -  
PROMOB

**RELATÓRIO II - Aspectos da evolução regional do mercado de trabalho no Brasil  
(2000-2014)**

**Brasília, Agosto de 2017.**

# **IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA**

**PROJETO “A Política Nacional de Desenvolvimento Regional –  
Diagnóstico da situação recente”.**

**Chamada Pública nº 049/2016 E 050/2016**

Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional – PNPD do Programa de Mobilização da Competência Nacional para Estudos sobre o Desenvolvimento - PROMOB

**RELATÓRIO II - Aspectos da evolução regional do mercado de trabalho no Brasil  
(2000-2014)**

**Brasília, Agosto de 2017.**

## ASPECTOS DA EVOLUÇÃO REGIONAL DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL (2000-2014)

**Prof. Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota** (Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centros de Estudos do Desenvolvimento Econômico CEDE. Pesquisador visitante do IPEA. E-mail: [fcmacedo@unicamp.br](mailto:fcmacedo@unicamp.br))

**Leonardo Rodrigues Porto** (Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp. Doutorando pesquisador do Centro de Estudo do Desenvolvimento Econômico – CEDE. Assistente de Pesquisa III – IPEA. E-mail: [lurdporto@gmail.com](mailto:lurdporto@gmail.com))

### APRESENTAÇÃO

Como parte integrante do projeto “**A Política Nacional de Desenvolvimento Regional – Diagnóstico da situação recente**”, este relatório tem como objetivo analisar a evolução do emprego no país, entre 200 e 2014. O presente trabalho trata da situação atual e evolução do emprego no Brasil, a partir de uma visão regional e multiescalar, conforme um dos princípios basilares da PNDR. Busca-se analisar o desempenho do mercado de trabalho em diferentes recortes espaciais, como as macrorregiões e por hierarquia urbana, além de uma análise setorial especializada. Não obstante, a ênfase principal recaiu sobre a análise em nível das microrregiões brasileiras, com atenção especial à Tipologia Sub-regional da PNDR cuja atualização de seus parâmetros foi realizado no RELATÓRIO I deste projeto.

Este relatório encontra-se dividido em três partes, além desta breve apresentação e da Introdução. Na parte 2 é feita uma análise do movimento macroeconômico e regional da economia brasileira, entre 2000 e 2014, identificando, na medida do possível seus rebatimentos sobre mercado de trabalho. Na terceira e quarta partes analisa-se o mercado de trabalho, em diferentes níveis escalares. Na terceira, traça-se um quadro dos indicadores do mercado de trabalho para as microrregiões brasileiras com base nos censos demográficos do IBGE e abrange, principalmente, os anos de 2000 e 2010. Toma como referência as tipologias microrregionais da PNDR. Na quarta, e última parte, é feita uma análise da evolução do emprego formal no Brasil, entre 2002 e 2014. A análise é feita para macrorregiões, microrregiões (inclusive por tipologia da PNDR) e, eventualmente, por nível hierárquico da rede urbana e a base de dados analisado é a dos registros da RAIS/MTE.

## 1. INTRODUÇÃO

A dinâmica regional brasileira tem sido influenciada por diversos fatores neste século XXI que não se relacionam às políticas explícitas de desenvolvimento territorial, em particular a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, conforme apresentado no RELATÓRIO 1 desta pesquisa<sup>1</sup>. Dentre esses fatores, cabe destacar quatro que estão diretamente relacionados aos objetivos deste texto: ①) ampliação dos postos de trabalho e queda do desemprego; ②) aumento da formalização do mercado de trabalho no Brasil; ③) ampliação do poder de compra da força de trabalho formalizada; ④) aumento real do salário mínimo. Todos, macroeconomicamente, tiveram importância para a retomada do crescimento da economia brasileira, em alguns períodos deste século, revertendo o quadro de baixo desempenho nas duas décadas anteriores e de desestruturação do mercado de trabalho verificada particularmente na década de 1990. Nesta, a orientação neoliberal impôs uma reestruturação produtiva e econômica que afetou flagrantemente as condições de trabalho, especialmente pelo aumento da flexibilização associada às terceirizações que se avolumaram no bojo da reestruturação produtiva, do aumento da concorrência externa pela abertura indiscriminada e não planejada da economia brasileira e do processo de privatizações<sup>2</sup>.

Não por acaso, durante aquela década, as taxas de desemprego apresentaram tendência ascendente, especialmente após a implementação do Plano Real (1993-1994) e das reformas que o seguiram<sup>3</sup>, embora ele tenha conseguido sucesso em controlar a espiral inflacionária, o que foi importante para a recuperação do poder de compra das famílias, especialmente com o reaquecimento do mercado de trabalho na década seguinte. Nos anos 1990, houve aumento na informalidade que passou de 51,4% em 1995 para 53,5% em 2001, segundo dados derivados de Krein e Manzano (2014). Apenas a partir de 2003, como se destacará adiante, esta tendência se reverteu em decorrência de um quadro favorável que se verificou na economia brasileira desde então até o ano de 2008.

---

<sup>1</sup> No relatório 1, são apresentados os principais determinantes da dinâmica regional brasileira neste século que impactaram mais positivamente as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste: as políticas de transferência de renda; a política de interiorização das instituições de ensino superior; o aumento do emprego, da renda e do crédito ao consumidor; o aumento da formalização do emprego; a política de valorização do salário mínimo; o aumento dos fundos públicos, especialmente os Fundos Constitucionais de Financiamento; a retomada dos investimentos públicos; avanço da extrativa mineral e do agronegócio; base de recursos naturais e disponibilidade de terras fora do core industrial brasileiro; o "efeito China"; e a guerra fiscal.

<sup>2</sup> "A maneira como o sistema empresarial adaptou-se à abertura da economia reduziu fortemente o emprego formal. Todo o acréscimo de pessoas ocupadas ocorreu em outras posições na ocupação, diferentemente do emprego celetista e estatutário – contratos segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Estatuto do Servidor Público. O emprego formal em 1999 foi menor que em 1989" (BALTAR, 2015, p. 21)

<sup>3</sup> As taxas de desemprego no Brasil começam a cair a partir de 2004. Entre 1992 e 2003 essas taxas foram de: 7,2% (1992); 6,8% (1993); 6,7% (1995); 7,6% (1996); 8,5% (1997); 9,7% (1998); 10,4% (1999); 10,1% (2001); 9,9% (2002); 10,5% (2003).

Como se apresentará neste relatório, os quatro fatores mencionados anteriormente, ao lado de outras políticas como a de ampliação do crédito e do aumento do investimento público e privado, além do barateamento dos bens industriais pelo aumento das importações, foram importantes para a retomada do crescimento do mercado interno, sobretudo pelo aumento do consumo das famílias, com particular destaque para as de baixa renda, e de sua influência na composição da demanda agregada que cresceu, a partir de 2006, acima do PIB brasileiro (AMITRANO, 2006). Naquele cenário observou-se crescimento na participação da renda do trabalho na renda nacional razão pela qual Baltar, Souen e Campos (2017) consideram o período entre 2004 e 2013 como de "crescimento com inclusão social". Bielschowsky, na mesma linha destes autores, aponta o período como de "crescimento com redistribuição de renda pela via do consumo de massa" (BIELSCHOWSKY, 2012).

A análise agregada empreendida na maioria dos estudos sobre o mercado de trabalho não possibilita, entretanto, compreender as especificidades espaciais desse movimento que apresenta características regionais próprias, sobretudo quando se desce às escalas menores. Por esta razão, o objetivo deste relatório é analisar a evolução do emprego no país, entre 2000 e 2014, segundo diferentes regionalizações, com particular ênfase para o comportamento das Microrregiões do IBGE – MRG. Procura-se enfatizar as especificidades da reativação do mercado de trabalho e seu impacto regional na geração de empregos, segundo as escalas espaciais priorizadas na PNDR e por setores de atividades mais expressivos nelas.

Para traçar este quadro geral da evolução do mercado de trabalho regional, especialmente o emprego formal a partir dos dados da RAIS/MTE, é feita na próxima seção uma breve caracterização do quadro macroeconômico do período e suas repercussões espaciais, especialmente no que se refere à evolução do produto e dos principais setores de atividade captados pelas contas regionais e pelo PIB municipal.

## **2. QUADRO GERAL DA ECONOMIA BRASILEIRA (2000-2014)**

### **2.1. O desempenho da economia brasileira no século XXI e sua dimensão espacial**

O mercado de trabalho no Brasil reverteu, a partir de 2003, a tendência de desestruturação observada na década anterior. O crescimento econômico puxado pelo aumento da demanda internacional de *commodities* e a elevação de seus preços, até a crise mundial de 2007, e as políticas anticíclicas praticadas a partir de então, mantiveram o crescimento da economia brasileira e a continuação do aquecimento do mercado de

trabalho que se beneficiou de ações explícitas promovidas pelo governo federal de estímulo à demanda agregada.

As condições macroeconômicas mais favoráveis na primeira década deste século, comparativamente aos anos 1990, possibilitaram ações do governo federal que sustentaram a trajetória de crescimento do mercado de trabalho mesmo após a crise mundial<sup>4</sup>, ainda que em ritmo menor após sua deflagração. A partir de 2014, no entanto, observa-se reversão destes indicadores.

Pela tabela 1, ficam claros os componentes que determinaram o crescimento da economia brasileira, entre 2003 e 2013: as exportações no período 2003/2008 e posteriormente, com a crise e a queda do preço das *commodities*, o consumo das famílias passa a ter destaque se beneficiado das ações dos bancos públicos para ampliação do crédito ao consumidor e pela sua maior capilaridade com abertura de novas agências e postos de atendimento<sup>5</sup>. Simultaneamente, observa-se, entre 2008 e 2013, crescimento maior da Formação Bruta de Capital Fixo - FBKF que teve forte componente do gasto público com obras de infraestrutura e investimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida - MCMV. A partir de 2014, observa-se retração do PIB; apenas as exportações, entre 2014 e 2016, tiveram desempenho positivo, ainda assim, muito abaixo do verificado até 2008.

**TABELA 1 – Brasil: Taxa média anual de crescimento da demanda agregada, por subperíodos selecionados (em %)**

Demanda	Períodos					
	1996-1999	1999-2003	2003-2008	2004-2008	2008-2013	2014-2016
PIB a preços de mercado	1,6	2,1	4,2	4,8	3,5	-2,3
Consumo das famílias	1,5	1,2	4,3	5,3	4,8	-2,0
Consumo do Governo	1,1	1,9	2,9	3,1	2,5	-0,3
FBKF	-0,1	-1,8	6,1	8,2	6,7	-9,5
Exportações	5,2	9,0	7,7	7,0	1,5	2,3
Importações	0,7	-3,5	11,7	14,4	9,3	-8,9

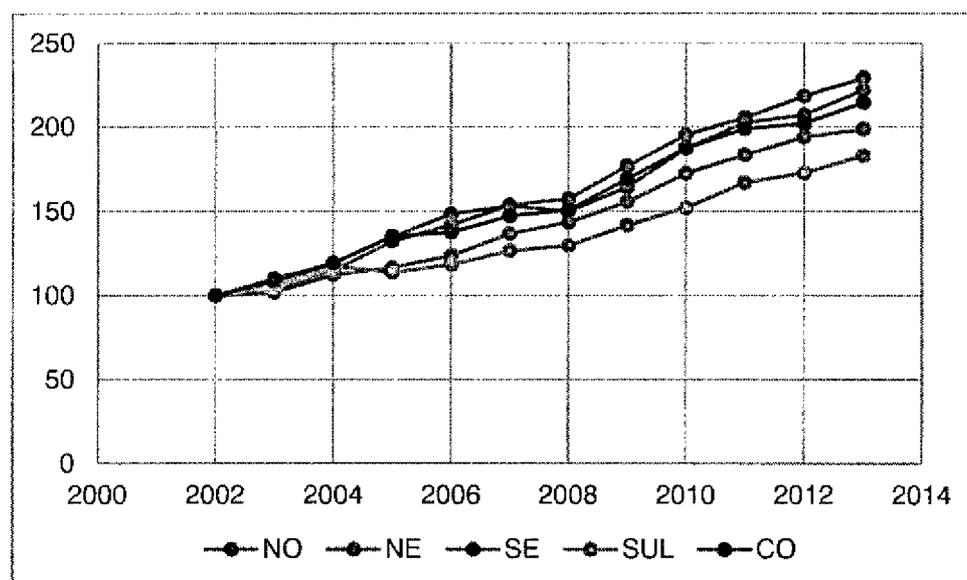
Fonte: SCN/IBGE. Elaboração dos autores.

<sup>4</sup> Conforme destacado por Baltar (2015), “dispondo de reservas internacionais e havendo pouca dívida pública externa e interna indexada à taxa nominal de câmbio, as contas do Estado não foram prejudicadas pela desvalorização do real provocada pela fuga de capital, e o governo teve recursos para reagir com eficácia para preservar a atividade da economia”(BALTAR, 2015, p. 8).

<sup>5</sup> A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil ampliaram sua capilaridade a partir de 2008. Em dezembro de 2007, esses bancos públicos representavam 33,2% das agências bancárias; em dezembro de 2014, essa participação subiu para 38,5%. Entre um e outro período, foram quase 3.000 novas agências. Também ampliaram-se os postos de atendimentos: esses bancos, agregadamente, passaram de 18,8 mil postos em dezembro de 2007 para 22,3 mil em dezembro de 2014, numa tendência inversa da observada no mercado que reduziu os postos de atendimento de 137,6 mil para 51 mil no mesmo período. Fonte: Bacen.

A renda média per capita no país cresceu no período pós-2003, com maior destaque para as regiões Nordeste e Centro-Oeste cujo desempenho se deu acima da média nacional (tabela 2), o que explica as taxas maiores de crescimento do consumo das famílias no agreado Brasil. O crescimento do consumo (tabela 1) e da renda média (tabela 2) ficaram muito acima do verificado para a década de 1980 (a da crise da dívida) e a de 1990 (a do ajuste neoliberal). A elevação da renda pós-2003 derivou do crescimento econômico, da formalização do emprego e das políticas de transferência de renda que, conjuntamente, possibilitaram, em consonância com a ampliação do crédito às famílias, elevação do consumo, com particular destaque para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste cujos crescimentos, medido pelo índice de venda no varejo (gráfico 1), a partir de 2002, foram maiores do que o verificado para as regiões Sudeste e Sul.

**GRÁFICO 1 - Índice de vendas no varejo, segundo macrorregiões (2002 = 100)**



Fonte: MACEDO; PIRES; SAMPAIO (2015).

**TABELA 2 – Brasil e regiões: taxa média de crescimento da renda média per capita domiciliar, diversos períodos (em %)**

Brasil e regiões	1979/1990	1990/2001	2001/2012	2003/2012
Região Norte	2,1	-2,3	2,3	4,2
Região Nordeste	1,1	1,6	4,7	6,4
Região Sudeste	-0,4	0,9	2,7	4,2
Região Sul	1,2	2,0	3,5	4,4
Região Centro-Oeste	-0,2	0,6	4,3	5,9
<b>Brasil</b>	<b>0,2</b>	<b>1,0</b>	<b>3,2</b>	<b>4,6</b>

Fonte: MACEDO; PIRES; SAMPAIO (2015).

Em relação à FBKF, os investimentos públicos com a implementação do PAC<sup>6</sup> tiveram importância não apenas macroeconômica como regional porque apresentaram caráter desconcentrador na medida em que as participações das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste na carteira de investimentos superam suas participações no PIB brasileiro, conforme destacado em Macedo, Pires e Sampaio (2015). As duas primeiras são regiões com piores indicadores sociais e todas três apresentam déficits infraestruturais. Portanto, esse direcionamento para elas representou não apenas uma ação positiva no sentido de diminuir as desigualdades regionais como também garantiu aderência ao modelo exportador do país centrado em *commodities*. Observa-se nas tabelas 3 e 4 que os investimentos em logística (PAC 1) e transportes (PAC 2) tiveram maior participação no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Estas duas últimas regiões foram as que apresentaram maior crescimento das exportações agroindustriais-minerais, de baixo valor agregado.

**Tabela 3 – PAC 1 (2007-2010): distribuição regional dos investimentos**

Região	Logística	Energética	Social e Urbana	Total
Norte	13,1	7,5	5,9	7,3
Nordeste	24,5	20	17,8	19,4
Sudeste	37,5	57,8	53,8	53,6
Sul	13,6	9	14,4	12,1
Centro-Oeste	11,3	5,7	8,2	7,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Balanço do PAC. Disponível em [www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br). Elaboração própria.

**Tabela 4 – PAC 2 (2011-2014): distribuição regional dos investimentos**

Região	Transporte	Energia	Cidade Melhor	Comunidade Cidadã	Minha Casa, Minha Vida	Água e luz para todos	Total
Norte	9,6	13,3	6,1	14,3	5,1	15,3	9,4
Nordeste	21,9	25,2	24,6	37,9	16,4	64,0	22,8
Sudeste	43,5	51,5	44,5	25,0	54,7	12,4	49,8
Sul	14,9	7,0	14,8	12,8	14,1	4,6	11,1
Centro-Oeste	10,1	3,0	10,0	10,0	9,6	3,6	6,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Balanço do PAC. Disponível em [www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br). Elaboração dos autores.

<sup>6</sup> Segundo o balanço apresentado na página oficial do PAC, o montante de investimentos previsto na primeira fase era de R\$ 591 bilhões e na segunda, R\$ 871 bilhões. No entanto, esses números devem ser considerados com cuidado dado a discrepância entre o que foi orçado e executado, conforme alertam tanto os meios jornalísticos como acadêmicos.

Normalmente, os gastos públicos em logística e transporte são avaliados pela sua importância como investimentos autônomos que aumentam a demanda agregada e, no caso brasileiro dado sua pauta exportadora, pela relevância na redução dos custos de transporte tão necessários para o aumento da competitividade sistêmica especialmente para produtos de baixo valor agregado e de grande escala de produção que exigem outros modos de circulação para além do rodoviário cujos fretes são, reconhecidamente, mais elevados, especialmente num país continental em que as áreas produtoras estão distante dos principais portos e centros consumidores.

Macedo (2015) aponta, no entanto, que esses investimentos têm importância significativa, também, para a estruturação regional e urbana no país, especialmente pelas mudanças que promovem na rede urbana – com emergência de novas centralidades – e nos espaços intraurbanos dos municípios afetados direta (e indiretamente) por eles. É o caso, por exemplo, do crescimento das cidades ao longo da BR 163 que se tornaram importantes nós para a circulação da cadeia de carne-grãos. Ao lado das vantagens econômicas que as redes infraestruturais possibilitam para o espaço regional, observam-se problemas intra-urbanos associados ao crescimento dessas cidades que têm aumento por infraestruturas urbanas e sociais. Da mesma forma, esses investimentos possibilitam reorganização inter-urbana com cidades assumindo novas funções na rede urbana a partir das infraestruturas constituídas. Os investimentos nos portos do Arco Norte<sup>7</sup>, por exemplo, trarão mudanças significativas na organização do espaço regional no norte do país ao possibilitar uma nova espacialização na circulação das exportações de forma menos dependente dos portos do Sul e Sudeste.

As exportações tiveram desempenho importante para a demanda agregada, especialmente no período 2003-2008, conforme destacado. Apesar da redução no seu ritmo de crescimento no pós-2008, elas continuam desempenhando papel relevante na organização do espaço regional e urbano brasileiro para além da simples agregação macroeconômica. Conforme destacou Macedo (2010), comparativamente a outros vetores que influenciaram a dinâmica regional brasileira,

[...] a inserção externa - e seu perfil traçado pela política econômica – foi muito mais impactante na organização territorial, seja pela continuidade da itinerância da agricultura, seja pelos efeitos espaciais do crescimento da extrativa, seja pelo crescimento

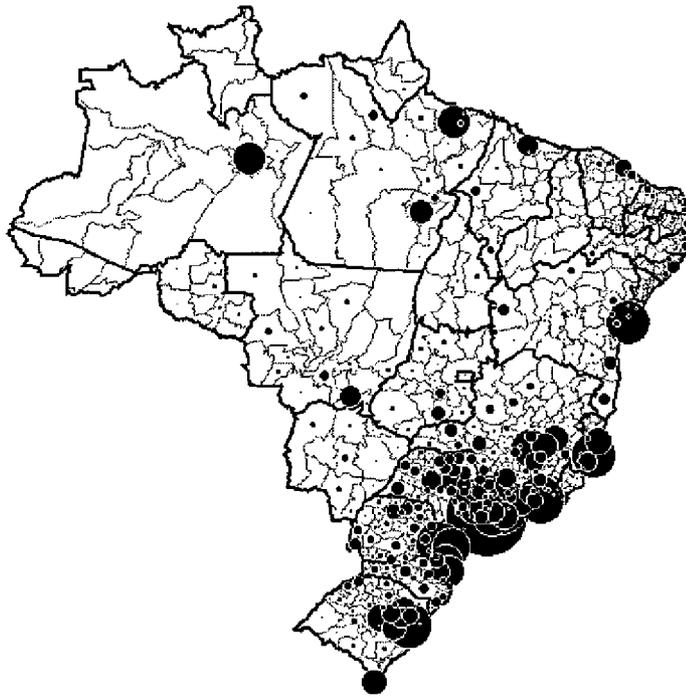
---

<sup>7</sup> O Arco Norte compreende portos hidroviários ou estações de transbordos dos estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão. A região é vista como fundamental para parte do escoamento dos grãos de Mato Grosso. As principais rodovias de acesso a ele são a BR-163 e a BR-158. FONTE: <http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/arco-norte-iniciativa-privada-avanca-enquanto-governo-patina>. Acesso: 26 out. 2015.

generalizado do terciário que acompanha a urbanização extensiva, ou ainda, pelo efeito da realocização de empresas da indústria de transformação que, buscando atingir o mercado externo, se direcionaram para regiões fora do core industrial do país, reforçando a desconcentração regional da produção. Ademais, o papel da infraestrutura e da logística – ambas indispensáveis para conexão das produções regionais ao mercado externo – é determinante na reestruturação do território, pois foram justamente nas atividades ligadas ao exterior que as grandes empresas globalizadas agiram de forma mais decisiva na organização do território para adaptá-lo às exigências da compressão tempo-espaço imposta pela nova geografia econômica (MACEDO, 2010, p. 92-93)

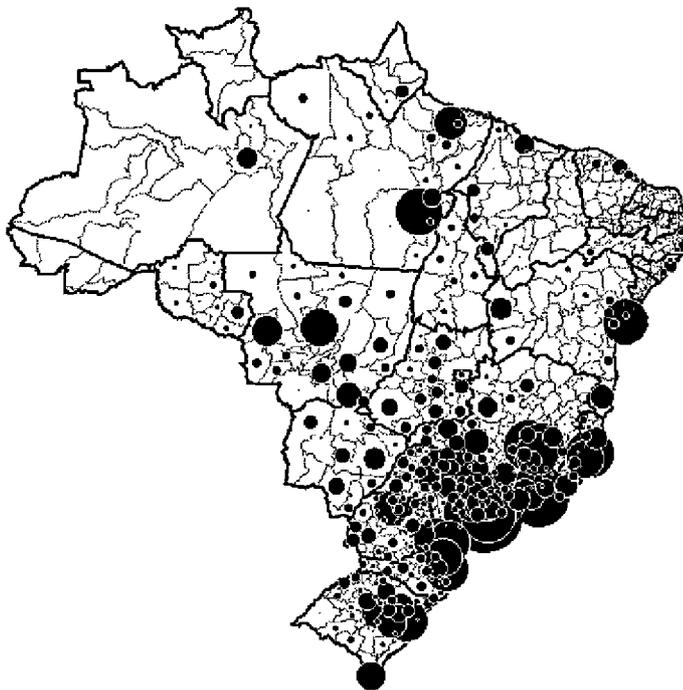
Se, por um lado, o crescimento das exportações ampliou o grau de abertura da economia brasileira e de todas as suas regiões, por outro, ligado a isso, ampliou a produção e circulação de mercadorias pelo interior do Brasil que passou a crescer acima da média de sua economia (vide Relatório 1), em grande medida puxado pela produção agroindustrial e mineral voltada para o atendimento do mercado mundial.

A geração de divisas advindas crescentemente do interior do Brasil contribuiu para garantir capacidade para importar que sustentasse a ampliação do consumo no período pós-2008, quando as importações, apesar da queda no seu ritmo crescimento, mantiveram-se altas e substituíram, parcialmente, a produção doméstica, dando azo ao processo de desindustrialização. Seria importante, portanto, uma reflexão que combine proteção do mercado nacional, atendimento do consumo e uso da capacidade para importar como mecanismos de promoção do crescimento nacional e regional que não se restrinja apenas aos aspectos macroeconômicos desse movimento e que leve em conta os impactos interurbanos e intra-urbanos desse processo. Hoje, o interior do país funciona como plataforma territorial de geração de divisas – fundamentais macroeconomicamente – mas que são drenadas, principalmente, para o consumo nos maiores centros urbanos. Como são áreas de crescimento da população urbana, as pressões sobre os municípios são crescentes.



Fonte: MDIC. Elaboração dos autores.

**Figura 1 – Brasil: distribuição das exportações, segundo microrregiões – Ano = 2003**



Fonte: MDIC. Elaboração dos autores.

**Figura 2 – Brasil: distribuição das exportações, segundo microrregiões – Ano = 2013**

As figuras 1 e 2 apresentam a evolução das exportações brasileiras, segundo MRG<sup>8</sup>. Observa-se maior participação das microrregiões do interior do Brasil no valor total das exportações, especialmente daquelas ligadas ao agronegócio (no Centro-Oeste e Norte do país) e à indústria extrativa (como no caso do Sudeste do Pará). Este movimento fica mais visível quando se analisa a distribuição das exportações, segundo nível de centralidade indicado no trabalho Regiões de Influência das Cidades – REGIC, do IBGE.

Foram os municípios classificados pelo documento da REGIC como Centros de Zona A, Centros de Zona B e Centros Locais os que mais ampliaram a participação no total das exportações brasileiras (tabela 5). A especialização exportadora desses centros menores fica visível quando se observará, mais adiante, que o crescimento da participação deles nas exportações brasileiras foi muito acima do crescimento de suas participações no PIB do país (tabela 7) e do emprego formal (tabela 12).

Trata-se justamente daquelas localidades com menor diversificação produtiva e terciária que cumprem papel de atendimento das necessidades básicas para suas áreas imediatas. O caso dos Centros Locais<sup>9</sup> é mais emblemático porque são estes pequenos municípios na zona de expansão das *commodities* os que tiveram maior ganho entre 2003 e 2013 – quase 10 p.p.. Funcionam, portanto, como verdadeiras plataformas de exportação. O desafio para as políticas territoriais, respeitando as diversidades e especificidades locais, é internalizar essa imensa capacidade de produção para o mercado internacional em melhores condições de vida e oportunidades de emprego e renda para suas populações que se situam abaixo dos 10 mil habitantes.

Uma indicação do esforço necessário para transformar este potencial exportador em qualidade de vida para as populações locais é percebido quando se observa que os Centros Locais e os Centros de Zonas A e B, que detinham em 2013 1/3 das exportações brasileiras, estão entre os níveis de centralidade com pior infraestrutura urbana, considerando as condições do entorno dos domicílios em áreas urbanas ordenadas<sup>10</sup>. Os indicadores, sem

↳ de quê?

<sup>8</sup> Alerta-se para o fato de as exportações municipais referirem-se a sede fiscal dos exportadores, o que causa distorções dos dados, especialmente em decorrência da guerra fiscal no país. No entanto, dada a característica da rede urbana de drenar recursos dos municípios menores para os maiores, ainda que possam retornar a eles através das políticas públicas, acredita-se que as exportações dos primeiros são subestimadas. Ainda assim, observa-se crescimento da participação deles no total nacional, corroborando com a ideia de interiorização da produção e das exportações. Sobre esse assunto, consultar o texto: MACEDO, F. C.; ANGELIS, A.; GOULARTI, J. G. **Sobre os dados de comércio exterior do MDIC nos estudos regionais no Brasil**. Disponível em: <<http://integracaocerrado.com.br/wp-content/uploads/2016/03/NOTA-DE-PESQUISA-3-Portugu%C3%AAs.pdf>>. Acesso em 8 de agosto de 2017.

<sup>9</sup> Segundo o documento da REGIC os Centros Locais são "as demais 4 473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8 133 habitantes)".

<sup>10</sup> O Censo Demográfico de 2010 investigou as condições dos entornos dos domicílios. "A finalidade foi investigar elementos de infraestrutura urbana existentes nas faces que compõem o setor censitário, independentemente de seu estado de conservação, com o objetivo de identificar os que intervêm na paisagem, no meio ambiente e/ou

ponderação por equipamento urbano resultou para cada nível de centralidade nos seguintes índices: Grande Metrópole Nacional, 0,8627; Metrópole Nacional, 0,7882; Metrópole, 0,7455; Capital Regional A, 0,7350; Capital Regional B, 0,8049; Capital Regional C, 0,7848, Centro Subregional A, 0,7718; Centro Subregional B, 0,7028; Centro de Zona A, 0,7351; Centro de Zona B, 0,7100; Centro Local, 0,6775.

**Tabela 5 – Distribuição das exportações brasileiras, segundo o nível de centralidade das cidades (2002 e 2005, em %)**

Hierarquia urbana	2003	2013
Grande Metrópole Nacional	15,0	9,7
Metrópole Nacional	4,3	5,6
Metrópole	15,9	11,6
Capital Regional A	8,3	6,1
Capital Regional B	4,4	5,3
Capital Regional C	15,8	13,6
Centro Subregional A	9,5	9,3
Centro Subregional B	2,7	2,9
Centro de Zona A	9,0	11,1
Centro de Zona B	4,6	4,5
Centro Local	10,4	20,2

Fonte: REGIC/IPEA; MDIC. Elaboração dos autores.

## 2.2. Distribuição regional do PIB

No período 2003-2014 a desconcentração produtiva regional no país continuou, com perda de participação das regiões Sudeste (-1,6 p.p.) e Sul (-0,7 p.p.) no PIB brasileiro e ganhos das regiões Norte (+0,6 p.p.), Nordeste (+1,1 p.p.) e Centro-Oeste (0,5 p.p.). Do ponto de vista setorial, observa-se que essa desconcentração obedeceu tanto o ritmo de crescimento das atividades econômicas que apresentam especializações regionais quanto os resultados das políticas públicas implementadas pós-2003.

Em relação ao primeiro, <sup>no que?</sup> o avanço da fronteira agromineral puxado pelo crescimento da demanda internacional e pelo expressivo aumento da produção brasileira, mesmo após a crise mundial, resultou em ganhos de participação das regiões Norte (+3,4 p.p.) e Centro-Oeste (+1,5 p.p.) no VAB total da agropecuária brasileira; na Indústria Extrativa, puxado pelo

---

*na qualidade de vida da população nele residente e/ou em suas áreas circunvizinhas. Na face de cada setor ou em sua confrontante foi investigada a existência de: Identificação do logradouro; Iluminação pública; Pavimentação (asfalto, cimento, paralelepípedos, pedras, etc.); Arborização; Bueiro/boca de lobo; Lixão, depósito de lixo tóxico ou perigoso, ou acúmulo de lixo; e • Esgoto a céu aberto ou vala. Com a finalidade específica de pesquisar a presença de elementos do arruamento urbano, foi investigada, em cada face, a existência de: Meio-fio/guia; Calçada/passeio; e Rampa para cadeirante". (IBGE, 2016. P. 241).*

crescimento da exploração mineral no sudeste do Pará, a região Norte apresentou ganho no total do país de 2,1 p.p.. A indústria de transformação seguiu sua tendência desconcentradora, mas deve-se considerar sua participação na composição do PIB brasileiro: caiu de 16,9% em 2003 para 12,0% em 2014.

Seu desempenho foi melhor no período 2003-2008 quando o crescimento da economia esteve atrelado principalmente ao desempenho do setor externo (Tabela 1) e cresceu a taxa média de 4,2% a. a. No período posterior (2008-2013), quando as políticas públicas mantiveram aquecido o mercado interno, ainda que em ritmo menor, o desempenho da Indústria de Transformação foi sofrível, com taxa média anual 1,0%. Ou seja, as importações, que mantiveram taxas elevadas de crescimento no período responderam mais rapidamente ao consumo interno. Isso significa que os efeitos positivos das políticas anticíclicas que mantiveram relativamente elevados o consumo das famílias e nível de emprego, foram parcialmente vazados para o exterior em decorrência da substituição da produção doméstica pelas importações.

*Veramente  
de  
renda  
exterior.*

As dificuldades na indústria de transformação, que vem gerando grande debate sobre o processo de desindustrialização no país, agravaram-se não apenas pela maior concorrência externa e pelos seus problemas estruturais mas foram afetadas, também, pelo acirramento guerra fiscal de caráter mercantil – a guerra dos portos. Esta, sob argumento de ser uma importante política regional de estímulo aos estados portuários fora de São Paulo, gestou mecanismos de financiamento das importações que colocaram dificuldades para a indústria localizada no Brasil<sup>11</sup>. A crise na indústria de transformação tem, também, uma dimensão espacial dada sua localização nos maiores centros urbanos do país.

Em relação ao papel das políticas públicas, a ampliação do crédito e crescimento do número de agências e postos de atendimento dos Bancos do Brasil e da Caixa Econômica facilitaram os financiamentos do consumo da população de mais baixa renda o que explica o crescimento do Nordeste no VAB total do Comércio do país (+1,6 p.p.), embora as regiões Norte (-0,2 p.p.) e Centro-Oeste (-0,2 p.p.) tenham perdido participação. O crescimento das participações do Norte (+0,6 p.p.), Nordeste e Centro-Oeste (+1,3 p.p.) no VAB nacional das Atividades financeiras, provavelmente decorre desse movimento de expansão dos bancos públicos, pois nessas estão contabilizados os total das operações financeiras localizadas em cada municípios.

A tabela 6 apresenta a distribuição setorial do PIB, segundo regiões brasileiras, em 2003 e 2014. Desnecessário reproduzir suas informações; destaca-se apenas a queda da

<sup>11</sup> Sobre este assunto, ver Macedo e Angelis (2013).

**TABELA 6 – Distribuição setorial do PIB por macrorregião do Brasil (2003 e 2014, em %)**

Atividade Econômica	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	2003	2014	2003	2014	2003	2014	2003	2014	2003	2014
VAB Agropecuária	7,7	11,1	19,8	17,9	24,3	23,8	30,6	28,1	17,6	19,1
Indústria Extrativa	7,0	9,1	12,3	6,3	77,5	82,5	1,6	1,0	1,7	1,2
Indústria de Transformação	4,5	4,4	9,1	9,1	61,0	56,4	21,6	24,3	3,9	5,7
SIUP	5,1	7,4	15,0	16,3	52,3	44,8	17,4	19,4	10,2	12,1
Construção	5,4	6,8	14,6	18,3	56,7	50,7	15,6	14,6	7,8	9,6
Comércio	5,3	5,1	14,1	15,7	49,7	50,8	21,7	18,9	9,2	9,4
Transporte e Armazenagem	4,0	4,0	11,7	11,2	60,6	62,8	18,1	15,5	5,6	6,5
Alojamento e Alimentação	5,0	4,9	15,3	17,8	58,6	56,9	14,1	12,2	6,9	8,3
Informação e Comunicação	1,9	2,0	10,2	7,9	68,8	70,5	12,3	13,4	6,8	6,3
Atividades Financeiras	1,2	1,8	5,8	7,1	73,1	69,1	10,7	11,5	9,2	10,5
Atividades Imobiliárias	5,2	5,0	13,9	15,2	55,9	54,5	17,1	16,6	7,8	8,6
Serviços às Empresas	2,1	3,0	9,6	12,0	67,0	64,5	14,1	13,3	7,1	7,3
Administração Pública	7,3	8,2	19,2	21,1	45,2	41,8	13,1	13,8	15,2	15,2
<b>PIB</b>	<b>4,7</b>	<b>5,3</b>	<b>12,8</b>	<b>13,9</b>	<b>56,5</b>	<b>54,9</b>	<b>17,1</b>	<b>16,9</b>	<b>8,9</b>	<b>9,4</b>

Fonte: Contas Regionais/IBGE; REGIC/IBGE. Elaboração dos autores

**TABELA 7 – Brasil: Distribuição do PIB, segundo nível de hierarquia urbana da REGIC (em %)**

Hierarquia urbana	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Grande Metrópole Nacional	20,0	19,6	18,8	19,6	19,6	19,7	19,2	19,4	19,2	19,0	18,5	18,2	18,1
Metrópole Nacional	12,7	11,9	12,2	11,9	11,7	11,5	11,2	12,0	11,7	11,4	11,3	11,3	11,4
Metrópole	14,7	14,6	14,9	14,9	15,0	15,2	14,9	15,4	15,3	14,9	14,8	14,9	14,8
Capital Regional A	7,1	7,2	7,3	7,5	7,6	7,5	7,6	7,6	7,7	7,5	7,4	7,3	7,5
Capital Regional B	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,9	4,9	5,0	5,2	5,1	5,2	5,2	5,3
Capital Regional C	9,2	9,3	9,4	9,5	9,6	9,4	9,7	9,0	8,9	8,9	9,0	8,9	9,0
Centro Subirregional A	5,0	5,1	5,1	5,1	5,2	5,1	5,3	5,1	5,1	5,1	5,3	5,3	5,4
Centro Subirregional B	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,5	2,4	2,5	2,5	2,5	2,6	2,6
Centro de Zona A	4,8	5,1	5,1	4,9	4,9	5,0	5,2	5,0	5,3	5,5	5,5	5,6	5,5
Centro de Zona B	3,6	3,7	3,7	3,6	3,5	3,5	3,5	3,5	3,4	3,5	3,6	3,6	3,6
Centro Local	15,8	16,4	16,2	15,8	15,7	15,6	16,0	15,5	15,8	16,5	16,9	17,0	17,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>												

Fonte: PIB Municipal/IBGE; REGIC/IBGE. Elaboração dos autores

participação do Sudeste no VAB da Indústria de Transformação do Brasil (-4,6 p.p.) e o crescimento das participações do Norte, Nordeste e Centro-Oeste no VAB da Construção Civil, refletindo os investimentos desconcentrados das obras de infraestrutura e do MCMV a que se fez menção anteriormente. Este setor foi um grande gerador de emprego no período em todas as regiões do país, conforme se demonstrará adiante.

A desconcentração produtiva em direção ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com base nas Contas Regionais/IBGE, ocorreu em todas as atividades econômicas a exceção de duas. A primeira é Informação e Comunicação cuja participação do Sudeste passou de 68,8% do total nacional do em 2003 para 70,5% em 2014, depois de atingir 74,5% em 2012. Trata-se de uma importante atividade terciária do atual estágio produtivo e tecnológico. Apesar de sua queda de participação e de seu pequeno peso no total do VAB brasileiro<sup>12</sup>, a concentração crescente desta atividade no Sudeste, e mais particularmente em São Paulo<sup>13</sup>, reforça o padrão de divisão territorial do trabalho no Brasil, com as atividades mais dinâmicas mantendo-se fortemente concentradas no Sudeste e com maior resistência à desconcentração regional<sup>14</sup>.

A segunda atividade é Transporte, armazenagem e correio na qual se verifica crescimento da participação do Sudeste em 2,2 p.p. (passou de 60,6% em 2003 para 62,8% em 2014). No entanto, diferente da atividade de Informação e Comunicação, nesta houve aumento de participação no agregado Brasil: passou de 3,4% do total do PIB brasileiro em 2003 para 4,6% em 2014, provavelmente reflexo da maior circulação promovida pelo modelo primário exportador de *commodities*. A região Centro-Oeste, em decorrência da maior circulação de transporte e do crescimento da rede de armazenagem também ampliou sua participação passando de 5,6% do total nacional para 6,6% no mesmo período.

Aspecto importante da evolução do PIB regional é o crescimento das participação das atividades terciárias no Brasil e em suas regiões. Para o país, o setor terciário<sup>15</sup> passou de 65,8% do total do VAB em 2003 para 71,2% em 2014, com particular destaque para a atividade de Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas

<sup>12</sup> Esta atividade passou de 4,3% do PIB total em 2003 para 3,5% em 2014.

<sup>13</sup> A participação de São Paulo nesta atividade saltou de 41,2% em 2003 para 49,6% em 2013.

<sup>14</sup> Isto fica evidente quando consideramos a Indústria de Transformação. Pelos dados da Pesquisa Industrial Anual PIA, com base na CNAE 2.0, e para atividades classificadas a 3 dígitos, entre 2007 e 2013, São Paulo perdeu participação em 88. No entanto, das 31 em que ganhou participação no total nacional destacam-se atividades intensivas em tecnologia e conhecimento, Fabricação de equipamentos bélicos (+24,0 p.p.); Fabricação de equipamentos de informática e periféricos (+20,4p.p.); Fabricação de produtos farmacocímicos (+13,7 p.p.); e Fabricação de componentes eletrônicos (+10,9 p.p.).

<sup>15</sup> Nas contas regionais o setor de serviços é formado pelas seguintes atividades econômicas: Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas; Transporte, armazenagem e Correios Alojamento e alimentação; Informação e comunicação; Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades Imobiliárias; Serviços prestados às empresas; Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social; Educação e saúde privadas; Outros serviços.

que saltou de 9,5% do total do VAB em 2003 (era 7,7% em 2002) para 13,6% em 2014. Essa evolução reflete o aquecimento do mercado interno no período e a ampliação do consumo das famílias, conforme já destacado. Este processo de crescimento das atividades terciárias ocorreu em todas as regiões do país, com particular destaque para o Nordeste onde o VAB de serviços passou de 66,7% para 74,3% do VAB total no período indicado e no Sul (de 58,6% em 2003 para 65,6% em 2014). Também foi no Nordeste que as Atividades de Comércio mais expandiram a participação no VAB regional (+4,8 p.p.), o que está de acordo com a maior expansão do índice que crescimento do varejo apresentado por esta região, pós-2002, conforme demonstrado no gráfico 1.

Apesar das melhorias advindas do processo de formalização dos empregos e das empresas, não se pode perder de vista que o terciário em economias subdesenvolvidas caracteriza-se por grande informalidade e por oferecer empregos de pior qualidade *vis à vis* à indústria de transformação, fato que se torna mais grave nas regiões com piores indicadores socioeconômicos como o Norte e o Nordeste. De forma alguma, este crescimento relativo do terciário pode ser comparado ao verificado em economia desenvolvidas onde o processo de desindustrialização e de crescimento concomitante do setor de serviços ocorreu após a sociedade atingir níveis de renda elevados. São serviços de maior sofisticação e complexidade, ligados a padrões mais elevados de renda enquanto em economias subdesenvolvidas os serviços são mais simples e de baixa qualificação.

A indústria de transformação que oferece empregos de melhor qualidade foi justamente a atividade que mais perdeu participação nas estruturas produtivas brasileiras e regionais, pelos motivos já asinalados. No Brasil está perda foi de 4,9 p.p. na composição do total do VAB, entre 2003 e 2013; nas regiões foi -5,9 p.p. no Norte; -3,9 p.p. no Nordeste; -6,0 pp. No Sul; -0,2 p.p. no Centro-Oeste. As diferentes estruturas produtivas exigem estudos específicos para entendimento deste processo em cada região do país.

Em relação ao nível de hierarquia urbana, destaca-se a perda de participação das Metrôpoles no total do PIB brasileiro entre 2002 e 2014 (tabela 7) e crescimento da participação das cidades menores (Centros de Zona e Centros Locais) e das cidades que assumem papel de intermediárias na rede urbana brasileira (Capitais Regionais e Centros Subregionais), refletindo os processos anteriormente destacados. Este movimento parece indicar que a desconcentração produtiva assume dimensão relevante sobre a rede de cidades brasileiras, especialmente nas regiões onde a fronteira agrícola avança, criando dinâmicas específicas sobre cidades menores que, embora de reduzido tamanho populacional, passam a ter maior relevância em seu espaço subregional.

As tabelas 2A à 2D no anexo, apresentam a distribuição setorial do VAB, segundo o nível de hierarquia urbana. Observa-se que, em todas as atividades, a participação das Metrôpoles no total do VAB se reduziu: Indústria (de 40,4% do total nacional em 2002 para 35,3% em 2014); Terciário (de 55,1% para 50,6%); Administração Pública (42,3% para 39,1%). Ao contrário, as cidades menores ampliaram a participação em todas as atividades, com destaque para a Indústria que passou de 23,9% do total nacional em 2003 para 30,4%. Em relação às cidades intermediárias, elas perderam participação nacional apenas na Indústria, ganhando nas demais. Esses números indicam tanto o processo de desconcentração produtiva quanto o crescimento das cidades médias e das menores.

### 2.3. Algumas observações sobre o mercado de trabalho no período analisado

Conforme destacado anteriormente, diversos trabalhos apontaram o reaquecimento do mercado de trabalho no pós 2003, a política de valorização do salário mínimo e o crescimento da formalização como vetores importantes para a melhoria das condições de vida no país, especialmente nos estratos de mais baixa renda da classe trabalhadora o que teria contribuído com a redução das desigualdades sociais e regionais. O quadro de crescimento econômico, de aumento do emprego, de formalização crescente e de estabilização de preços aumentou a participação da renda do trabalho no PIB nacional. Os dados das contas nacionais indicam participação crescente dos salários no PIB a partir de 2004 quando era de 30,6% e salta para 34,6% em 2014. Este crescimento foi generalizado para quase todas as regiões<sup>16</sup>: na região Norte esta participação dos salários e benefícios passou de 46,6%, em 2010, para 50,0%, em 2014; Nordeste, de 51,9% para 53,7%; Sudeste de 48,7% para 50,1%; Sul de 46,9% para 49,2%; Centro-Oeste, de 51,5% para 51,1%, sendo esta a única macrorregião que apresentou queda.

Dentre as mudanças mais gerais observadas no mercado de trabalho pós-2003, e que foram importantes para a redução das desigualdades sociais no país, estão a queda do desemprego (e a redução da taxa de desocupação), aumento da formalização da força de trabalho, crescimento da renda do trabalho e da participação dela na demanda agregada e crescimento real do salário mínimo. Este último, particularmente, tem grande importância regional porque é referência para o pagamento dos benefícios da previdência e os de prestação continuada. Seu crescimento real gerou impactos positivos especialmente para áreas rurais que apresentam altas taxas de pobreza ou regiões como o semiárido brasileiro, área notadamente marcada por baixos indicadores sociais. Arrais (2017), em trabalho recente é bastante objetivo em relação a isso:

<sup>16</sup> Para as Contas Regionais, estas informações só estão disponíveis para o período 2010 a 2014.

em 20 municípios, a participação do valor total dos benefícios rurais no Produto Interno Bruto municipal esteve entre 40,61% e 56,69%; em 72 municípios, a proporção esteve entre 30,08% e 40,24%; em 334 municípios, a proporção esteve entre 20,06% e 29,97%; e em 777 municípios, entre 10% e 19,99%, no ano de 2013 (ARRAIS, 2017, p. 28).

*Bibli?*

- Taxa de participação, queda na taxa de desemprego e mudanças nas categorias de emprego

A taxa de participação é um indicador que expressa a proporção de pessoas com 10 anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas; é medido pela relação PEA/PIA. Na primeira década deste século, ela apresentou comportamento crescente até 2005, quando começa a cair sistematicamente, embora com comportamentos regionais distintos, conforme se observa na Tabela 2. Segundo Baltar e et. al. (2017), as ocupações no Brasil cresceram de forma a acompanhar o ritmo da atividade econômica. Segundo esses autores, o PIB por pessoa ocupada não teve desempenho atípico, razão pela qual atribuem a queda no desemprego pela redução da taxa de participação, pois no período pós-2003, que eles destacam como de crescimento com inclusão social,

a População Ocupada (PO) aumentou em ritmo análogo ao da população com idade para trabalhar, mantendo-se a taxa de ocupação da População com Idade Ativa (PIA). A taxa de desemprego (relação entre o número de desempregados D e a PEA), entretanto, apresentou significativa redução. Como a taxa de ocupação da PIA (relação entre PO e PIA) pouco se modificou, toda a diminuição da taxa de desemprego pode ser atribuída à redução na taxa de participação (relação entre PEA e PIA) (BALTAR, ET. AL., 2017, p. 2)

**TABELA 8: Brasil e regiões – Taxa de participação (em %)**

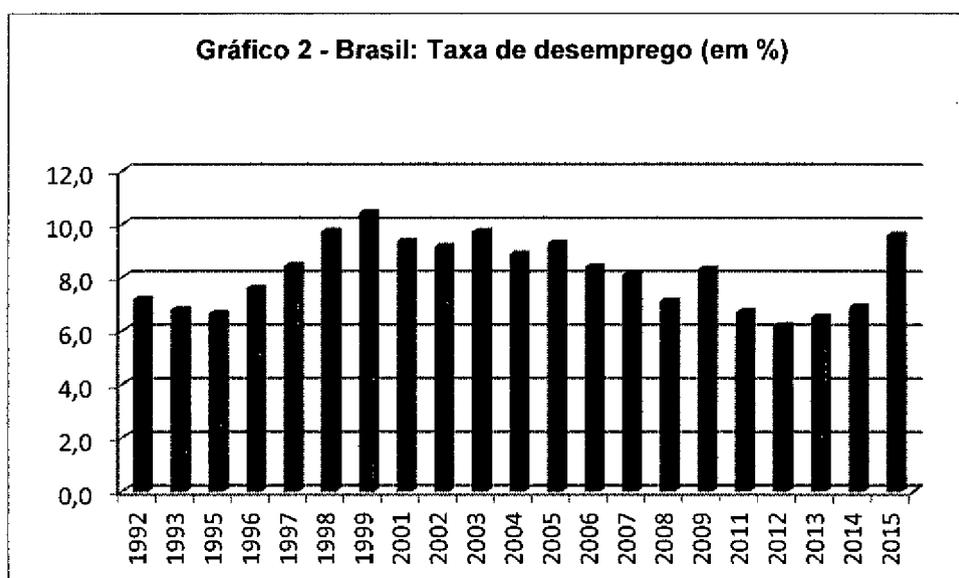
Brasil e regiões	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	60,5	61,3	61,4	62,0	62,9	62,4	62,0	62,0	62,1	60,0	59,9	59,7	61,0	59,4
Norte	56,9	58,7	59,8	62,4	62,9	61,3	60,5	60,3	61,0	59,5	59,5	58,1	59,7	57,0
Nordeste	59,0	59,8	60,1	60,8	61,8	60,7	60,1	60,1	59,6	56,6	56,5	56,6	58,2	55,4
Sudeste	59,8	60,6	60,6	60,9	62,1	62,2	61,7	62,0	62,3	60,6	60,5	60,4	61,5	60,9
Sul	65,4	66,1	66,4	66,6	66,4	66,5	66,2	65,1	65,5	63,6	63,3	63,6	64,0	62,5
Centro-Oeste	62,9	62,9	62,2	63,8	64,3	63,1	64,3	64,5	65,0	62,7	62,6	61,8	63,5	62,1

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

A taxa de desocupação (ou desemprego) entre 2001 e 2013 no país, medido pela relação PD/PEA apresentou comportamento declinante, embora a partir de 2014 observe-se

retomada de seu crescimento. Pelo Gráfico 2, percebe-se que este comportamento reverteu a tendência ascendente da segunda metade da década de 1990. Importante destacar que este comportamento foi generalizado para todas as cinco macrorregiões, mas com especificidades. As maiores queda nestas taxas, entre 2001 e 2013, ocorreram no Sudeste e no Sul. O Nordeste apresentou redução do desemprego mas a um ritmo menor que o do país: até 2008 sua taxa de desemprego estava abaixo na média brasileira; a partir daí ela fica acima da média nacional.

Mas foram nas RMs onde a taxa de desemprego decresceu proporcionalmente mais, em especial nas localizadas no Sudeste e no Sul. No entanto, todas as RMs apresentaram taxas de desocupação acima da média nacional em 2013, com exceções das de Curitiba e de Porto Alegre. A queda mais acelerada do desemprego nas RMs indica que mesmo com o menor ritmo de crescimento dos seus PIBs *vis à vis* a média do país, conforme se apresentou no anexo 3 do primeiro relatório, as oportunidades de trabalho nelas são maiores que nas demais áreas, indicando que em períodos de crescimento seu mercado de trabalho responde mais rapidamente.



Fonte: PNAD-IBGE/IPEADATA.

Esta redução na desocupação foi acompanhado por uma melhoria na condição ocupacional. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD<sup>17</sup>, a

<sup>17</sup> Segundo Saboia (2014), a Pesquisa Mensal de Emprego – PME do IBGE é a principal referência para o cálculo da taxa de desemprego no país, embora cubra apenas seis regiões metropolitanas – São Paulo; Rio de Janeiro; Belo Horizonte; Porto Alegre; Salvador; e Recife. No entanto, preferiu-se utilizar a PNAD por ter abrangência nacional e cumprir melhor, espacialmente, com os objetivos deste relatório.

participação da força de trabalho com carteira assinada no Brasil passou de 29,3% do total das pessoas ocupadas com mais de dez anos em 2002 para 39,8% em 2013. Ao longo de todo este período, essa participação foi crescente, porém em 2014 (com 39,1%) e em 2015 (38,6%) observa-se seu declínio, reflexo da crise econômica.

O crescimento observado na Tabela 9 da ocupação com carteira assinada foi generalizado para todo país, embora as regiões Norte e Nordeste continuassem como aquelas de menor participação dos trabalhadores nesta categoria (ver tabelas 1A a 1E no Anexo): na primeira, o peso dos trabalhadores com carteira assinada no total das ocupações passou de 20,1% em 2002 para 24,7% em 2013, enquanto no Nordeste esses números foram de, respectivamente, 16,4% e 25,9%. Ambas, no entanto, abaixo das participações verificadas para o Sudeste (37,5% e 48,4%, respectivamente); Sul (33,0% e 45,5%) e Centro-Oeste (27,6% e 41,0%). Em todas elas, essas participações apresentaram quedas em 2014 e 2015, com exceções do Norte e Nordeste que ainda apresentaram ligeira ampliação em 2014.

Significativa foi a queda da participação dos trabalhadores sem remuneração no total, especialmente na região Nordeste que declinou de 13,4%, em 2002, para 3,6% em 2013. No Nordeste, mais de dois milhões de trabalhadores saíram da condição de não remunerados entre esses dois anos assinalados. No mesmo período, apenas a região Norte apresentou aumento de participação nesta categoria, cujo peso ampliou-se de 5,2% (em 2002) para 5,7% (em 2013).

**TABELA 9 – Brasil: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal (em %)**

Posição na ocupação no trabalho principal	Ano												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Com carteira de trabalho assinada	29,3	29,9	30,3	30,9	31,6	33,1	34,5	34,9	38,8	39,2	39,8	39,1	38,6
Militares e funcionários públicos estatutários	6,4	6,6	6,6	6,3	6,6	6,8	6,9	7,1	7,1	7,3	7,4	7,2	7,7
Outros sem carteira de trabalho assinada	18,5	17,9	18,3	17,8	17,7	17,3	17,2	16,5	15,0	15,1	14,7	14,7	14,1
Trabalhador doméstico	7,7	7,7	7,6	7,6	7,6	7,4	7,2	7,8	7,1	6,8	6,7	6,5	6,6
Empregador	4,2	4,2	4,1	4,2	4,4	3,7	4,5	4,3	3,4	3,8	3,7	3,7	3,7
Conta própria	22,3	22,4	22,0	21,6	21,2	21,2	20,2	20,5	21,0	20,7	20,6	21,3	22,9
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Trabalhador na produção para o próprio consumo	4,0	4,2	4,0	4,5	4,6	4,3	4,4	4,1	4,0	3,9	4,4	4,5	3,9
Não remunerado	7,4	7,1	7,0	6,9	6,1	5,9	5,0	4,7	3,4	3,0	2,5	2,9	2,4

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria

O conjunto destes fatores foi importante para que o ritmo de crescimento do emprego formal tenha ocorrido acima do que o ritmo de crescimento da População Economicamente Ativa – PEA. Assim como tem sido importante, também, o processo de transição demográfica por reduzir as condições de oferta, contribuindo para a redução da taxa de desemprego, segundo Saboia (2014). As considerações sobre a evolução demográfica são objeto de outro relatório no âmbito desta pesquisa.

### **3. CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS DA CONDIÇÃO DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO (2000-2010)**

Nesta seção, analisa-se como os indicadores selecionados do mercado de trabalho se manifestaram sobre os diferentes espaços do território brasileiro. Estima-se que a distribuição irregular dos resultados verificados por esses indicadores reflete tanto os aspectos demográficos e da distribuição da população pelo território, como os aspectos da *questão regional*, cujo quadro de diversidade e de desequilíbrios também se manifesta no problema da geração de emprego. Por isto, torna-se necessário verificar o comportamento da condição de atividade econômica da população a um nível mais detalhado das áreas de observação, a fim de extrair, com maior precisão, explicações acerca da evolução regional e setorial do emprego.

A análise mostrará a evolução e os destaques que ocorreram no mercado de trabalho no âmbito das microrregiões brasileiras, no período recente (2000-2014), através do detalhamento de indicadores específicos sobre o tema. Deste modo, num primeiro momento, buscou-se investigar a condição de atividade e as condições de ocupação da população das microrregiões, com base nos dados dos Censos Demográficos, consubstanciados nos principais indicadores sobre trabalho e rendimento das pessoas com *dez ou mais anos de idade*. Em complemento, na seção seguinte, buscou-se analisar as condições da geração de emprego formal, a partir dos registros administrativos da RAIS.

A primeira fase deste levantamento (seção 3.1) caracterizará alguns aspectos mais significativos da utilização da força de trabalho entre as microrregiões brasileiras, especialmente, sobre a disponibilidade de recursos humanos para serem aproveitados em atividades produtivas e suas condições de utilização. As informações utilizadas foram extraídas dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, realizados pelo IBGE, devido ao nível desejado de desagregação das informações. Contudo, trabalhou-se principalmente

com os Censos de 2000 e 2010, devido à compatibilização das informações levantadas entre os censos e à disponibilidade no Banco de Dados Agregados (SIDRA) do IBGE.

Os dados referem-se à população com *dez ou mais anos de idade* classificadas de acordo com a condição de atividade econômica exercida. De acordo com o IBGE (Nota do Censo), os indivíduos foram classificados, quanto à condição de ocupação, em ocupados ou desocupados<sup>18</sup>. Já quanto à condição de atividade, foram classificados em economicamente ativos ou não-economicamente ativos. As pessoas economicamente ativas são aquelas classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência e, por extensão, as não-economicamente ativas são as que não eram ocupadas ou desocupadas, no período de referência.

Diante dessas principais definições dos Censos Demográficos, considerou-se como População em Idade Ativa (PIA), a soma das pessoas econômica e não-economicamente ativas, ou em outras palavras, a população com *dez ou mais anos de idade*. Por definição, a PIA corresponde ao contingente populacional em idade para trabalhar de um determinado país ou região, ou seja, que está “potencialmente apta para o exercício da atividade econômica produtiva” (JANNUZZI, 2009, p. 89).

*Bibliografia*

**Tabela 1 – Condição de atividade da população com 10 ou mais anos de idade. Brasil, 2000 e 2010**

	2000	2010
PIA	136.908.699	161.979.057
População Ocupada	65.628.742	86.352.169
Pessoas Desocupadas	11.837.568	7.150.797
PEA	77.466.310	93.502.966
Taxa de participação	56,6	57,7
Taxa de desocupação	15,3	7,6
Taxa de ocupação	47,9	53,3

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010.

Como, no Brasil, os limites de idade para consideração da PIA variam de acordo com a pesquisa, optou-se por adotar a definição mais comum, isto é, o “conjunto de todas as pessoas com 10 ou mais anos de idade”. Por sua vez, a População Economicamente Ativa (PEA) é definida pelo contingente da PIA que foi classificada como ocupada ou a procura de uma ocupação (desocupada), no período de referência. De acordo com Jannuzzi (2009, p. 89), a PEA é composta pelos indivíduos da PIA que “estão *efetivamente* disponíveis para o

<sup>18</sup> O Censo de 2010 estabelece o seguinte: “considera-se como pessoa ocupada na semana de referência: a pessoa que exerceu algum trabalho durante pelo menos uma hora completa na semana de referência; ou, a pessoa que tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastada nessa semana” (IBGE, ano, metodologia 2010, p. 333).

exercício de atividade econômica”, estando ocupadas ou a procura de alguma ocupação produtiva.

De maneira prévia à própria análise do problema ao nível microrregional, aconselha-se uma visão global e sintética das informações ao nível nacional – uma vez que, agora, trabalha-se com uma base de dados diferente da realizada em outras seções deste relatório. Assim, a análise para o caso brasileiro, a partir dos dados do Censo Demográfico, indica que o número de pessoas ocupadas na semana de referência, entre os anos de 2000 e 2010, cresceu a um ritmo de 2,8% ao ano, bem acima do que o crescimento da PIA (1,7% a.a.). Como resultado, verificou-se elevação da taxa de ocupação, de 47,9% para 53,3%, e uma queda de quase 40% no número de pessoas desocupadas. Pode-se dizer, portanto, que a elevação do ritmo de crescimento da economia, no período, resultou em ampliação das oportunidades de trabalho em ritmo mais acelerado do que o crescimento da população em idade para trabalhar<sup>19</sup>.

Esse elevado ritmo de ampliação da população ocupada pode ser considerado satisfatório, uma vez que contribuiu para a queda da taxa de desemprego no país. A proporção do número de pessoas desocupadas em relação à PEA passou de 15,3% para 7,6%. Com efeito, houve aumento da taxa de participação, decorrente do crescimento da PEA a um ritmo anual de 0,2 p.p. a mais do que a PIA, de modo que a queda do desemprego, neste caso, só pode ser explicada pelo alto crescimento das oportunidades de trabalho.

### 3.1. População em Idade Ativa e População Economicamente Ativa

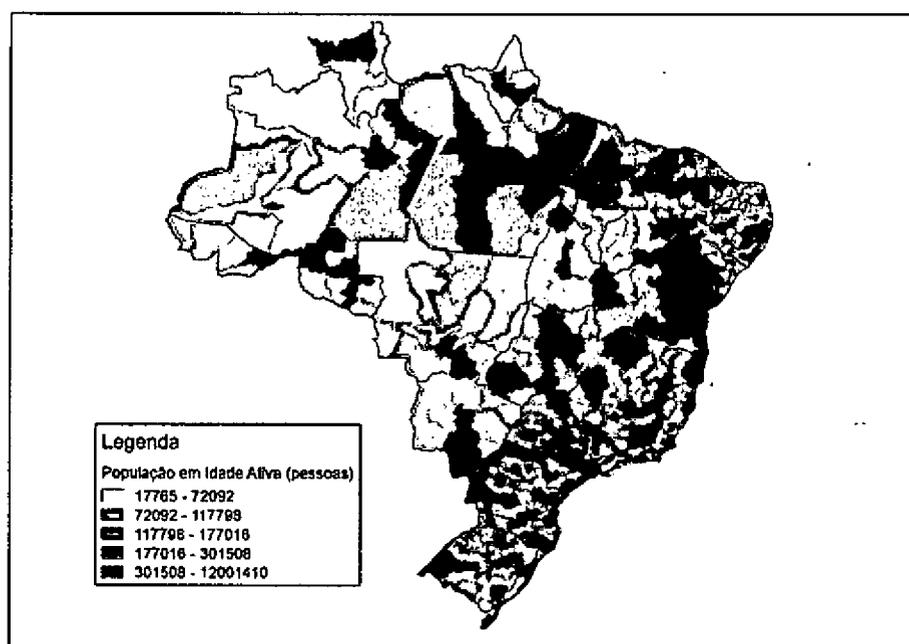
A distribuição pelo território da PIA e da PEA reflete o padrão de ocupação do território brasileiro, no qual a MRG de São Paulo-SP concentra pouco mais de doze milhões da população com *dez ou mais anos de idade* do país, e aproximadamente 7,4 milhões dos membros da força de trabalho. A MRG do Rio de Janeiro-RJ vem em seguida, com 10,1 milhões da PIA e 5,7 milhões da PEA. Como era de se esperar, as maiores concentrações correspondem às áreas mais urbanizadas e onde estão as grandes metrópoles deste país.

---

<sup>19</sup> Esse comportamento pode ser medido pela razão entre as duas taxas (crescimento da PO e da PIA) que, no caso do Brasil, corresponde a uma cifra de 1,64. Esta relação pressupõe que o crescimento da PO corresponde à expansão da geração de oportunidades de trabalho, representando a *demand*a por mão de obra, enquanto o crescimento da PIA aponta para o aumento da população que está apta para adentrar no mercado de trabalho, ou seja, da *oferta*. A razão entre as duas taxas aponta para o grau de pressão da oferta sobre a demanda, de modo que, quanto menor o quociente, maior a pressão exercida sobre o mercado de trabalho. Evidentemente, esta relação varia de acordo com o ritmo de crescimento econômico e das oportunidades de trabalho gerada por ele quanto da dinâmica demográfica.

De fato, o agregado das microrregiões das treze principais aglomerações urbanas do país<sup>20</sup> corresponde a 31,1% da PIA e 32,3% da PEA.

De igual modo, chama atenção o número de MRG pertencentes ao estado de São Paulo figurando entre as maiores concentrações da PIA e da PEA. Além das MRG de São Paulo e de Campinas, já citados, destacam-se os casos de Osasco, Santos, São José dos Campos, Sococaba, Guarulhos, Mogi das Cruzes e Ribeirão Preto, todos figurando entre as maiores concentrações da PIA e da PEA do país. Com isto, configura-se uma enorme mancha de concentração demográfica e urbana, onde se concentra também grande parte da atividade produtiva e das riquezas geradas no país, resultando num alto nível de rendimento por habitante.



**Figura 1 – População em Idade Ativa segundo as microrregiões, 2010**

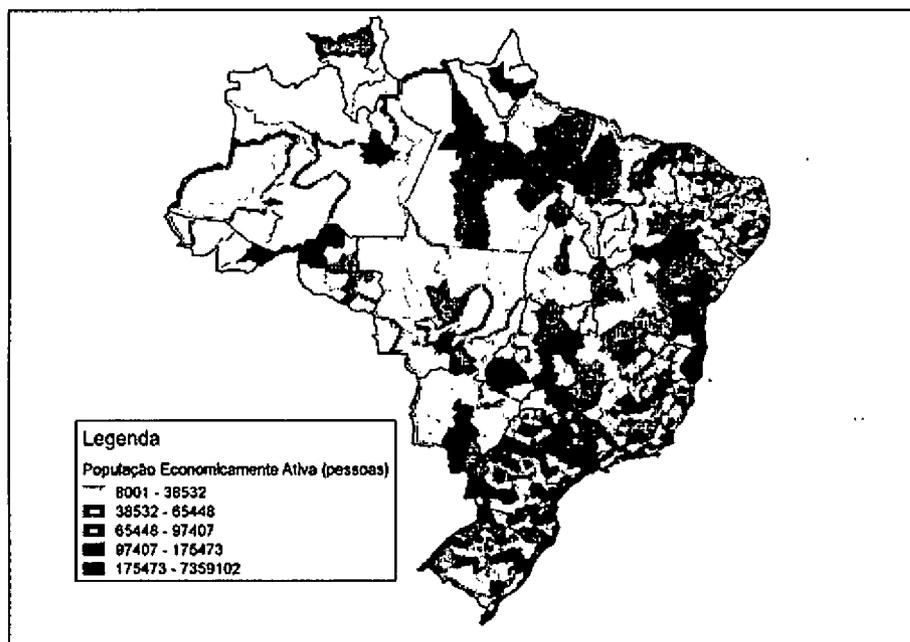
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

A análise do comportamento da PIA e da PEA para o caso brasileiro também demonstrou uma contínua elevação da proporção da PIA e da PEA urbanas em relação ao seu total, desde a década de 1990, passando de 76,9% e 78,1%, em 1991, para 84,9% e 86,1%, em 2010, respectivamente, o que revela a continuidade do processo de urbanização brasileira. Este aumento de aproximadamente 8 p.p. mostra que<sup>21</sup>, apesar do arrefecimento das taxas de urbanização e da migração campo-cidade verificados nas últimas décadas, as cidades brasileiras vêm sofrendo cada vez mais pressão pelo seu papel de absorção da

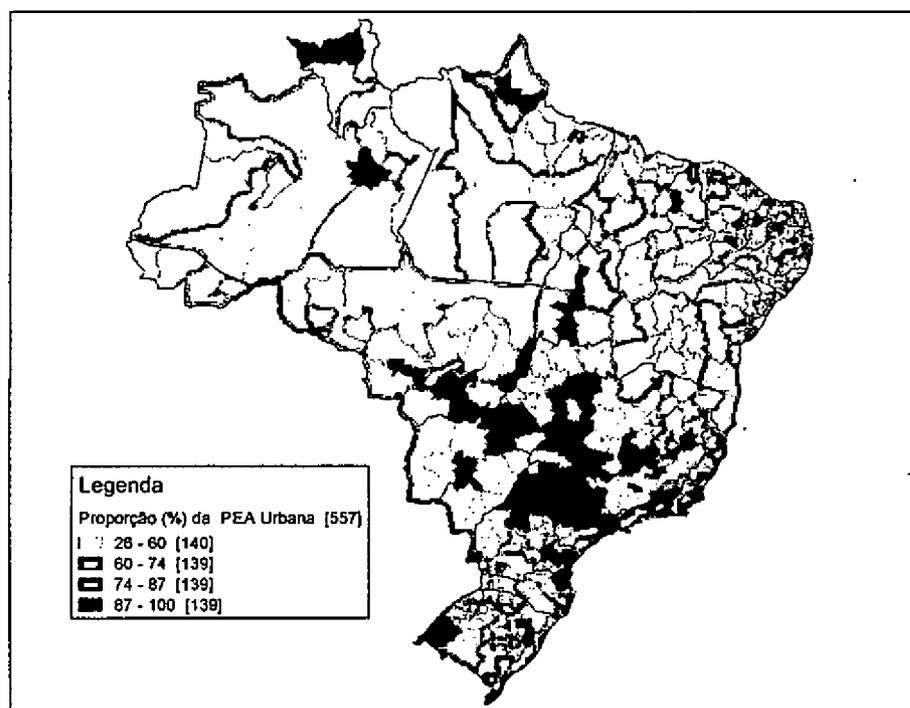
<sup>20</sup> Em ordem de importância na participação relativa da PIA, são elas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Recife, Curitiba, Campinas, Brasília, Goiânia, Belém, Manaus.

<sup>21</sup> Deve-se notar, contudo, que o período de maior expansão da PIA e da PEA urbanas em relação à total, foi na década de 1990, com aumento de 6 p.p. nos dois indicadores.

mão de obra disponível, ainda que o façam sob péssimas condições, a despeito da melhora na qualidade de emprego verificada no século XXI.



**Figura 2 – População Economicamente Ativa segundo as microrregiões, 2010**  
 Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.



**Figura 3 – Proporção da PEA urbana entre as microrregiões do Brasil, 2010**  
 Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

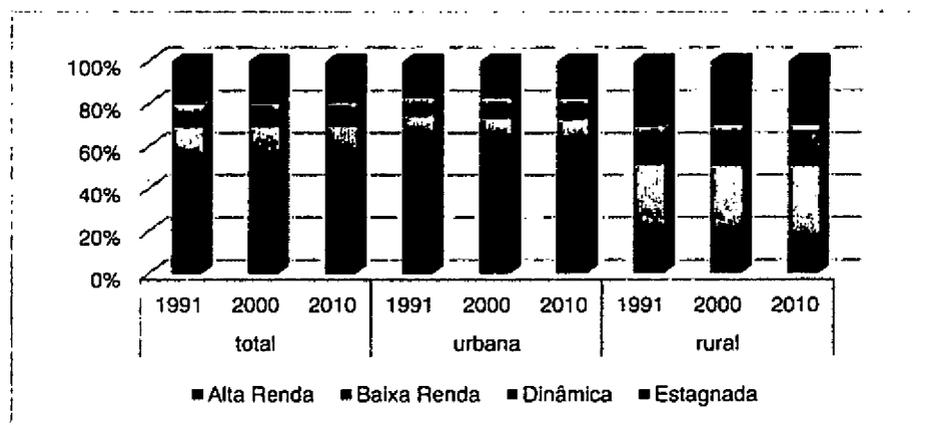
Entre as 557 microrregiões investigadas, a proporção da PEA urbana sobre a total se distribui de maneira mais ou menos homogênea, podendo variar entre 25,5% na MRG de Nordeste de Roraima-RR a 99,9% em Osasco-SP. Os menores índices de participação da

PEA urbana manifestam-se, principalmente, na região semiárida dos estados do Nordeste e norte de Minas Gerais, além de boa parte do estado do Maranhão e dos estados da região Norte (Figura 3). Nota-se, contudo, a ocorrência da alta proporção da PEA rural em diversas MRG da Região Sul do país, onde predomina a atividade agrícola. No outro extremo, as MRG com maior proporção da mão de obra urbana concentram-se, sobretudo, no Estado de São Paulo e em outras áreas da região Sudeste, Sul e Centro-Oeste, as mais adensadas economicamente. Nas regiões Norte e Nordeste o fenômeno só é visível nas regiões metropolitanas e demais capitais estaduais.

*Alta proporção de PEA urbana*

Em decorrência do predomínio da força de trabalho urbana, a análise por tipologia da PNDR (Gráficos 1 e 2) demonstra que o grupo de Alta Renda concentra a maior parte da mão de obra, detendo 58,7% do total da PIA, no ano de 2010, aumento de 1 p.p. em relação à 1991, além de concentrar 61,6% do total da PEA, naquele ano. Este valor é reflexo da concentração demográfica e econômica que ocorre junto às microrregiões desse grupo, onde também se encontram as áreas mais urbanizadas e os principais centros urbanos do país. Em seguida, as MRG Estagnadas respondiam por 19,7% e 19,1% da PIA e da PEA, respectivamente, com leve redução em relação ao início dos anos 1990. Trata-se, aqui, do grupo com o maior número de MRG e de maior extensão territorial, normalmente, compostas por áreas de ocupação mais antiga e já consolidadas, o que se reflete, também, no seu elevado contingente populacional e na proporção da força de trabalho.

*Alto renda*

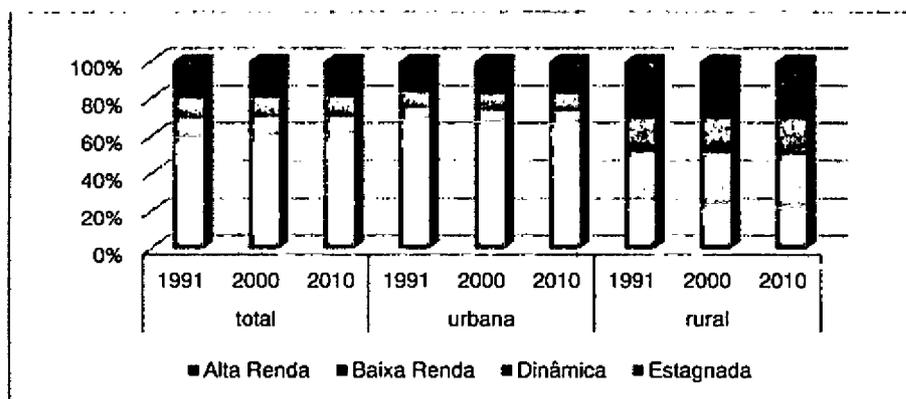


**Gráfico 1 – Participação na população em idade ativa (PIA), total e por local de moradia, segundo a tipologia da PNDR, 1991 a 2010**  
 Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991-2010.

Por outro lado, a menor participação no tamanho da força de trabalho brasileira é característica das MRG Dinâmicas e de Baixa renda. Estas últimas contribuem com 10,4% da PIA e 8,6% da PEA do país, para o ano de 2010. Já as MRG Dinâmicas contribuem com apenas 11,1% da PIA e 9,7% da PEA, no mesmo período, valor que se mantém desde 1991. Este último dado chama a atenção, pois, em que pese estas áreas terem tido o maior

*Baixa renda*

ritmo de crescimento econômico da década passada (mais precisamente entre 2002 e 2014), não se visualizou um aumento correspondente na sua participação na oferta de força de trabalho. Era de se esperar que um provável crescimento do emprego nestas áreas, decorrente do seu maior dinamismo, implicaria na migração da força de trabalho e, por consequência, um crescimento em sua participação na PIA e na PEA do país.



**Gráfico 2 – Participação na população economicamente ativa (PEA), total e por local de moradia, segundo a tipologia da PNDR, 1991 a 2010**

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991-2010.

De qualquer modo, a análise de correlação não mostrou nenhum tipo de relação entre a taxa de crescimento do PIB *per capita* e as taxas de crescimento da PEA e da PIA. Logo, por esse caminho não existem evidências para apontar um movimento de aumento da disponibilidade de força de trabalho decorrente do ritmo de crescimento econômico, tanto em direção às áreas mais dinâmicas do país, em tese mais atrativas à força de trabalho, como escapando das áreas estagnadas ou em declínio, que teriam influência inversa. Qu seja, o crescimento mais ou menos acelerado da oferta de mão de obra está correlacionado com o desempenho demográfico, e não necessariamente com as taxas de crescimento econômico da região. Pelo menos, não no período recente.

O fato é que este tipo de movimento requer análises de longo prazo, a tempo de se verificarem mudanças na estrutura da população e, por conseguinte, da força de trabalho. O que pode ter acontecido é que, para os diferentes fatores que proporcionaram algum dinamismo econômico destas regiões, não tiveram (ainda) duração suficiente para se verificar este tipo de mudança, ou, talvez, sejam levadas por movimentos temporários (ex.: caso de obras de infraestrutura), com ciclos curtos, cujos deslocamentos da força de trabalho não são percebidos pelos censos, uma vez que ocorrem dentro do período intercensitário. Basta lembrar que as grandes mudanças socioeconômicas que o país viveu, levando-o a tornar-se uma sociedade majoritariamente urbano-industrial, tiveram curso por quase meio século (1930-1980), além de experimentar fases de crescimento econômico muito mais intensas que as vividas nos últimos vinte ou trinta anos.

**Tabela 2 – Taxa de crescimento anual da PIA e da PEA, total e por local de moradia, segundo a tipologia da PNDR, 1991-2010**

Tipologia da PNDR	PIA total		PIA urbana		PIA rural	
	1991-2000	2000-2010	1991-2000	2000-2010	1991-2000	2000-2010
Brasil	2,17	1,89	2,91	2,26	-0,66	-0,01
Alta Renda	2,33	1,93	2,68	2,13	-1,50	-1,22
Baixa Renda	1,72	1,86	3,89	2,78	-0,13	0,84
Dinâmica	2,26	1,86	3,55	2,59	-0,16	0,04
Estagnada	1,89	1,78	3,11	2,39	-0,80	-0,03
	PEA total		PEA urbana		PEA rural	
Brasil	3,18	2,11	3,90	2,51	0,22	-0,06
Alta Renda	3,31	2,23	3,65	2,43	-0,43	-0,84
Baixa Renda	2,60	1,54	5,01	2,69	0,63	0,25
Dinâmica	3,39	2,09	4,75	2,84	0,74	0,10
Estagnada	2,93	2,01	4,17	2,61	0,08	0,16

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991-2010.

Em se tratando apenas da PIA e da PEA urbanas, a concentração no grupo das MRG de Alta Renda é ainda maior, com 65,7% da PIA urbana e 67,9% da PEA urbana, em 2010. Um traço marcante é a perda de posição do grupo das MRG de Baixa Renda que, embora respondessem por 10,4% da PIA total e 8,6% da PEA total, representavam apenas 6,7% e 5,5%, da PIA e da PEA urbana, respectivamente. Além do fato deste ser o grupo com o menor grau de urbanização (Relatório 1), o dado também aponta que ali estão situados os municípios com a mais baixa posição na hierarquia urbana brasileira, donde participam pouco com a força de trabalho urbana no país.

Por outro lado, os diferenciais de crescimento mostram algo diferente do que o verificado com a participação relativa. As taxas de crescimento anual da PIA e da PEA total das MRG de Alta Renda se deram em ritmo mais acelerado do que a média do país. Todavia, quando observados sob o ponto de vista do local de moradia, nota-se que as taxas de crescimento da PIA e da PEA urbanas foram mais aceleradas nos demais grupos. Daí o pequeno aumento de participação desses grupos no total da mão de obra urbana do país, frente à queda do primeiro. Por um lado, este diferencial de crescimento pode ter relação com as diferentes bases de crescimento em cada grupo, sendo muito maior no grupo de Alta Renda. Por outro lado, reflete ainda o processo de urbanização nas áreas mais periféricas do país. Ou seja, a intensidade do crescimento da PIA e da PEA urbanas foi maior nas áreas cujo grau de urbanização ainda tem espaço para elevação.

Já no que se refere à força de trabalho que vive no campo, verifica-se um claro equilíbrio entre os quatro grupos da tipologia da PNDR. No ano de 2010, 30,8% da PIA rural estava nas MRG de Baixa Renda, seguida de perto pelas MRG Estagnadas (30,3%). Todavia, a posição inverte-se quando se observa os dados da PEA, com as MRG

Estagnadas respondendo por 30,6% da PEA rural e as MRG de Baixa Renda com 27,9%, o que revela uma menor taxa de participação da mão de obra rural neste grupo. De acordo com os dados da Tabela, isto ocorreu em face de o crescimento da PIA rural nesse grupo ter sido muito maior do que o crescimento da PEA. O grupo das MRG de Alta Renda aparece em seguida, com 22,9%, revelando o oposto, isto é, uma maior utilização da mão de obra rural disponível.

### 3.2. Taxa de participação

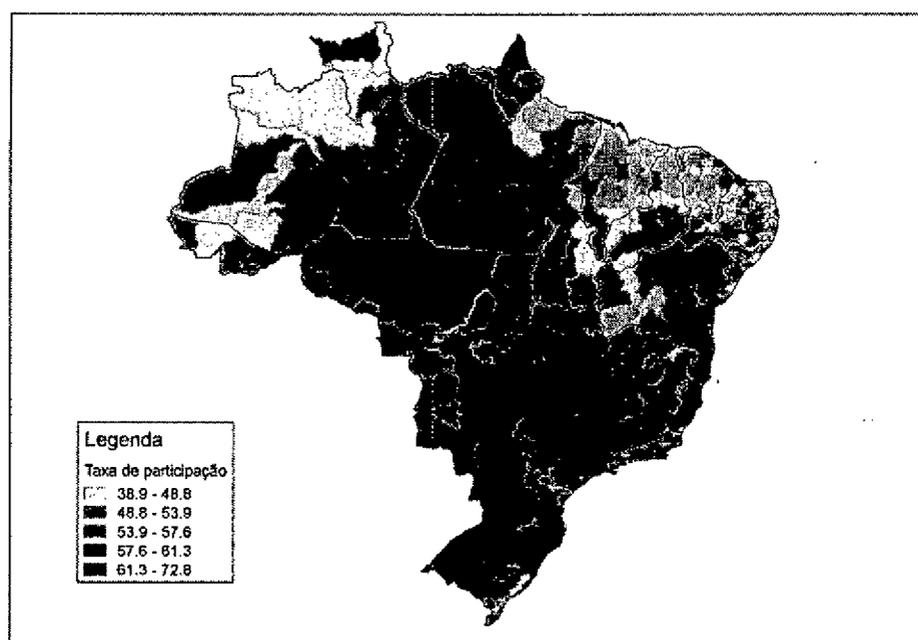
A análise anterior conduz a investigação da taxa de participação, medida pela razão entre a população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA), a partir de dados obtidos pelos Censos Demográficos. Este indicador permite conhecer o nível de utilização da força de trabalho nas regiões. Também permite, de acordo com Amitrano (2015), conhecer as condições de oferta de trabalho (especialmente quando se considera fatores como idade, gênero, local de moradia etc.), auxiliando a qualificar alguns resultados encontrados sobre o mercado de trabalho, tais como o ritmo de crescimento da demanda por emprego em relação ao crescimento da oferta. Todavia, como já mencionado, avaliações mais seguras a este respeito devem ter por base as condições de longo prazo da oferta e da demanda.

O leve aumento da taxa de participação no caso brasileiro, de 1,1 p.p., resultou numa queda da taxa de desocupação, já que a população ocupada cresceu mais rapidamente. Por sua vez, a análise regional revela que o Sul do país possui o maior nível de utilização das pessoas disponíveis ao mercado de trabalho. De fato, as maiores taxas de participação pertencem às MRG desta região, com destaques para Guaporé-RS (72,8%), Ituporanga-SC (72,7%) e São Miguel do Oeste-SC (71,9%). Entre as MRG dos principais núcleos urbanos do país, os destaques vão para Goiânia (65,4%), Brasília (64,4%) e Curitiba-PR (64,2%). Já São Paulo aparece com 61,4% e o Rio de Janeiro com 56%.

As MRG do interior do Nordeste são as que apresentam as menores taxas de participação da força de trabalho, com boa parte apresentando redução entre o ano de 2000 e 2010. A MRG de Canindé-CE, cujo crescimento anual da PIA foi de 2,0% enquanto a PEA teve queda de -0,5% a.a., no período 2000/10, apresentou a menor taxa de participação com 38,9%. Esse crescimento mais acelerado da PIA em relação à PEA tem sido característico desta região e comum às microrregiões que apresentaram baixa capacidade de utilização da população *potencialmente* apta para adentrar no mercado de trabalho.

O valor médio da taxa de participação entre as microrregiões brasileiras, em 2010, foi de 55,3%. Porém, a estatística descritiva para esta variável revela um Coeficiente de

Varição<sup>22</sup> (CV) de apenas 12%, o que demonstra um grau de dispersão relativamente reduzido entre as microrregiões brasileiras, em que pese as diferenças demonstradas pela Figura 4. Isto mostra que, a despeito das desigualdades regionais, o nível de oferta da força de trabalho é mais ou menos homogêneo. O maior grau de dispersão, neste caso, refere-se à utilização da mão de obra rural, com CV de 16%, entre as MRG. O mesmo pode ser dito comparando-se os valores de média e mediana.



**Figura 4 – Taxa de participação na atividade econômica segundo as microrregiões, 2010**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Isto não significa, contudo, que a força de trabalho seja utilizada de forma *adequada* dentro das microrregiões, ou que o padrão de utilização seja muito semelhante entre elas. Conforme discutido na literatura (GUIMARÃES NETO, 1976; DEDECCA, 2005), a estrutura do mercado de trabalho e o desenvolvimento das relações de trabalho tiveram diferentes impactos no âmbito das regiões brasileiras, se manifestando por diferentes formas de *subutilização* da força de trabalho, tais como o *subemprego* e o *desemprego disfarçado*, ou o trabalho precário e o informal, problemas típicos do subdesenvolvimento e que se agravam nas regiões menos desenvolvidas do espaço nacional. Só um exame setorial mais detalhado pode revelar as reais condições de ocupação da força de trabalho ocupada em cada uma das regiões brasileiras.

Por outro lado, quando observados o CV por tipologia da PNDR, denota-se uma maior homogeneidade do grau de utilização da força de trabalho no interior de cada grupo. As MRG Dinâmicas foram as que apresentaram o maior CV (10%) – o que ainda é pequeno

<sup>22</sup> O Coeficiente de Variação (CV) é medido pela divisão entre o desvio padrão e a média da variável analisada.

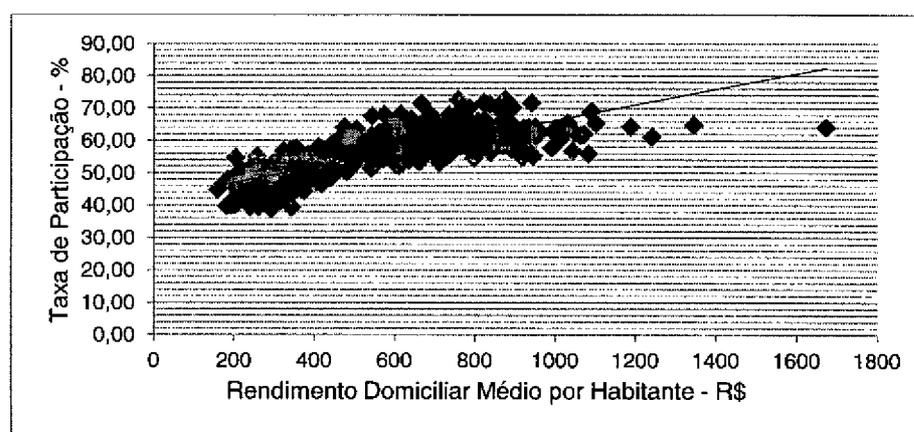
–, o que faz sentido por serem as que passam por nível mais intenso de transformações econômicas e, também, por sua disposição pelo território em diferentes áreas do país.

**Tabela 3 – Taxa de participação no mercado de trabalho por tipologia da PNDR, total e segundo local de moradia, 2000 e 2010**

	Total		Urbano		Rural	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Alta Renda	59,7	62,0	59,6	61,7	57,8	60,8
Baixa Renda	48,9	47,4	48,6	48,1	49,3	46,5
Dinâmica	53,5	54,5	54,2	55,3	51,9	52,4
Estagnada	54,9	56,0	55,2	56,4	52,9	54,4

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010.

Em média, as MRG de Alta Renda possuem a maior taxa de participação, com 62% da PIA disponível como força de trabalho (Tabela 4), em 2010. Tratam-se, aqui, de áreas de ocupação bastante consolidada, com maior grau de urbanização e onde estão as grandes metrópoles brasileiras, cujo elevado ritmo de expansão do emprego e da renda, a partir da segunda metade do século XX, serviu para absorver o excedente de mão de obra das diversas regiões do país. Já as MRG de Baixa Renda, com média de 47% de Taxa de Participação, caracterizam um cenário bastante diferente. Na tipologia da PNDR, este foi o único grupo que apresentou redução entre os anos de 2000 e 2010, conforme demonstrado na Tabela.



**Gráfico 3 – Dispersão entre a taxa de participação e a renda domiciliar média por habitante, segundo as microrregiões, 2010**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

O comportamento observado entre as MRG coaduna com os valores encontrados dentro da literatura recente para o caso do Brasil. Ou seja, houve uma relativa elevação da taxa de participação brasileira, a partir de meados da década de 1990, cujos principais

fatores deveram-se ao aumento da proporção de mulheres na força de trabalho, a redução da participação de jovens entre 10 e 14 anos de idade, que estão em fase de escolarização, e o aumento relativo da população entre 35 e 49 anos (AMITRANO, 2015).

Chama a atenção, porém, a queda verificada nas MRG de Baixa Renda, que apresenta os menores níveis de participação da força de trabalho. Esta informação, porém, já havia sido explanada por Guimarães Neto (1976), para o caso da região Nordeste. O autor demonstrou que a baixa taxa de participação do Nordeste tem relação com a composição etária da população, cuja característica é de elevada proporção de jovens na população total, ao mesmo tempo em que apresenta alta participação dos grupos etários mais extremos da força de trabalho.

Noutra perspectiva, a análise também indica que a taxa de participação tem forte correlação positiva com a variável de rendimento por habitante (grau de correlação de 0,80). Isto sugere que o maior grau de utilização da força de trabalho implica em maiores níveis de rendimento por habitante (Gráfico 3), algo semelhante à relação positiva entre emprego formal e salários reais, observada por Amitrano (2015), para o caso do Brasil.

### **3.3 População Ocupada**

Assim como nos casos da PIA e da PEA, a distribuição do contingente de população ocupada (PO) no ano de 2010 acompanha as cifras concernentes ao tamanho da população e como essa se distribui pelo território. Desta forma, uma comparação simples entre as Figuras 2 e 5, mostra extrema semelhança na distribuição da PEA e da PO pelo território brasileiro.

Deste modo, entende-se que a observação das taxas de crescimento da população ocupada pode revelar informações mais relevantes sobre o comportamento do mercado de trabalho no período. A este respeito, deve-se considerar que a elevação da população ocupada corresponde a um crescimento da demanda por mão de obra, cuja informação, aliada a outros indicadores, demonstram o grau de dinamismo e capacidade de geração de emprego entre as microrregiões.

Entre os anos de 2000 e 2010, a população ocupada cresceu mais aceleradamente nas MRG da Bacia de São João-RJ, São Felix do Xingu-PA e Alto Teles Pires-MT; a primeira se beneficiou do crescimento dos royalties do petróleo e as duas outras do crescimento do agronegócio. Verifica-se 24 unidades que tiveram elevação da PO a um ritmo maior do que 5% a.a., sendo a maior parte situada na Região Norte e no Centro-Oeste, com apenas três situadas no Nordeste (Pacajus-CE, Barreiras-BA e Suape-PE), e somente uma figurava com a presença de capital estadual, Macapá-AP. Dentre elas, o

maior contingente da PO estava na MRG do Entorno de Brasília-GO, com 470 mil pessoas, e o menor estava em Amapá-AP (7,9 mil). Também nelas observa-se dinamismo atrelado ao agronegócio (Barreiras e as do Centro-Oeste) e aos investimentos públicos (SUAPE-PE).

Conforme demonstrado na Figura 6, não obstante o fato de que o maior tamanho das unidades territoriais do Norte e Centro-Oeste cause a impressão visual de melhor desempenho destas áreas, a análise estatística confirma o efeito visual, com as duas regiões, juntas, respondendo por mais de 45% das MRG que figuram com maior crescimento da PO (áreas mais escuras do mapa). Todavia, as áreas pertencentes às capitais estaduais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de Florianópolis, Curitiba, Vitória e Belo Horizonte, também figuram neste grupo, demonstrando que o efeito positivo não se prendeu apenas às áreas de expansão agrícola e mineral, onde a economia mais cresceu no período, mas também a áreas urbanas consolidadas.

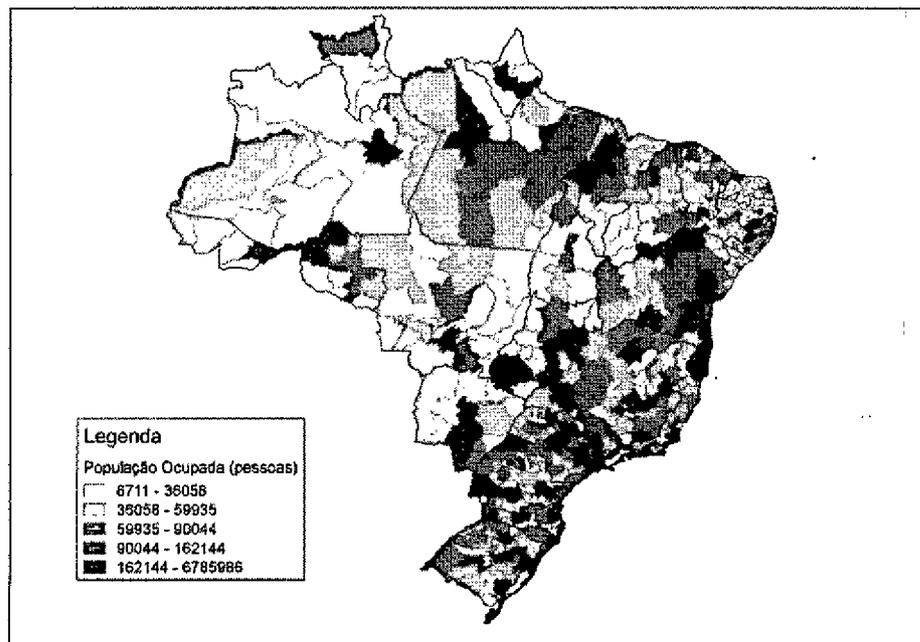


Figura 5 – População Ocupada segundo as microrregiões, 2010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

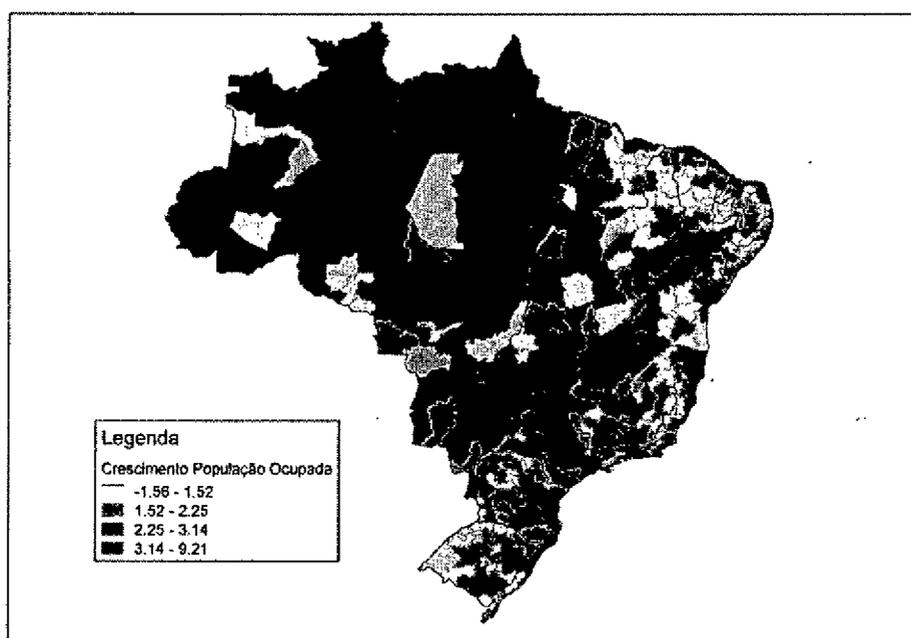
Os melhores resultados do Nordeste concentraram-se nas áreas litorâneas, sobretudo, nas capitais e em áreas de maior investimento público e privado (ex.: Suape-PE), além de alguns núcleos isolados do interior, como Barreiras-BA, Petrolina-PE e Alto Capibaribe-PE. Por outro lado, as áreas do extremo sul do país e do interior do Nordeste apresentaram as menores taxas de crescimento da PO. Deste modo, o baixo desempenho das MRG do sertão semiárido nordestino revela um aspecto complicado e negligenciado dos efeitos das políticas públicas aplicadas no período. Tanto a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) quanto as políticas sociais de transferência de renda foram incapazes de elevar o ritmo de crescimento da geração de emprego na sub-região,

*No Nordeste as áreas por investimento públicos!*

*região que continua com problemas!*

embora estas últimas tenham sido responsáveis pela melhora de diversos indicadores sociais e econômicos no período. Diversos estudos mostram que, apesar do dispositivo constitucional que direciona 50% dos recursos do FNE para o semiárido, esta meta não é cumprida, o que indica a dificuldade de atração de investimentos para essa área.

Existem ainda diferentes formas de se avaliar a população ocupada e, por extensão, as características do mercado de trabalho. Neste relatório, optou-se por analisar os níveis de formalização do trabalho e as faixas de remuneração do trabalhador. No primeiro caso, considerou-se a posição na ocupação e categoria de emprego no trabalho principal das pessoas ocupadas. Para tanto, analisou-se a proporção do número de pessoas ocupadas com algum tipo de emprego formal<sup>23</sup>, ao nível das microrregiões, e a proporção do número de empregados com carteira assinada em relação ao total de empregados.



**Figura 6 – Taxa de crescimento da população ocupada segundo as microrregiões, entre 2000 e 2010**

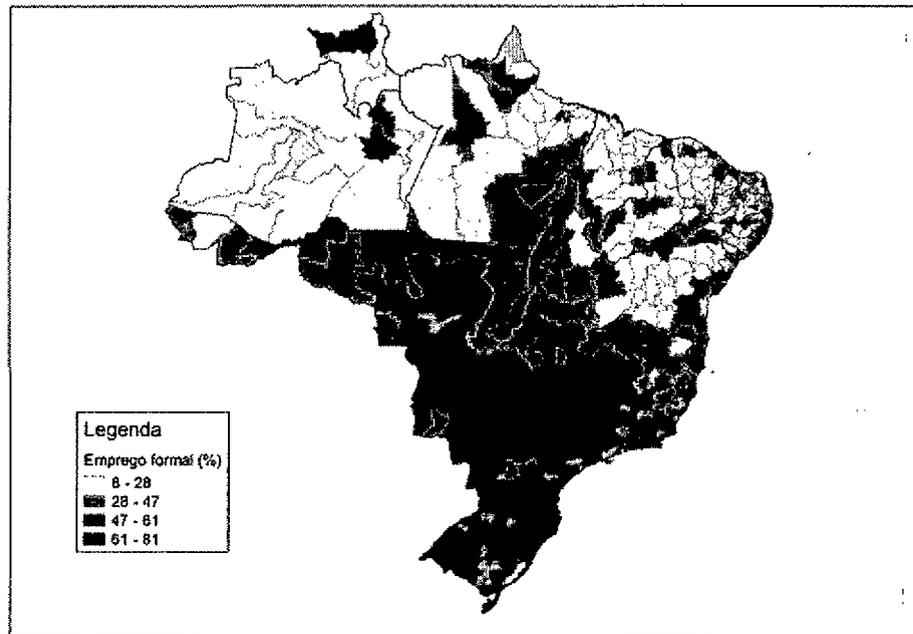
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010.

Já no segundo caso, investigou-se as microrregiões segundo o rendimento médio das pessoas ocupadas no trabalho principal. Aqui, os indicadores escolhidos foram a proporção do número de trabalhadores com remuneração de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e a proporção do número de trabalhadores com remuneração igual ou superior a cinco salários mínimos, ambos em relação ao número total de pessoas ocupadas.

A análise por posição na ocupação revelou que, em média, as microrregiões apresentam somente 45,3% das pessoas ocupadas com algum tipo de emprego formal.

<sup>23</sup> Considerou-se como emprego formal aquele que tivesse alguma contribuição à previdência social, situando-se entre as categorias de emprego formal, os seguintes: os trabalhadores com carteira assinada, os militares e funcionários públicos, empregadores e trabalhadores por conta própria com contribuição à previdência.

Todavia, a Figura 7 revela certa heterogeneidade entre as unidades investigadas, na qual as MRG do Norte e Nordeste apresentam os menores indicadores, sendo que Japurá-AM aparece com apenas 7,9% de emprego formal, sucedida por Serrana do Sertão Alagoano-AL (12%). Os valores significativamente baixos apresentados pelas áreas destas duas grandes regiões revelam a debilidade do mercado de trabalho nas áreas mais pobres do país.



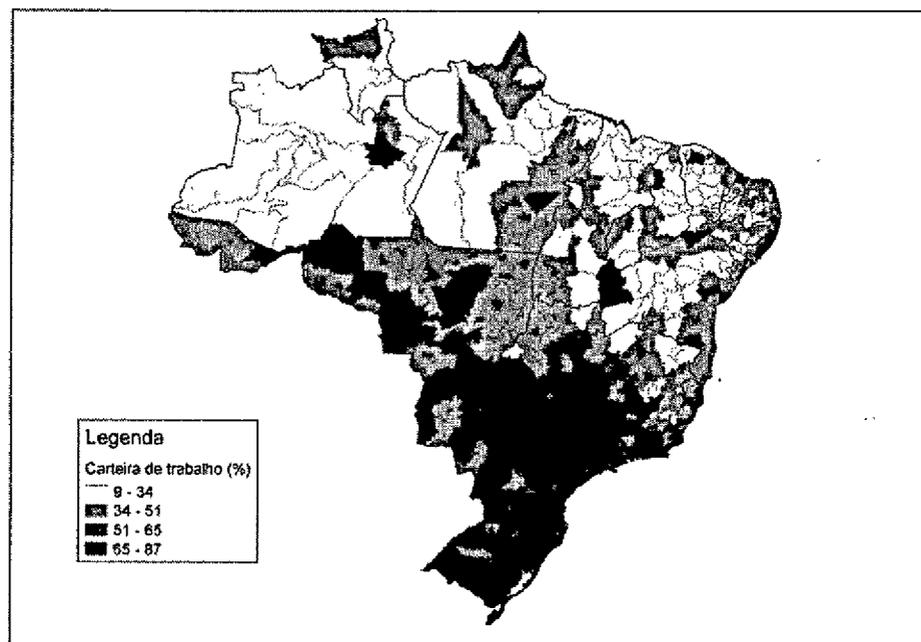
**Figura 7 – Proporção da população ocupada com emprego formal segundo as microrregiões, 2010**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

No outro extremo, Blumenau-SC e Joinville-SC são as unidades com os maiores índices de participação do emprego formal, com 80,1% e 77,7%, respectivamente. No geral, são as MRG do Sudeste, Sul e parte do Centro-Oeste que reúnem os maiores índices de participação do emprego formal, no ano de 2010. De fato, a maior participação do emprego formal entre as pessoas ocupadas tem forte correlação positiva (0,88) com o rendimento médio por habitante, concentrando-se, principalmente, nas áreas com maior grau de urbanização do país.

Desempenho bastante semelhante ocorre quando se observa o comportamento das MRG segundo a proporção de empregados com carteira assinada em relação ao total de pessoas na condição de empregados no trabalho principal (Figura 8). O traço mais característico desses dois indicadores é a linha divisória que reparte o país em duas partes discrepantes. Eles refletem o quadro das desigualdades regionais brasileiras, cuja manifestação historicamente mais percebida é a cisão entre uma porção mais ao sul, marcadamente mais rica e com melhores indicadores de desenvolvimento social, e outra

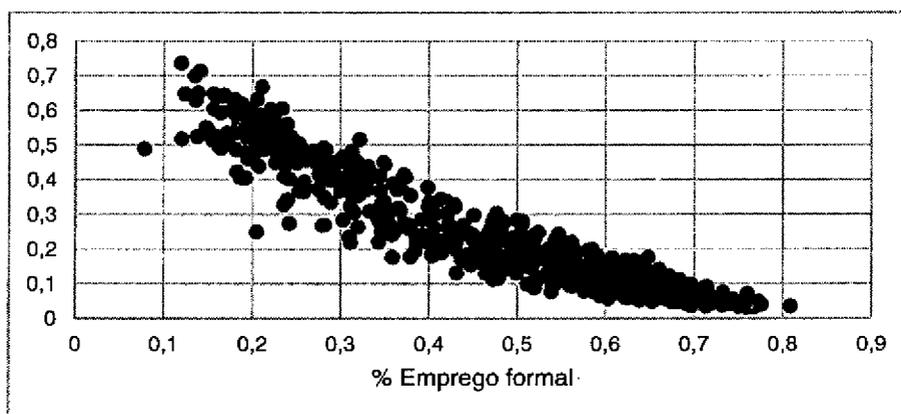
porção ao norte que, a despeito de se constituir com áreas de ocupação mais antiga, não logrou alcançar os mesmos patamares de desenvolvimento encontrados em sua outra metade.



**Figura 8 – Proporção das pessoas empregadas com carteira de trabalho assinada segundo as microrregiões, 2010**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

De igual modo, o sentido histórico em que se deu a ocupação do território brasileiro e o seu processo de desenvolvimento econômico, via de regra, do litoral para o interior, traduz-se em um outro aspecto geográfico dos indicadores sociais no Brasil. Ou seja, mesmo em sua porção menos desenvolvida, as áreas com os melhores indicadores de emprego formal e de carteira assinada situam-se no litoral, que costuma ser mais urbanizado e onde estão as metrópoles e demais capitais estaduais.



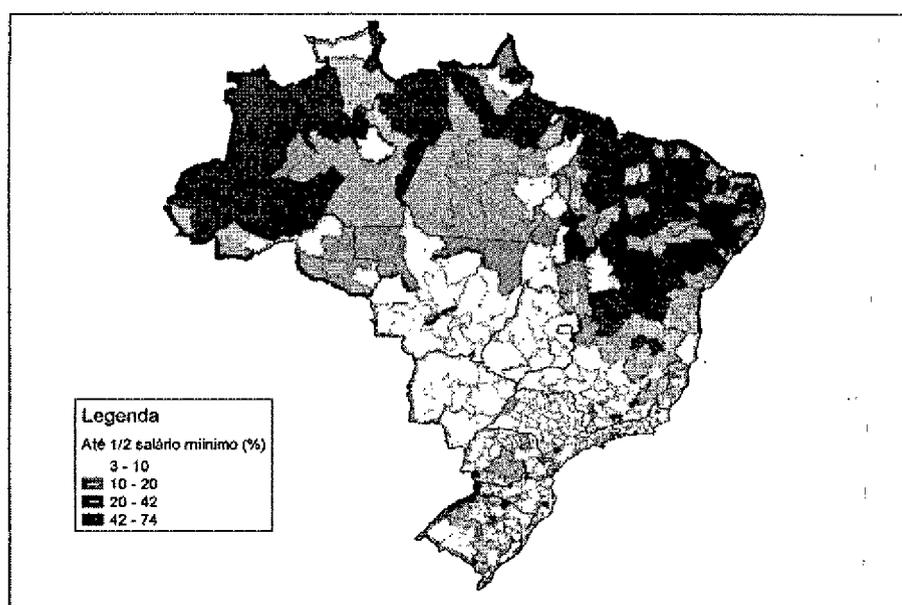
**Gráfico 4 – Dispersão entre a proporção de emprego formal e de pessoas com rendimentos até 1/2 salário mínimo, segundo as microrregiões, 2010**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Quanto à análise da posição das pessoas ocupadas segundo as faixas de rendimento no trabalho principal, verificou-se uma relação negativa entre a proporção do emprego formal e o percentual das pessoas com rendimento de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Ou seja, quanto menor o índice de pessoas com emprego formal nas microrregiões, maior a possibilidade de pessoas trabalhando com baixos rendimentos. O fenômeno consubstancia-se tanto na disposição do Gráfico 4, como na contraposição entre as Figuras 7 e 9.

Dessa maneira, a Figura 9 revela o outro lado visível dos baixos níveis de formalização do trabalho que ocorrem nas regiões Norte e Nordeste, principalmente. Isto é, com exceção de três MRG situadas na porção norte e menos desenvolvida do estado de Minas Gerais, que também fazem parte da Sudene, todas as MRG que figuram acima do terceiro quartil da distribuição de frequência estão situadas no Norte ou no Nordeste. Pelo exposto, as microrregiões com maior participação da população ocupada recebendo salários de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo estão situadas nas áreas mais periféricas do país.

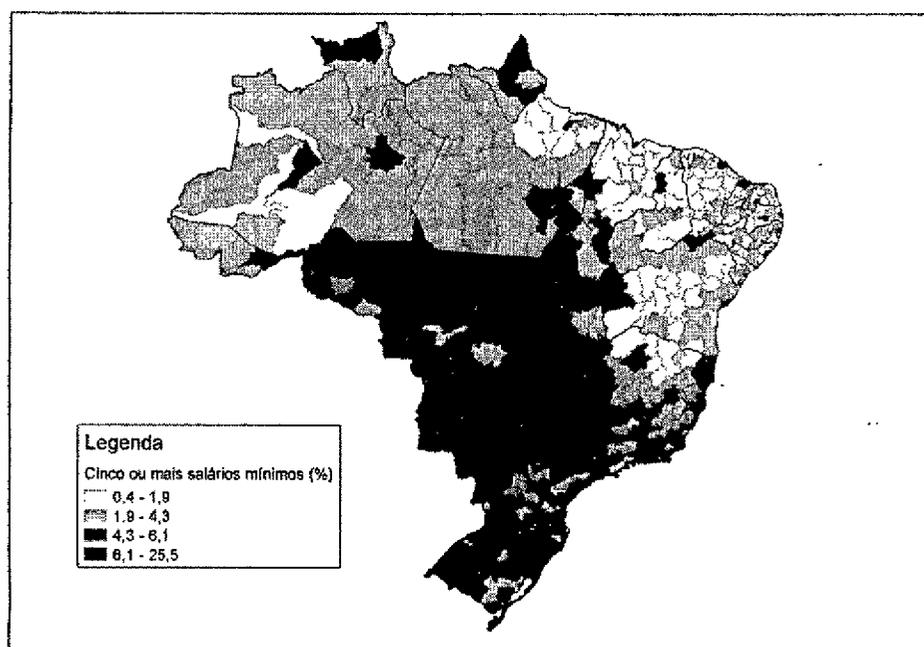
A média deste indicador entre as MRG é de 26,1%. Contudo, com elevado coeficiente de variação, pode oscilar de um mínimo de 3,1% e 3,3% nas MRG de Campinas-SP e de Jundiá-SP, respectivamente, até 73,7% em Serrana do Sertão Alagoano-AL, e 71,3% em Traipu-AL. O Estado de São Paulo destaca-se por apresentar a quase totalidade de suas MRG figurando entre os melhores indicadores (abaixo do primeiro quartil). Além deste estado, as MRG que apresentam índice reduzido de participação de pessoas ocupadas com baixos salários, situam-se, principalmente, no estado do Rio de Janeiro e no sul de Minas Gerais. Nota-se, também, o bom desempenho de algumas áreas das regiões Sul e Centro-Oeste do país.



**Figura 9 – Proporção da população ocupada com rendimento de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo no trabalho principal, segundo as microrregiões, 2010**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Por outro lado, quando se observa a proporção do número de pessoas ocupadas que obtém rendimentos iguais ou superiores a cinco salários mínimos, denota-se o quadro de heterogeneidade ao nível das microrregiões e no interior de cada uma delas.



**Figura 10 – Proporção da população ocupada com rendimento igual ou superior a 5 salários mínimos no trabalho principal, segundo as microrregiões, 2010**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

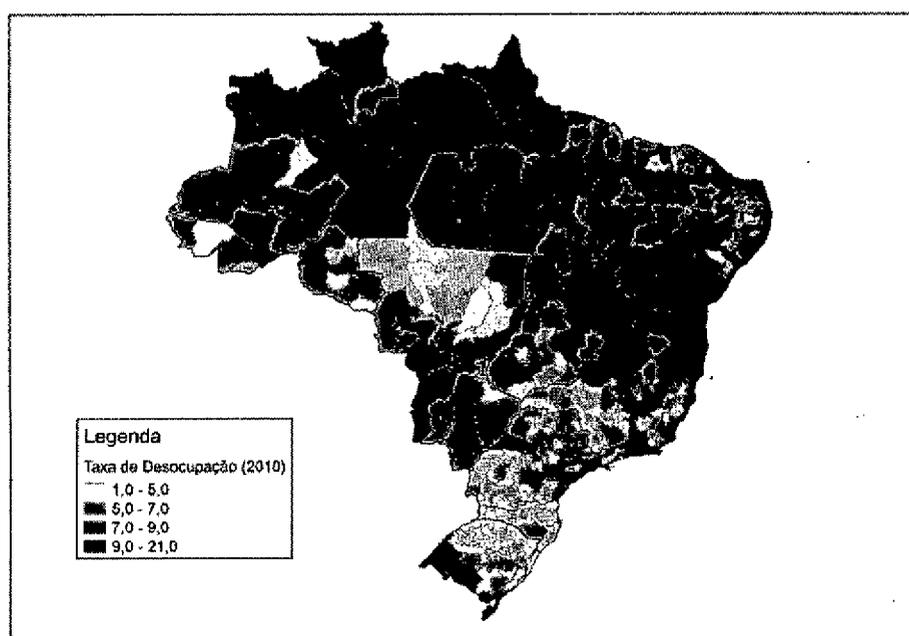
### 3.4. Taxa de desocupação

De acordo com Jannuzzi (2009), a taxa de desocupação ou desemprego normalmente é utilizada como um indicador da conjuntura macroeconômica e, para o setor público, tem a utilidade específica de permitir o acompanhamento da política econômica e na formulação de políticas de emprego e renda. Basicamente, este indicador revela a proporção da PEA que pode ser prontamente absorvida em casos de crescimento econômico. Neste relatório, o cálculo da taxa de desocupação foi realizado com base nas informações dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, a partir da razão entre o número de *pessoas desocupadas*<sup>24</sup> e a população economicamente ativa.

No Brasil, entre os anos de 2000 e 2010, o número de desocupados reduziu em 4,7 milhões, uma queda de 4,9% a.a., refletindo os bons indicadores sobre o mercado de trabalho. Em 2010, o Censo Demográfico identificou um contingente de aproximadamente 7,1 milhões de desempregados espalhadas pelo país. Porém, a análise descritiva revela

<sup>24</sup> Para tanto, considerou-se o número de *pessoas desocupadas* a partir da diferença entre o número de pessoas ocupadas e a população econômica ativa. Desse modo, o indicador é dado por: desocupados/PEA.

uma grande heterogeneidade de sua distribuição pelo território (CV de 296%). A maior concentração estava na MRG de São Paulo-SP (573 mil), composta pelo município de São Paulo e mais sete municípios da região do Grande ABC, seguida sucessivamente pelo Rio de Janeiro-RJ (482 mil), Salvador-BA (250 mil), Recife-PE (207 mil) e pelas demais áreas metropolitanas, demonstrando-se que os maiores contingentes de desocupados se situavam nos principais centros urbanos do país que a despeito de concentrarem a maior parcela do PIB apresentam as maiores taxas absolutas e relativas de desemprego.



**Figura – Taxa de desocupação segundo as microrregiões, 2010**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

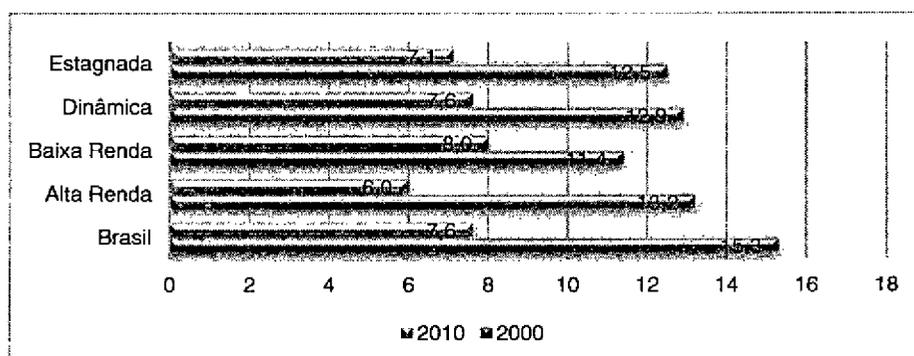
As microrregiões da região Sul do país destacam-se de forma positiva por figurarem no topo das que apresentaram as maiores quedas percentuais da população desocupada em seus territórios, embora, individualmente, tenham pouca representatividade no total de desocupados do país. O desempenho mais significativo é o da MRG de Curitiba-PR, com diminuição de 115 mil pessoas desempregadas, uma queda de 8,3% a.a., no período investigado.

No outro extremo, verificou-se aumento do número de desempregados em 52 unidades territoriais, majoritariamente situadas no interior do Nordeste e algumas áreas da região Norte. Chama a atenção o desempenho de São Félix do Xingu-PA, com o maior crescimento do número de pessoas desempregadas (6 % a.a.), em que pese situar-se entre as maiores taxas de crescimento da PO, o que reflete alguns aspectos do seu dinamismo durante o período. Deste modo, o aumento do número de desempregados foi compensado pelo crescimento e o bom desempenho do mercado de trabalho, refletindo-se numa queda de 2 p.p, na taxa de desocupação.

De maneira geral, verificou-se entre as MRG brasileiras resultado positivo para o período 2000-2010, o que era de se esperar, diante do desempenho do mercado de trabalho brasileiro no período. A taxa de desocupação no Brasil passou de 15,3% para 7,6%, entre 2000 e 2010. A redução também é visível para o conjunto das MRG, com exceção de 18 unidades territoriais, quase todas situadas no interior do Nordeste, que pioraram o seu indicador no período analisado. A média das taxas entre as MRG do país passou de 12,5% no ano 2000, para 7,1% em 2010.

No ano de 2010, as maiores taxas de desocupação estavam nas MRG do Norte e Nordeste, com destaques para Baixo Cotinguiba-SE (20,6%), Catu-BA (17,2%), Itamaracá-PE (16,7%) e Suape-PE (16,2%), em que pese todas estas unidades terem verificado reduções significativas em seus indicadores. O caso de Suape-PE é emblemático, com queda de mais de 11 p.p. em relação ao ano 2000, quando apresentava taxa de desocupação de 27,8%. No outro extremo, são as MRG do Sul e do Sudeste que apresentam os melhores resultados. Entre as menores taxas de desocupação encontradas, destacam-se as de Tabuleiro-SC (1,2%), Ituporanga-SC (1,3%) e Guaporé-RS (1,8%).

Os dados do parágrafo anterior expõem o enorme desafio imposto às políticas públicas de emprego e de distribuição de renda, em face do abismo apresentado entre os indicadores sociais do Norte e Nordeste e os das regiões mais desenvolvidas do país. De igual modo, o Coeficiente de Variação (CV) de aproximadamente 33% no ano 2000 e de 36% em 2010 revela algum grau de heterogeneidade desta variável entre as microrregiões brasileiras. Quando comparado o CV da taxa de desocupação com o da taxa de participação (ver seção anterior), denota-se que a homogeneidade no grau de oferta da força de trabalho, medido por esta última, não se traduz numa equivalente capacidade de absorção da força de trabalho em alguma atividade produtiva pelo conjunto das MRG.



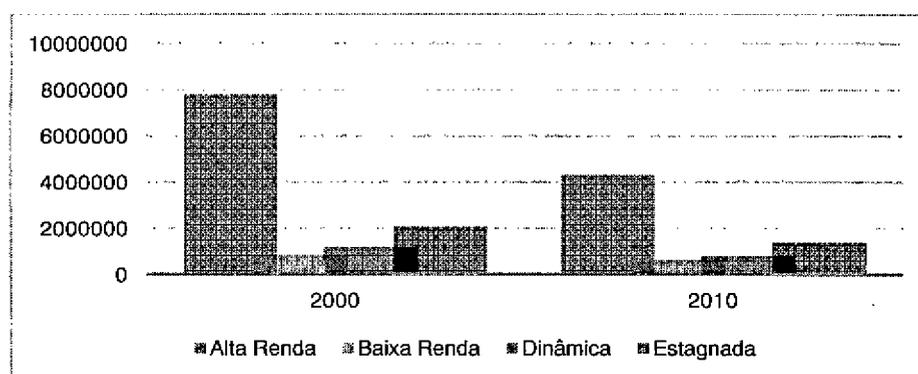
**Gráfico – Evolução da taxa de desocupação no Brasil e por tipologia da PNDR, 2000 e 2010**

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010.

A análise por tipologia da PNDR também revela que as MRG de Alta Renda foram as que apresentaram melhor desempenho no período investigado. No ano 2000, este grupo

apresentava a maior taxa de desocupação, com 13,2%. Já em 2010, com apenas 6%, o grupo passou a apresentar a menor taxa observada. Por outro lado, o CV deste grupo revela que, em 2010, ele era o grupo mais heterogêneo dentre os investigados, com taxas que variavam entre 1,3% de desocupados em Ituporanga-SC e 1,8% em Guaporé-RS, até 13,7% em Salvador-BA e 13,5%, em Recife-PE. Deve-se ressaltar que as MRG das capitais do Nordeste lideram o ranking das maiores taxas de desocupação neste grupo, ocupando sete das dez primeiras posições, sendo as cinco primeiras todas de capitais nordestinas.

Desempenho diferente apresentou o grupo das MRG de Baixa Renda. Embora todos os grupos da tipologia tenham apresentado queda deste indicador no período, este grupo foi o que teve desempenho menos favorável. Apresentava a menor taxa de desocupação no ano 2000 (11,4%), chegando ao ano de 2010 com a maior taxa (8%). A seu turno, O CV revela que este é o grupo mais homogêneo entre os investigados. A microrregião de Serrana do Sertão Alagoano-AL apresentou a menor taxa de desocupação, em 2010, com 3,3% de desocupados, seguida por Meruoca-CE (3,8%). No outro extremo, São Miguel dos Campos-AL lidera o ranking neste grupo, com 15,6% de desocupados. Em seguida, aparecem Mata Meridional Pernambucana-PE e Entre Rios-BA, com 15,1% e 13,1% de desocupados, respectivamente. O grupo das MRG Dinâmicas passou de 12,9% de desocupados no ano 2000, para 7,6%, em 2010, acompanhando o desempenho da economia brasileira. Com CV relativamente alto, as menores taxas de desocupação no ano de 2010 estavam em Cerro Largo-RS (2,7%), Frederico Westphalen-RS (2,8%) e Pitanga-PR (3,4%). Por outro lado, as maiores taxas estavam em Baixo Continguiaba-SE (20,6%), Suape-PE (16,2%) e Japurá-AM (16,1%). Porém, estas três microrregiões reduziram bastante o seu indicador, quando comparados com o ano 2000, reflexo do seu ritmo de crescimento econômico.



**Gráfico – Número de pessoas desocupadas por tipologia da PNDR, 2000 e 2010**

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010.

Já o grupo de MRG Estagnadas também apresentou redução do indicador, passando de 12,5% para 7,1%, entre 2000 e 2010. Entre as microrregiões deste grupo, as que apresentaram os melhores resultados foram Tabuleiro-SC, Sananduva-RS e Santa Teresa-

RS, com taxas que variam entre 1,2% na primeira e 2,2% na última. Por sua vez, as maiores taxas foram verificadas em Catu-BA (17,2%), Itamaracá-PE (16,7%) e Mata Setentrional Pernambucana-PE (13,5%), que também apresentaram redução importante, em relação ao ano 2000. A MRG de Itamaracá, por exemplo, apresentou queda de mais de 10 p.p. no percentual de desocupados, entre 2000 e 2010.

Como era de se esperar, verifica-se queda no número total de desempregados em todos os grupos, no período 2000/10. Em 2010, a maior concentração de desempregados estava no grupo de Alta Renda, com cerca de 4,3 milhões de pessoas. Contudo, este foi o único grupo que reduziu sua participação no total de desempregados do país, em relação ao ano 2000, passando de 65,8% para 60,2%. Deste modo, ainda que os demais grupos tenham reduzido o número total de desempregados, todos verificaram aumento de participação relativa em relação ao total de pessoas desocupadas do país. Com 648 mil desempregados, em 2010, as MRG de Baixa Renda passaram de 6,8% para 9,1% do total de desocupados. Já as MRG Dinâmicas passaram de 10% para 11,3%, com pouco mais de 800 mil desempregados. Por fim, as MRG Estagnadas tiveram aumento de 2 p.p. em relação ao ano 2000, com aproximadamente 1,4 milhão de desempregados, em 2010, ou 19,5% do total.

#### 4. A GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL NO PERÍODO RECENTE (2002-2014)

O objetivo desta seção é realizar uma análise da dinâmica setorial do emprego formal no Brasil, no nível das microrregiões, entre 2002 e 2014, a partir dos dados de emprego e salário da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O levantamento centrou-se na análise do comportamento total e setorial do emprego ao nível das microrregiões brasileiras, e por nível de centralidade, segundo a REGIC.

##### 4.1. Crescimento do emprego formal (RAIS/MTE)

No século XXI, o emprego formal medido pelos dados da RAIS/MTE cresceu significativamente no país pelas razões já indicadas. O estoque de vínculos formais saiu de 26,2 milhões em 2000 para 49,6 milhões em 2014, o que representou crescimento médio anual de 4,7%, acima da variação do PIB no mesmo período que foi de 3,3%. Este aumento foi particularmente maior nas regiões Norte (6,9% a. a.), Nordeste (5,4% a. a.) e Centro-Oeste (5,3% a. a.), enquanto a região Sudeste teve o pior desempenho (4,1% a. a.), seguida pelo Sul (4,5%).

mais freco

Krein e Manzano (2014) apontam, além das ações diretas de estímulo à economia praticadas pelo Estado, outros elementos que foram importantes para a melhora dos indicadores do mercado de trabalho neste século, especialmente quanto a maior formalização: aprimoramento do aparato regulatório; consolidação das instituições e do marco legal definidos na Constituição de 1988 e as novas perspectivas e programas das instituições públicas na área do trabalho; e as políticas de incentivo à formalização e simplificação promovidas pelo Estado; e a ampliação do poder de barganha dos sindicatos e dos trabalhadores.

O crescimento do emprego formal foi, de fato, proporcionalmente maior do que o crescimento da economia brasileira nos pós-2003 e da própria geração de empregos, medida pela evolução do pessoal ocupado (PO). Isto ocorreu em todas as regiões do país (tabela 10), e constituiu-se na principal novidade do mercado de trabalho no Brasil, razão pela qual autores como Baltar et. al. (2017) e Baltar (2015) falam de crescimento desproporcional do emprego formal. Este desempenho maior dos vínculos formais medidos pela RAIS *vis à vis* o aumento do pessoal ocupado representou um processo de crescimento na qualidade do emprego e provavelmente responde, parcialmente, pela elevação da renda do trabalho na demanda agregada a que se fez menção anteriormente. Ademais, a formalização habilita os trabalhadores a terem acesso mais fácil ao crédito e as linhas de financiamento do sistema bancário comercial.

É importante registrar que enquanto o estoque de pessoal ocupado no Brasil aumentou, entre 2003 e 2013, em 15,9 milhões o do emprego formal cresceu num total de 19,4 milhões, indicando que o crescimento dos trabalhadores formais não derivou apenas do desempenho econômico, mas também, e talvez principalmente, pelas razões apontadas por Krein e Manzano (2014). Do ponto de vista regional, o Sul e o Nordeste apresentaram a maior relação entre empregos formais gerados e novos pessoais ocupados: a primeira região ampliou o PO em 1,8 milhão e os trabalhadores com vínculos RAIS em 3,2 milhões; para o Nordeste estes números foram de, respectivamente, 2,3 e 3,8 milhões. Apenas na região Norte, o número absoluto de empregos celetistas (1,4 milhão) cresceu bem abaixo da PO (3,4 milhões). No Sudeste estes números foram 7,0 e 9,2 milhões, enquanto o Centro-Oeste teve crescimento próximo entre PO (1,7 milhão) e os empregados registrados pela RAIS (1,8 milhão).

**TABELA 10 – Taxas de crescimento médio anual do PIB, da População Ocupada e do Emprego Formal, por macrorregião (2003-2013, em %)**

Região	PIB	PO	Emp. RAIS
NO	4,8	5,6	7,1
NE	4,0	1,0	5,8
SE	3,7	1,8	4,8
SUL	3,1	1,2	4,8
CO	4,7	2,6	5,8

Fonte: PNAD/PIB Municipal/IBGE; RAIS/MTE. Elaboração dos autores.

Para o período em questão, não é possível avaliar a evolução do PO dos municípios e microrregiões, razão pela qual não se faz a análise anterior para os níveis de hierarquia das cidades. A tabela 10, no entanto, apresenta a relação entre as taxas de crescimento do PIB e do emprego formal para dois períodos selecionados.

**TABELA 10 – Taxas de crescimento médio anual do PIB e do Emprego Formal, por nível de hierarquia urbana por períodos selecionados (em %)**

Hierarquia urbana	PIB		Emprego Rais	
	2002/2014	2003/2013	2002/2014	2003/2013
Grande Metrópole Nacional	2,9	3,9	3,9	4,5
Metrópole Nacional	2,5	2,9	3,8	4,5
Metrópole	2,9	3,3	4,5	5,1
Capital Regional A	3,6	3,9	5,2	5,6
Capital Regional B	3,7	4,3	5,3	5,9
Capital Regional C	3,0	3,2	5,0	5,5
Centro Subregional A	3,4	3,9	5,3	5,5
Centro Subregional B	3,6	4,1	5,7	5,8
Centro de Zona A	4,3	4,9	5,2	5,6
Centro de Zona B	3,1	3,3	4,9	5,1
Centro Local	3,8	4,1	5,1	5,5

Fonte: PIB Municipal/IBGE; RAIS/MTE. Elaboração dos autores.

Esta maior formalização apresentou características espaciais desconcentradoras, com a participação relativa das regiões Norte (+1,2 p.p.), Nordeste (+2,6 p.p.) e Centro-Oeste (+0,7 p.p.) ampliando-se notavelmente o estoque de empregados no Brasil. Assim como verificado em relação ao PIB e as exportações, tomando por base a hierarquia urbana, as Metrôpoles perdem participação relativa no agregado Brasil no estoque de empregos

formais (-3,0 p.p.), entre 2012 e 2014. Há ganhos de participação das cidades intermediárias (Capitais Regionais e Centros Subregionais) de 1,1 p.p. e das cidades pequenas (Centros de Zonas e Centros Locais). Essa perda de participação relativa das Metrôpoles no emprego formal no total do país foi praticamente a mesma verificada em sua perda de participação no PIB do país (-3,1 p.p.). No entanto, os centros locais, que aumentaram 1,9 p.p. em suas participações no PIB brasileiro, tiveram proporcionalmente ganhos menores no emprego formal. Isto parece reforçar a ideia de que em seus territórios o crescimento econômico gera efeitos socialmente menores quando comparado com outras cidades com níveis de hierarquia urbana mais elevada. É o caso das cidades intermediárias que aumentaram a participação no emprego em 1,9 p.p. embora seu aumento no PIB nacional tenha sido apenas de 1,3 p.p. no período assinalado.

**TABELA 11– Brasil: Distribuição do emprego formal, segundo macrorregião (2002-2014, em %)**

Região	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
NO	4,5	4,7	4,9	5,0	5,1	5,2	5,3	5,3	5,5	5,5	5,5	5,6	5,7
NE	16,9	17,2	17,2	17,5	17,6	17,5	17,6	18,0	18,2	18,3	18,1	18,2	18,4
SE	52,7	52,1	51,8	51,8	51,6	51,9	51,7	51,2	51,0	50,8	50,8	50,3	50,0
SUL	17,7	17,8	17,9	17,5	17,6	17,3	17,2	17,2	17,1	17,1	17,1	17,2	17,2
CO	8,1	8,2	8,3	8,3	8,2	8,1	8,2	8,3	8,2	8,3	8,4	8,7	8,7
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração dos autores.

**TABELA 11– Brasil: Distribuição do emprego formal, segundo nível de hierarquia urbana (2002-2014, em %)**

Nível de hierarquia	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Grande Metrôpole Nacional	17,5	17,0	16,8	16,7	16,6	16,7	16,9	16,6	16,6	16,2	16,3	16,0	15,9
Metrôpole Nacional	11,3	10,9	10,7	10,5	10,4	10,4	10,2	10,2	10,0	10,1	10,1	10,2	10,2
Metrôpole	19,7	19,5	19,5	19,6	19,5	19,5	19,6	19,6	19,7	19,6	19,7	19,3	19,2
Capital Regional A	8,7	8,8	8,9	9,0	9,2	9,1	9,2	9,1	9,2	9,2	9,2	9,2	9,2
Capital Regional B	5,7	5,7	5,8	5,7	5,8	5,8	5,9	5,9	6,0	6,0	6,0	6,1	6,1
Capital Regional C	7,8	7,8	7,8	7,9	7,8	7,9	7,9	7,9	8,0	8,0	8,1	8,1	8,1
Centro Subregional A	5,1	5,2	5,3	5,3	5,3	5,2	5,2	5,2	5,2	5,3	5,3	5,4	5,4
Centro Subregional B	2,4	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,6	2,6	2,7	2,7
Centro de Zona A	4,6	4,6	4,7	4,7	4,7	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8
Centro de Zona B	3,6	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,6	3,6	3,6	3,7	3,7
Centro Local	13,7	14,2	14,2	14,3	14,4	14,4	14,2	14,4	14,3	14,5	14,1	14,6	14,5

Fonte: REGIC/IBGE; RAIS/MTE. Elaboração dos autores.

Setorialmente, há mudanças importantes na distribuição do emprego formal entre as regiões do país. O Norte, em 2014, respondia por 10,4% do total do emprego formal da Extrativa brasileira; um ganho de 6,2 p.p. em relação a 2002, mas deve-se considerar que este setor responde apenas por 0,4% do total de empregos formais no país. Também na Agropecuária o ganho da região foi expressivo no total do país: passou de 2,8% (2002) para 6,4% (2014). A expansão da fronteira agrícola e o avanço da indústria extrativa no Sudeste do Pará, especialmente na MRG de Parauapebas explicam esse bom desempenho, conforme destacado na análise microrregional feita na próxima seção.

O Centro-Oeste apresentou ganhos expressivos nos empregos da Agropecuária (+5,66 p.p.) e passou a responder, em 2014, por 18,3% do total setorial no país. As razões para tanto já foram apresentadas. O Nordeste, teve os maiores crescimentos no agregado Brasil na Construção Civil (passou de 18,8% do total brasileiro em 2002 para 21,8%); no Comércio (passou de 14,8% para 17,4%) e na Administração Pública (24,7% para 27,7%). Neste três setores. O Sudeste perde participação em todos os setores, assim como o Sul que ganha apenas nos Serviços Industriais de Utilidade Pública. A desconcentração produtiva regional também representou uma desconcentração produtiva do emprego formal, como seria de se esperar.

Em todas as regiões, a construção Civil, o Comércio e os Serviços ampliaram a participação na estrutura de emprego formal, conforme pode se constatar nas Tabelas 3A a 3F no Anexo.

#### **4.2. Evolução do emprego formal por MRG e por grupamento de atividades**

De acordo com os dados da Rais, o Brasil possuía 28,7 milhões de vínculos ativos, em 31/12 do ano de 2002, passando para 49,6 milhões, na mesma data do ano de 2014, ou seja, um crescimento de pouco mais de 70% em doze anos, o que equivale a uma taxa média anual de 4,7%. Todavia, estes resultados apresentam ritmos diferenciados tanto setorialmente como por subperíodos, como foi observado na primeira seção deste relatório.

Noutra medida, também se verificaram comportamentos diferenciados ao longo do território brasileiro, conforme pode ser observado a partir da análise das microrregiões. No ano de 2014, a MRG de São Paulo-SP apresentava o maior contingente de trabalhadores com registros administrativos na Rais, com 6,1 milhões de vínculos ativos, representando 12,4% do emprego formal no país. Em seguida, aparece a MRG do Rio de Janeiro-RJ, com 3,5 milhões de postos de trabalho, ou 7,1% do total.

Com efeito, as maiores participações correspondem às unidades territoriais onde estão situadas as principais aglomerações urbanas do país, sendo que as vinte maiores

contribuições representavam 50% do total de empregos formais do Brasil, em 31/12 do ano de 2014 (Tabela). Dentro deste grupo, dez MRG registraram perda de participação no total de empregos formais do país, com relação ao mesmo período de 2002. O fato decorre do menor ritmo de expansão do emprego formal nestas unidades (Figura). A maior redução foi na MRG de São Paulo-SP, com queda de 1,3 p.p. no período 2002-14. Por outro lado, as MRG de Manaus e de Sorocaba-SP apresentaram as maiores taxas de crescimento do grupo, com médias anuais de 6,5% e 5,9%, respectivamente, elevando sua participação de 0,9% para 1,1% (Manaus) e de 0,7% para 0,8% (Sorocaba). Devem-se destacar, também, a predominância de MRG pertencentes ao estado de São Paulo, com sete unidades que, juntas, correspondiam a 18% do total do país, no ano de 2014.

**Tabela – Número de vínculos ativos, total e participação relativa, segundo as vinte maiores microrregiões do Brasil, 2014**

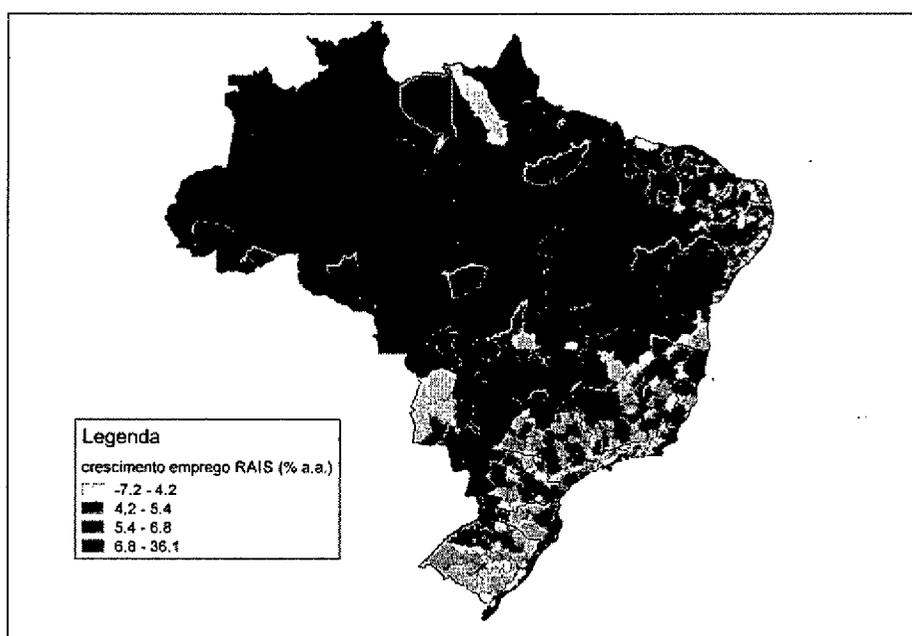
Microrregião	Vínculo ativo (1000 pessoas)	Participação Brasil		Taxa anual de crescimento (2002/2014)
		%	% acum.	
São Paulo-SP	6.127	12,4	12,4	3,8
Rio de Janeiro-RJ	3.510	7,1	19,4	3,6
Belo Horizonte-MG	1.940	3,9	23,4	3,9
Porto Alegre-RS	1.328	2,7	26,0	3,0
Brasília-DF	1.322	2,7	28,7	4,1
Curitiba-PR	1.276	2,6	31,3	4,4
Salvador-BA	1.153	2,3	33,6	4,1
Recife-PE	1.055	2,1	35,7	5,0
Fortaleza-CE	1.024	2,1	37,8	5,7
Campinas-SP	973	2,0	39,8	5,3
Goiânia-GO	784	1,6	41,3	4,9
Osasco-SP	654	1,3	42,7	4,6
Vitória-ES	563	1,1	43,8	4,7
Manaus-AM	562	1,1	44,9	6,5
Belém-PA	543	1,1	46,0	4,3
Florianópolis-SC	461	0,9	47,0	5,5
Sorocaba-SP	417	0,8	47,8	5,9
São José dos Campos-SP	408	0,8	48,6	4,2
Guarulhos-SP	392	0,8	49,4	4,8
Santos-SP	383	0,8	50,2	4,2

Fonte: MTE/Rais, 2014.

Em contraponto à análise feita no parágrafo anterior, os dados da Figura estão agrupados por níveis de taxa de crescimento do emprego formal nas microrregiões, entre os anos de 2002 e 2014. Por este critério, evidenciou-se que os melhores desempenhos

tenham ocorrido fora dos grandes núcleos urbanos do país e das áreas mais desenvolvidas. De fato, foram as unidades territoriais do interior do Norte, Nordeste e Centro-Oeste que apresentaram os maiores ritmos de expansão do emprego formal no período, conforme destacado anteriormente neste relatório.

A taxa média de crescimento anual entre as MRG foi de 5,9%, apresentando um coeficiente de variação de 54%, logo, seu comportamento teve certa heterogeneidade pelo território. Em termos de crescimento relativo, o desempenho menos favorável foi na MRG de Chorozinho-CE (queda de 7,6% ao ano) e o mais favorável foi em Nordeste de Roraima-RR (acrécimo de 36,1%). Mas, ressalta-se que, em alguns casos, as taxas elevadas de crescimento são decorrentes da pequena base de comparação no início do período, como são os casos da própria MRG de Nordeste de Roraima-RR e de Japurá-AM (30,7% a.a.). No primeiro caso, havia 70 vínculos ativos no ano de 2002, passando para 2,8 mil no final do período. No segundo, eram apenas 32 vagas de empregos formais em 2002, e 796 em 2014.



**Figura – Taxa de crescimento médio anual do emprego formal, segundo as microrregiões, 2002-2014**

Fonte: MTE/Rais, 2002-2014.

Contudo, chama a atenção o volume de crescimento das MRG de Boa Vista-RR, com 58 mil novos postos de trabalho no período, equivalente a um crescimento de 9,9% a.a. Em seguida, aparecem as MRG de Parauapebas-PA, no Sudeste do Pará cuja base é fortemente atrelada a extrativa para exportação, com acréscimo de 56,6 mil postos de trabalho (14% a.a.), Alto Teles Pires-MT, com 52,5 mil (12,1 % a.a.), Altamira-PA, com 52 mil (17,2% a.a.), e Barreira-BA, com 46,8 mil (10,9% a.a.), todas três regiões do

agronegócio. Notadamente, tratam-se, portanto, de áreas cujo dinamismo econômico está atrelado à produção de *commodities* para exportação.

Em valores absolutos, a MRG de São Paulo-SP respondeu por 2,2 milhões de novos postos de trabalho, no período estudado. Isto significa que 10,5% do incremento verificado se concentrava naquela microrregião, fatia que revela o peso daquela unidade territorial na geração de empregos do país. A MRG do Rio de Janeiro-RJ aparece em seguida, com 1,2 milhão de novas vagas, correspondendo a 5,8% dos novos postos de trabalho.

Apenas três unidades territoriais apresentaram queda do número de empregos formais no período 2002-14. Foram elas as MRG de Chorozinho-CE, com redução de 60% dos postos de trabalho formais (-6,3 mil vínculos ativos), Litoral Nordeste-RN (queda de -2,5 mil vagas) e Piedade-SP, redução de 3,5 mil empregos formais, equivalente a uma queda de 10%. De uma maneira geral, as MRG pertencentes às regiões Sul e Sudeste tiveram ritmo de crescimento abaixo do que em outras áreas do país, figurando com as menores taxas.

Os mapas temáticos foram organizados por classes de tamanho das microrregiões, segundo o número de pessoas empregadas em cada grupamento de atividade econômica.

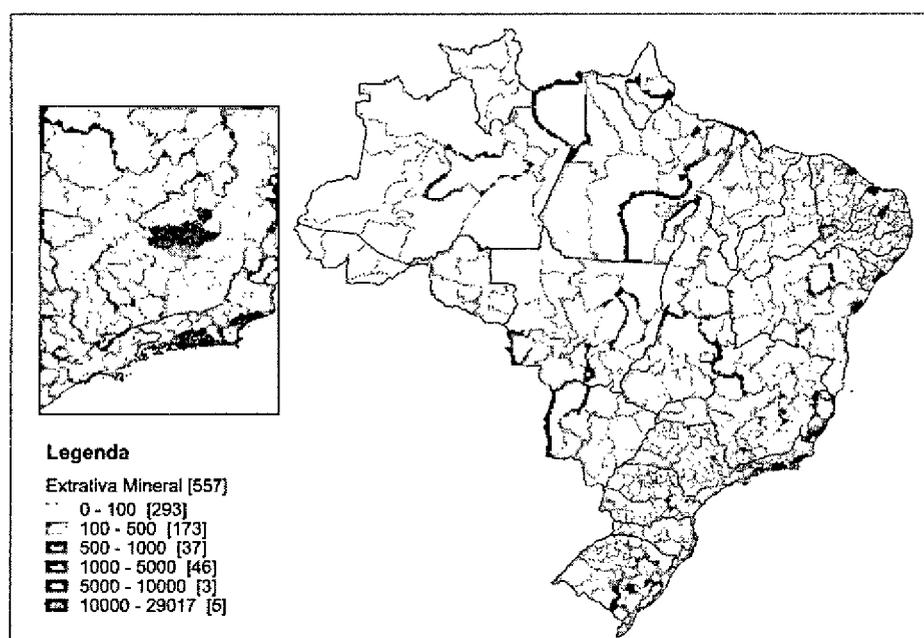
#### 4.2.1. *Extrativa mineral*

De acordo com os dados extraídos da Rais, a atividade Extrativa Mineral reunia, no ano de 2014, um contingente de 257,6 mil vínculos formais de trabalho do país, um crescimento de 109,8% em relação ao ano de 2002, equivalente a um crescimento anual de 6,4%. A atividade destaca-se, portanto, pelo alto desempenho no período, cuja taxa média de crescimento anual só foi menor do que o da atividade de Construção Civil, com 8,1% a.a., embora seu estoque seja pequeno no total nacional do emprego medido pela RAIS. Em termos de participação relativa, a atividade passou de 0,43% do total de empregos formais do país, para 0,52% no período 2002-14.

Na análise regional, a MRG de Macaé-RJ, com grande dependência da indústria petrolífera, liderava com pouco mais de 29 mil postos de trabalho, ou 11,3% do total da atividade, em 2014. Em seguida, aparecem o Rio de Janeiro-RJ (5,8%), Belo Horizonte-MG (5,8%), Itabira-MG (4,7%) e Parauapebas-PA (4,2%); a primeira com atividades ligada ao petróleo e as duas outras a extração mineral. Juntas, estas cinco MRG reuniam 31,7% dos empregos relacionados à atividade extrativa mineral no país, sendo as únicas a figurarem no grupo com mais de dez mil vínculos formais (Figura). As MRG de Ouro Preto-MG, Vitória-ES, aonde está localizado um dos mais importantes complexos de pelotizadoras do país, e Mossoró-RN, nesta ordem de importância, formavam um novo grupo, cujo número de

vínculos formais estava entre cinco mil e dez mil, perfazendo 7% do total da atividade no país.

A análise referente às dez principais MRG do país em relação à geração de empregos formais no setor de extrativa mineral, revela o aumento da concentração relativa dos empregos neste setor. No ano de 2002, elas representavam 34,9% dos empregos no setor, saltando para 42,3%, em 2014. Este comportamento, em grande parte foi influenciado pelos desempenhos da MRG de Parauapebas-PA e Conselheiro Lafaiete-RJ, cujas taxas elevadas de crescimento do emprego no período 2002-14 fez com que ambas passassem a figurar nesse grupo. A primeira elevou sua participação no total do país, de 1,1% para 4,2%, confirmando o dinamismo do Sudeste do Pará nesta atividade, e a segunda saltou de 0,6% para 1,9%. A MRG do Rio de Janeiro-RJ, com crescimento 13,6% a.a., também apresentou bom desempenho, assumindo o segundo maior contingente de pessoas empregadas no setor em 2014.



**Figura – Número de empregos formais em 31/12 do ano de 2014, no setor de Extrativa Mineral, segundo as microrregiões**

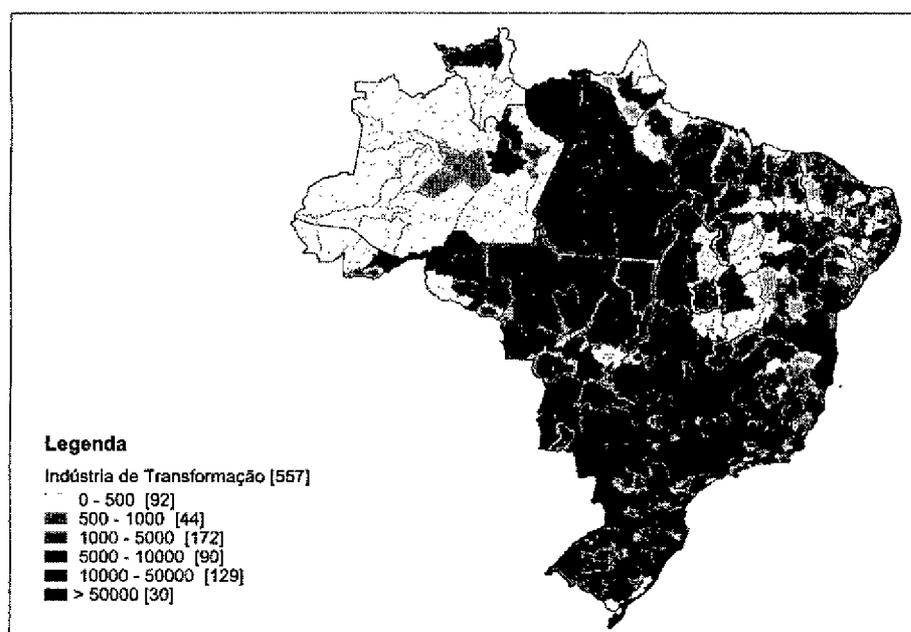
Fonte: MTE/Rais, 2014. Elaboração própria.

#### 4.2.2. Indústria de Transformação

A Indústria de Transformação apresentou taxas de crescimento anuais de 3,8% do número de vínculos ativos, no período 2002-14. Eram 5,2 milhões de empregos formais em 2002, passando para 8,2 milhões, no ano de 2014. Como resultado do processo de *desindustrialização* em curso no país, este setor teve perda de participação relativa no número de empregos formais, passando de 18,2% para 16,5% no período analisado.

Entre as microrregiões, São Paulo-SP liderava com 760 mil vínculos formais na indústria de transformação em 31/12 de 2014, equivalente a 9,3% do total do país. A MRG do Rio de Janeiro-RJ vinha em segundo lugar com 3,8% do total, ou 307 mil empregos formais, seguida pela MRG de Campinas-SP, com 258 mil (3,2%), e Belo Horizonte-MG (2,8%).

A Figura revela que trinta unidades territoriais possuíam contingente superior a 50 mil empregos formais neste grupo de atividade, respondendo por 51% de todo o emprego gerado no setor. Dentre eles, a MRG de Araraquara-SP apresentou a maior taxa de crescimento com variação anual de 7,2%, seguida por Manaus-AM (6,7% a.a.) e São José do Rio Preto-SP (5,9% a.a.). Em valores absolutos, São Paulo-SP lidera o crescimento, com aumento de 109,6 mil novos postos de trabalho no setor (1,3% a.a.), seguido por Campinas-SP com 96,9 mil novos empregos (4,0% a.a.) e o Rio de Janeiro-RJ, que criou 94 mil novos postos (3,1% a.a.).



**Figura – Número de empregos formais em 31/12 do ano de 2014, no setor de Indústria de Transformação, segundo as microrregiões**

Fonte: MTE/Rais, 2014. Elaboração própria.

A distribuição do emprego na indústria de transformação pelo território revela que os maiores contingentes estão situados nas regiões Sudeste e Sul do país. Todavia, destacam-se o papel da atividade industrial na Zona Franca de Manaus, cuja MRG respondia por 108 mil postos de trabalho no setor e, também, as três grandes regiões metropolitanas do Nordeste – Fortaleza, Salvador e Recife –, com suas MRG representando, 1,9%, 1,1% e 1,0% do total do país, em 2014, respectivamente. O mesmo se pode dizer da MRG de Goiânia, com 1,2% do emprego industrial do Brasil naquele ano.

No outro extremo, 308 unidades territoriais apresentavam número de vínculos formais na Indústria de Transformação inferior a cinco mil pessoas, sendo que em apenas duas (Japurá-AM e Traipu-CE) não houve registros administrativos neste setor. Juntas, estas 308 MRG representavam somente 6% do total de empregos industriais, com vínculos formais, no ano de 2014. Este grupo verificou crescimento de 77,9% no período 2002-14, em que as maiores taxas de crescimento, entre as MRG, foram influenciadas pela baixa base de comparação, como é bem ilustrado pelo caso da MRG de Médio Oeste-RN, que registrava apenas dois vínculos formais em 2002, passando a 302, no ano de 2014. Contudo, deve-se destacar o ritmo de crescimento das MRG de Parauapebas-PA (17% a.a), com acréscimo de 4,1 mil novos postos de trabalho no setor, Tobias Barreto-SE (19,1% a.a, equivalente a 3,9 mil novos empregos industriais) e de Nossa Senhora das Dores-SE, com acréscimo de 3,6 mil vínculos formais ou 37% a.a.

#### 4.2.3. *Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)*

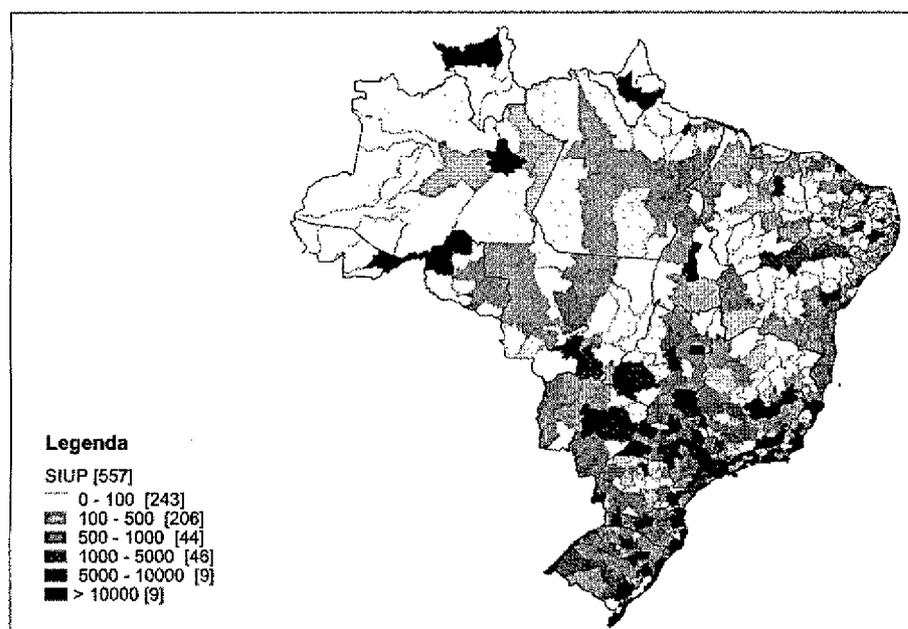
Os *Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)* representavam apenas 0,91% do contingente de empregos formais do país, no ano de 2014, segundo os registros administrativos da Rais, o equivalente a 450 mil vínculos ativos em 31/12 daquele ano. A taxa de crescimento anual de 3,1%, no período 2002-14, fez com que este setor perdesse participação relativa no total de empregos formais do país, quando representava 1,1% em 2002. De fato, o seu ritmo de crescimento só não foi menor do que a *Administração Pública (APU)* e a *Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca*, com taxas anuais de 2,7% e 2,2%, respectivamente.

O padrão de distribuição do emprego formal na SIUP pelo território brasileiro também apresenta algumas particularidades, com elevada concentração em poucas unidades territoriais. As informações da Figura revelam que somente nove MRG possuíam um contingente de empregos formais no setor superior a 10 mil vínculos ativos, no ano de 2014. Todavia, em termos relativos este grupo respondia por 45,5% do total de empregos gerados no setor entre as MRG. O Rio de Janeiro-RJ liderava com 48,2 mil postos de trabalhos, equivalente a 10,7% do total, seguido pela MRG de São Paulo-SP, com 8,3%.

Houve, na verdade, uma troca de posições entre estas duas MRG, no período 2002-14, com a primeira crescendo a 3,5% a.a. e a segunda apresentando taxas anuais de apenas 0,3%. O acréscimo de 16,5 mil novos postos de trabalho, em doze anos, na MRG do Rio de Janeiro-RJ fez com que superasse São Paulo. Deve-se destacar, contudo, o caso da MRG de Osasco-SP, também figurando nesse grupo, com taxas anuais de 19,8%, entre

2002 e 2014, um salto de mais de 10 mil postos de trabalho, aumentando sua participação relativa de 0,5%, em 2002, para 2,7%, em 2014.

Outras nove MRG figuravam no grupo situado entre 5 mil e 10 mil vínculos formais da SIUP, em 31/12 de 2014, perfazendo 13,2% do total de empregos do setor. Neste grupo, destacam-se positivamente as taxas de crescimento das MRG de Manaus (8,2% a.a.), elevando sua participação no país de 0,7% para 1,2%, no período entre 2002 e 2014 e, também, da MRG de Guarulhos-SP (6,9% a.a.), com participação relativa de 1,7%, em 2014. O desempenho desta última, junto com a de Osasco-SP, chama a atenção para o deslocamento do emprego da SIUP dentro da Região Metropolitana de São Paulo, em que o baixo ritmo de crescimento do núcleo principal é compensado pelo maior crescimento do seu entorno.



**Figura – Número de empregos formais em 31/12 do ano de 2014, no setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), segundo as microrregiões**

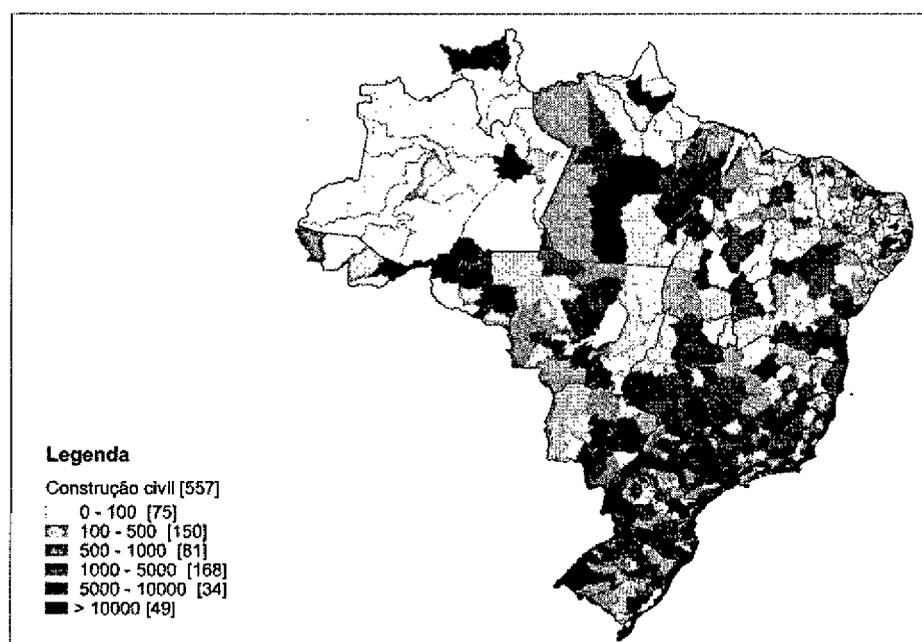
Fonte: MTE/Rais, 2014. Elaboração própria.

No outro extremo, aparecem 35 MRG que não dispunham de nenhum vínculo ativo neste setor, em 31 de dezembro de 2014, sendo que 13 apresentavam algum registro na mesma data em 2002, o que pode significar uma baixa oferta deste importante serviço de infraestrutura econômica e urbana. Ao todo, as MRG que figuram nos grupos de zero a 100 vínculos e de 100 a 500, totalizam 12,9% dos empregos formais deste setor no Brasil, embora correspondam a 80% das unidades investigadas. Com exceção das capitais estaduais, estes dois grupos são formados majoritariamente pelas MRG do Norte e Nordeste do país e norte de Minas Gerais.

#### 4.2.4. Construção civil

Tradicionalmente, atividade bastante intensiva em mão de obra, a Construção Civil apresentou 2,8 milhões de empregados com vínculos ativos em 31/12 do ano de 2014, correspondendo a 5,7% do total de empregos formais do país. Este setor apresentou o maior ritmo de crescimento no período 2002-14, com taxa média anual de 8,1%, levando a um aumento de 1,7 milhão de vínculos formais em relação a 2002, crescimento acumulado de 154%. Conforme destacado anteriormente as obras de infraestrutura do PAC 1 e 2 tiveram importância decisiva neste crescimento, embora desde 2004 as contratações estivessem aumentando.

Com distribuição bastante desigual pelo território brasileiro, os maiores contingentes costumam situar-se nas principais aglomerações urbanas do país. De fato, as microrregiões onde estão situadas as treze principais regiões metropolitanas do Brasil, juntas, respondem por 49% de todo o emprego formal gerado no setor, ocupando os primeiros lugares em termos de contingente de trabalhadores. Na liderança estão as três principais MRG do Sudeste, com São Paulo-SP respondendo por 12,6% do total, equivalente a 354 mil vínculos ativos. Seguido por Rio de Janeiro-RJ e Belo Horizonte-MG, com participações relativas de 7,9% e 6,0%, respectivamente. Estas três MRG apresentaram taxas médias de crescimento anual de 7,3%, 8,8% e 6,3%, respectivamente, no período 2002-14.



**Figura – Número de empregos formais em 31/12 do ano de 2014, no setor de Construção Civil, segundo as microrregiões**

Fonte: MTE/Rais, 2014. Elaboração própria.

Em seguida, aparecem as três metrópoles nordestinas, em termos de participação no total de emprego formal na Construção civil do Brasil. A MRG de Salvador-BA, com 102 mil

vínculos formais em 31/12 de 2014, respondia por 3,6% do emprego setorial, apresentando taxa anual de crescimento de 8,3%, no período analisado. Já a MRG de Recife-PE registrou 79 mil vínculos ativos (2,8% do total) e crescimento de 6,9% a.a. Por fim, a MRG de Fortaleza-CE apresentou a maior taxa de crescimento, com 10,4% a.a., equivalente a um acréscimo de quase 52 mil novos postos de trabalho no setor. Em 2014, representava 2,6% do total do país, com 74 mil registros de emprego.

Foram encontradas 49 MRG com número de vínculos ativos no setor superior a 10 mil, em 31/12 de 2014. Juntas, elas representavam 73,7% de todo o emprego setorial gerado naquela data. Dentre elas, destaca-se o caso da MRG de Altamira-PA, que continha apenas 182 vínculos na Construção Civil, em 31/12 do ano de 2002, passando a 31,4 mil em 2014. Este crescimento deveu-se às obras de instalação da Usina Belo Monte na região, o que também contribuiu para que o município de Altamira-PA, principal núcleo da MRG, se tornasse um dos mais violentos do país<sup>25</sup>. As MRG de Suape-PE (21% a.a.), Parauapebas-PA (19,9% a.a.) e Porto Velho-RO (17,1% a.a.), também se destacam por seu crescimento, resultantes de importantes obras de infraestrutura.

Outras 34 unidades territoriais figuram no grupo entre 5 mil e 10 mil empregos formais no setor, perfazendo 8,4% do total do país. Destacam-se o alto crescimento das MRG de Baixo Curu-CE (32% a.a.), Itaguaí-RJ (20,8% a.a.) e Ouro Preto-MG (16,1 % a.a.). Por fim, embora o desempenho favorável da Construção Civil tenha sido verificado por quase todo o território nacional, no período analisado, foram identificados 55 MRG que tiveram redução do número de vínculos ativos neste setor, entre 2002 e 2014. As maiores quedas, contudo, foram registradas nas MRG de Tucuruí-PA (-2,7 mil empregos), Vacaria-RS (-2,0 mil pessoas) e Aimorés-MG (-1,7 mil).

#### 4.2.5. Comércio

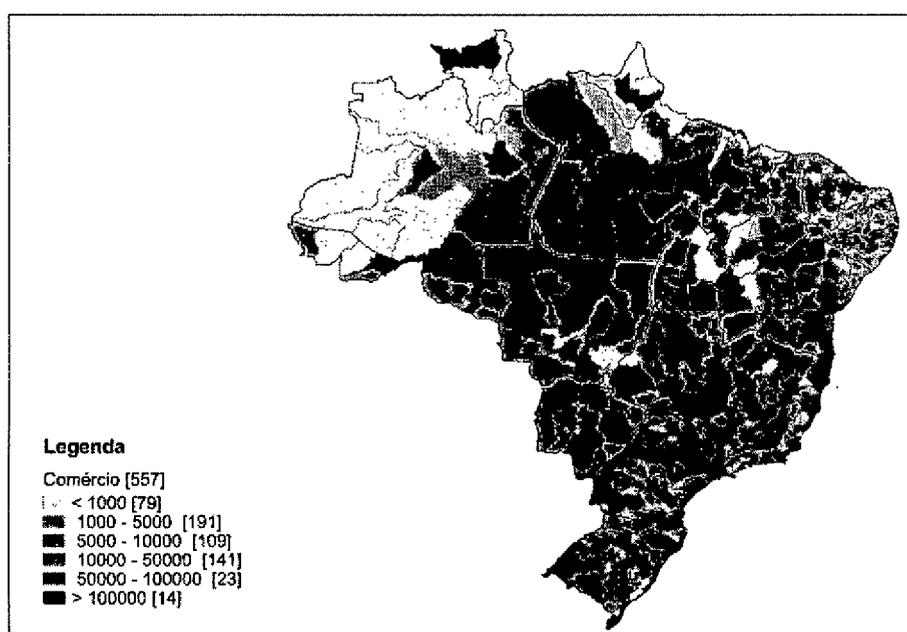
As atividades de comércio se destacam por sua alta capilaridade, com forte presença ao longo de todo o território brasileiro. Trata-se do setor de atividade econômica com a segunda maior participação no total de empregos formais do país, no ano de 2014. De acordo com os dados da Rais, registrou-se 9,7 milhões de vínculos ativos, em 31/12 de 2014, equivalente a 19,6% do total de empregos formais daquela data, ficando atrás apenas do setor de Serviços (34,9%). Em que pese ser uma das atividades com os índices mais elevados de informalidade do país, as taxas de crescimento do emprego formal foram de 6,0% a.a., atrás apenas da Construção Civil (8,1% a.a.) e da Extrativa mineral (6,4% a.a.), o

---

<sup>25</sup> De acordo com o Atlas da Violência do IPEA (2017).

que representou acréscimo de 4,9 milhões de novos vínculos ativos, dobrando de tamanho em relação ao ano de 2002, e elevando sua participação em 1,8 p.p., no total do país.

A alta capilaridade do setor de Comércio se confirma com a ocorrência de vínculos ativos em todas as unidades investigadas, no ano de 2014. De fato, naquele ano somente 79 MRG apresentaram contingente de empregos formais inferior a mil postos de trabalho neste setor, conforme demonstrado pela Figura. Com a maioria situada nas regiões Norte e Nordeste (87%), onde os índices de informalidade no emprego são ainda maiores, este grupo apresentou crescimento de 254% no período 2002-14, elevando sua participação de 0,25% para 0,44% no total setorial do emprego no país.



**Figura – Número de empregos formais em 31/12 do ano de 2014, no setor de Comércio, segundo as microrregiões**

Fonte: MTE/Rais, 2014. Elaboração própria.

O grupo mais numeroso é o que apresenta um contingente entre mil e 5 mil empregos formais no setor de comércio. Pouco mais de um terço das unidades investigadas estão situadas nesse grupo, que representava, em 31/12 de 2014, participação relativa de 5,5% do total do país. O grupo apresentou taxa média anual de crescimento de 8,6% a.a., equivalente a um acréscimo de 338 mil novos postos de trabalho, ou 170% de crescimento acumulado. As maiores taxas de crescimento aconteceram nas MRG de Litoral Sul-PB (18,2% a.a.), Alto Médio Canindé-PI (17,3% a.a.) e Alto Médio Gurguéia-PI (16,9% a.a.), refletindo um certo dinamismo das áreas situadas no interior do Nordeste, porém, caracterizado pela pequena base de comparação. Em termos absolutos, os maiores aumentos foram registrados nas MRG de Salinas-MG e Itaituba-PA, ambas com aproximadamente 3,5 mil novos registros administrativos.

Em seguida, aparece o grupo situado entre 5 mil e dez mil vínculos ativos, com 109 MRG, respondendo por 810 mil postos de trabalho em 31/12 do ano de 2014, equivalente a 8,4% do total daquele ano. Este grupo apresentou taxa média anual de crescimento do emprego formal de 7,1%, acréscimo de 453 mil novos postos de trabalho. Os melhores desempenhos foram verificados nas MRG de Ibiapaba-CE (14,6% a.a.), Bacia de São João-RJ (12,8% a.a.) e Alto Capibaribe-PE (12,2% a.a.). A MRG de Bacia de São João também se destaca pelo crescimento em valores absolutos, com criação de 6,8 mil novos postos de trabalho, seguida por Tangará da Serra-MT (6 mil) e Primavera do Leste-MT (5,8 mil).

O grupo seguinte reúne um quarto das unidades investigadas e mais de 2,8 milhões de vínculos ativos no ano de 2014, equivalente a 29,2% do total do país. Apresentou taxas de crescimento de 6,4% a.a., entre 2002 e 2014, com aumento de 1,5 milhão de postos de trabalho. A MRG de Parauapebas-PA, figurando neste grupo, apresentou a maior taxa de crescimento, com 19,6% a.a., saltando de 1,4 mil para 11,6 mil postos de trabalho no setor de comércio, confirmando seu dinamismo econômico. As MRG de Feira de Santana e de Aracaju-SE lideram o crescimento em valores absolutos, com criação de 26,7 mil (7% a.a.) e 22,8 mil (5,9 % a.a.) novos empregos no setor, respectivamente.

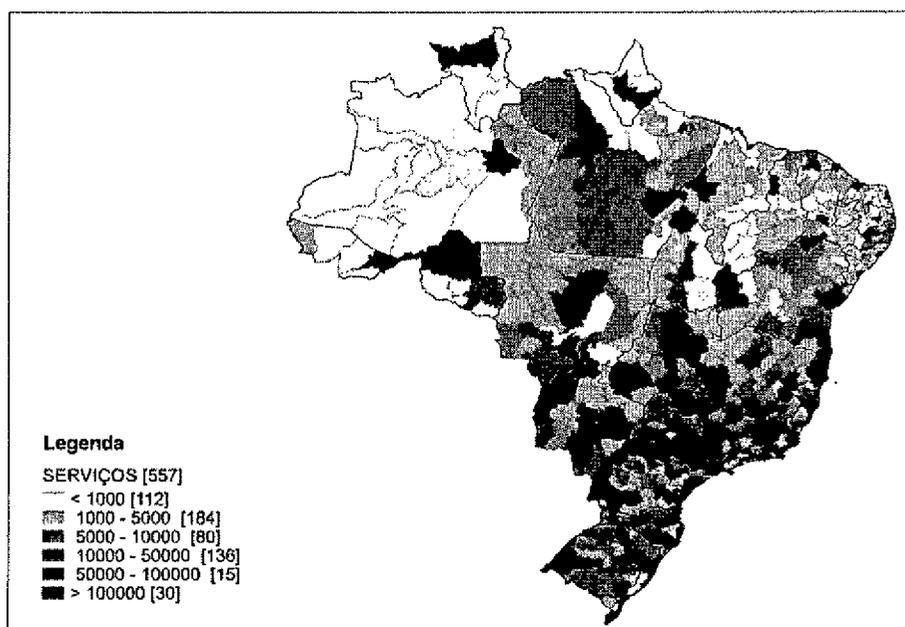
Os dois grupos restantes reúnem as MRG onde estão situadas as principais aglomerações urbanas do país, com o grupo situado entre 50 mil e 100 mil apresentando alguns dos núcleos de segunda ordem na hierarquia urbana, e o outro representado pelas metrópoles e núcleos que exercem a primazia de sua área de influência (com exceção de Osasco-SP, pertencente à Região Metropolitana de São Paulo). Juntos, eles representavam 56,5% de todo o emprego do setor de Comércio do país, em 31/12 de 2014, de onde se deve atentar para o caráter sazonal dessa atividade nessa época do ano. Com taxa média anual de crescimento de 5,5%, inferior ao dos demais grupos, perdeu-se participação em relação ao ano de 2002, quando representavam 60,3% do emprego setorial no país.

As maiores taxas de crescimento foram registradas nas MRG de Aglomeração Urbana de São Luís-MA, com 8,8% a.a., respondendo por 67,5 mil postos de trabalho na data do levantamento, seguida por Osasco-SP (8% a.a.), que reunia 137 mil vínculos ativos no setor. Em termos absolutos, a MRG de São Paulo-SP apresentou crescimento de 462 mil registros em doze anos, uma média anual de 38,5 mil novos postos de trabalho no setor. Em seguida, aparecem as MRG do Rio de Janeiro-RJ e de Belo Horizonte-MG, com acréscimos anuais de 20,8 mil e 12,2 mil postos de trabalho, respectivamente.

#### 4.2.6. Serviços

O setor de Serviços é o maior empregador do país, tendo por características sua alta informalidade e heterogeneidade, coexistindo segmentos com elevados índices de produtividade junto a outros com baixos níveis de valor adicionado por trabalhador, típico de um *terciário pobre*. Não obstante, o setor respondia por 34,9% dos empregos formais gerados no país, no ano de 2014, com 17,3 milhões de postos de trabalho. A geração de 8,1 milhões de novos postos formais de trabalho, entre os anos de 2002 e 2014, representou um aumento de 88,5% (5,4% a.a.) e uma elevação de sua participação no total de empregos em 2,8 pontos percentuais.

Assim como o setor de comércio, os Serviços também têm certa capilaridade pelo território brasileiro, embora as atividades com maior valor agregado estejam mais concentradas espacialmente, sobretudo, nas maiores metrópoles do país. A MRG de São Paulo-SP concentrava, em 31/12 do ano de 2014, 17,2% do emprego gerado no setor, equivalente a quase três milhões de vínculos ativos. Em seguida, aparecem as MRG do Rio de Janeiro-RJ (9,7%) e Belo Horizonte-MG (4,4%). As MRG entre os dez maiores contingentes de emprego no setor de serviços<sup>26</sup> representavam 50,5% de todas as vagas no setor, no ano de 2014. O dado revela um maior grau de concentração espacial do emprego no setor, embora este grupo tenha registrado queda de 1,7 p.p., em relação ao ano de 2002.



**Figura – Número de empregos formais em 31/12 do ano de 2014, no setor de Serviços, segundo as microrregiões**

Fonte: MTE/Rais, 2014. Elaboração própria.

<sup>26</sup> Notadamente, as áreas com as principais aglomerações urbanas do país, que são: São Paulo-SP (17,2%), Rio de Janeiro-RJ (9,7%), Belo Horizonte-MG (4,4%), Porto Alegre-RS (3,1%), Salvador-BA (3,0%), Brasília-DF (2,9%), Curitiba-PR (2,9%), Recife-PE (2,8%) Fortaleza-CE (2,4%) e Campinas-SP (2,2%).

Em reforço à ideia de maior concentração espacial do emprego no setor dos serviços pelo território nacional, identificou-se 30 MRG com contingente de empregos formais no setor superior a 100 mil vínculos ativos, em 2014. Juntas, elas representavam 69,2% dos postos de trabalho em 31/12, representadas por áreas onde estavam as principais aglomerações urbanas do país (de primeira ou segunda ordem na hierarquia urbana). Este grupo verificou taxas médias de crescimento anual de 5,4%, um acréscimo de 5,6 milhões de novas vagas de emprego no período, mantendo-se estável sua participação relativa no total do país (eram 69,5% em 2002). A MRG de Teresina-PI registrou a maior taxa de crescimento do grupo com 8,7% a.a. e, em termos absolutos, São Paulo-SP contribuiu com quase 1,5 milhão de novos empregos, um incremento que representa pouco mais de 26% de todas as vagas geradas por este grupo.

Outro grupo com 15 MRG figurava entre 50 mil e 100 mil postos de trabalho no setor de Serviços, situada no Sul e Sudeste do país (exceção da MRG de Cuiabá), e perfazia um total 1,9 milhão de empregos no setor, no ano de 2014, equivalente a 6,9% do total. Com taxa média de crescimento de 4,9% a.a., houve queda de participação de 0,4 p.p, entre 2002 e 2014. As MRG de Jundiaí-SP e de Macaé-RJ apresentaram as maiores taxas de crescimento do grupo, com 8,3% a.a.. Já Itapeverica da Serra-SP destaca-se negativamente por apresentar redução de 6,3 mil vagas de trabalho no setor, durante o período analisado.

Os demais grupos, somados, representavam 24% de todos os vínculos ativos registrados no setor de Serviços, no ano de 2014, com 4,1 milhões de vagas, embora representassem 92% de todas as unidades investigadas. O grupo situado entre 10 mil e 50 mil empregos formais detinha a maior parcela, com 73,7% dessa cifra, ou 17,3% do total do país, restando muito pouco para os demais grupos. As MRG de Macaíba-RN e Alto Teles Pires-MT tiveram taxas anuais de crescimento, respectivamente, de 15,5% e 15,2%. Outros destaques são os casos de Bacia de São João-RJ, Marabá-PA, Barreiras-BA e Suape-PE, cujas taxas de crescimento superiores aos 10% anuais têm forte relação com a dinâmica econômica dessas áreas no período recente, vinculadas à produção de *commodities* ou às obras de infraestrutura.

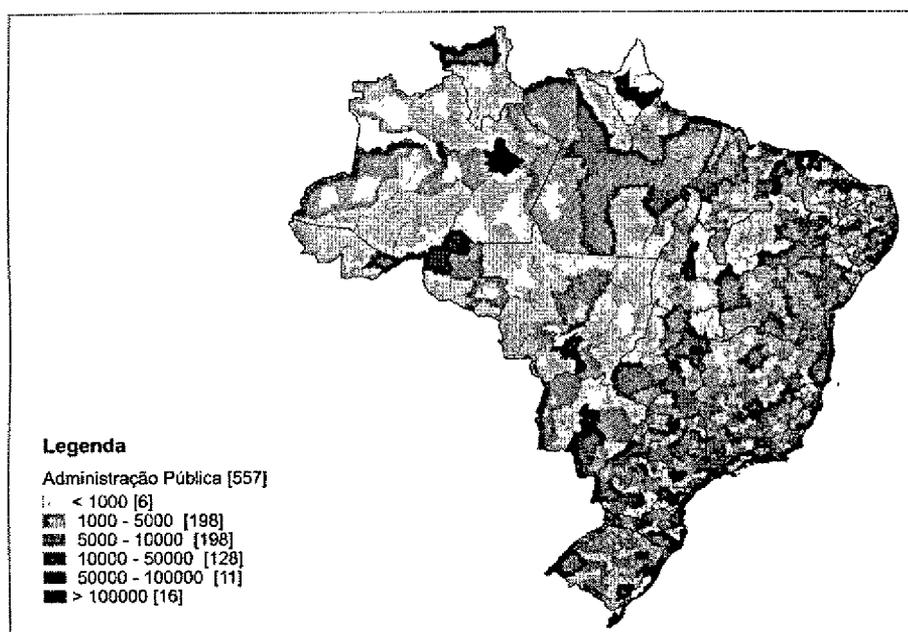
A observação das unidades pertencentes a cada um dos grupos formados também indica o caráter da seletividade espacial do setor de serviços, fortemente correlacionado com o grau de hierarquia urbana dos principais núcleos das MRG. De fato, à medida que vai diminuindo a centralidade desses núcleos urbanos – indicados pela pesquisa *Regiões de Influência das Cidades* (Regic-2007), do IBGE –, cai sensivelmente o contingente de empregos formais no setor de Serviços, verificados em cada unidade investigada. Noutra medida, os centros intermediários situados nas regiões Norte e Nordeste, em que pese ocuparem hierarquia semelhante a seus pares no Sul e Sudeste do país, apresentam um

contingente médio menor de empregos em Serviços, muito provavelmente em virtude dos maiores índices de informalidade do trabalho nestas regiões.

#### 4.2.7. *Administração Pública*

O período compreendido entre os anos de 2002 e 2014 foi de redução na participação relativa do setor de Administração Pública, em relação ao total de empregos formais do país, passando de 23,7% para 18,9% em doze anos. Em conformidade com os dados extraídos da Rais, esta queda de quase 4 p.p. deveu-se ao setor ter apresentado uma das menores taxas de crescimento do período, com média anual de 2,7%, superando apenas o setor agropecuário (2,2% a.a.). Estes dados tanto apontam para o melhor desempenho do setor privado na geração de empregos formais, como também ajudam a compreender a expansão do setor público no período, cujo desempenho abaixo da média dos outros setores, relativizam a ideia corrente de mau uso da máquina pública. Deve-se ressaltar, porém, os efeitos restritivos da “lei de responsabilidade fiscal” sobre a expansão desse setor no período analisado. Deve-se considerar, ainda, que este setor deve ter sido pouco atingido pelo esforço de formalização empreendido pelo governo federal pois, normalmente, seus trabalhadores já são formalizados. Seu crescimento reflete um comportamento “natural” que segue o ritmo da economia enquanto nos demais setores o aumento do número de trabalhadores formais foi tanto resultado do desempenho da economia no período quanto das políticas de formalização.

Foram registrados quase 9,4 milhões de vínculos formais no setor de Administração Pública, em 31/12 do ano de 2014, não sendo possível distinguir a sua distribuição por esfera de governo (municipal, estadual ou federal). Todavia, a análise regional revela as maiores concentrações situadas nas MRG às quais pertencem as capitais estaduais e o distrito federal. Com efeito, estas 27 unidades territoriais respondiam por aproximadamente 5,2 milhões dos vínculos ativos no setor, na data investigada, equivalente a 55,3% do total do país, correspondendo a um crescimento de 22% em relação ao ano de 2002, ou 920 mil novos postos de trabalho na administração pública.



**Figura – Número de empregos formais em 31/12 do ano de 2014, no setor de Administração Pública, segundo as microrregiões**

Fonte: MTE/Rais, 2014. Elaboração própria.

A MRG de São Paulo-SP, que lidera o *ranking* do país e entre as capitais, verificou uma queda de 4,1% durante o período 2002-14, equivalente a uma redução de 39 mil postos de trabalho, participando com 9,7% do total do país, em 2014. Por sua vez, a MRG de Aracaju-SE teve redução de 2,9% (-1,8 mil empregos no setor público). A MRG de Boa Vista registrou crescimento de 205%, passando de 13 mil para 40 mil vagas na Administração pública. Em seguida aparecem as MRG de Natal-RN e de Macapá-AP, com crescimento acumulado, entre 2002 e 2014, de 199% e 104%, respectivamente. A MRG de Brasília-DF, sede do governo federal, que respondia por 5,6% do total de empregos da Administração Pública, apresentou o maior crescimento em termos absolutos, com 133 mil novas vagas, uma elevação de 33% em relação ao período anterior. Em seguida, aparece o Rio de Janeiro-RJ com 80 mil novas vagas no setor.

Entre as demais MRG, destacam-se os casos de Campinas-SP, Osasco-SP e Santos-SP, cujo contingente de empregos no setor supera o de algumas capitais estaduais do Norte e Nordeste. Elas verificaram ritmo de crescimento superior ao da maioria das capitais, algo em torno de 55% de aumento, no período analisado.

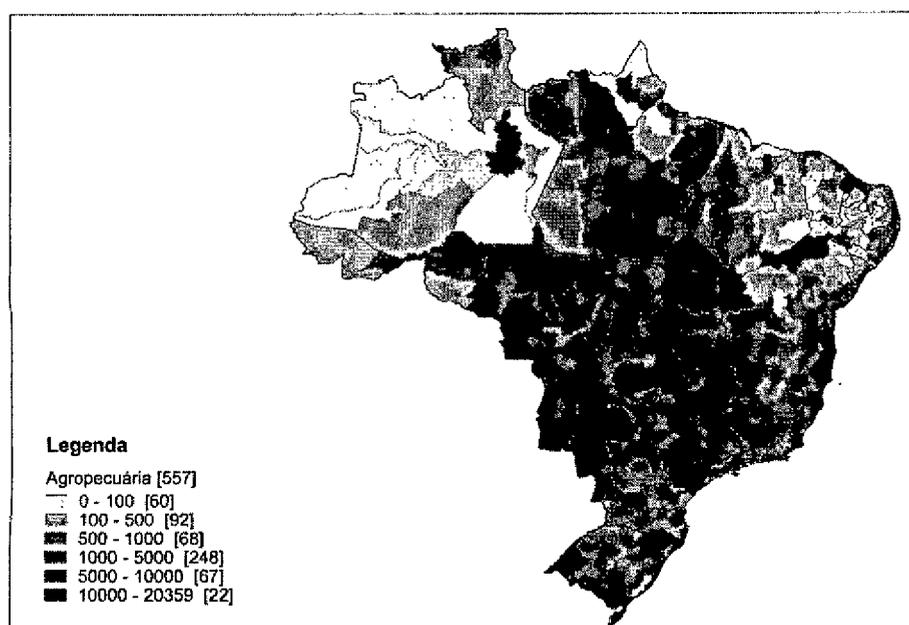
Por outro lado, a Figura revela que o setor de Administração Pública também tem uma elevada inserção pelo território brasileiro, com apenas seis MRG apresentando cifras inferiores a mil postos de trabalho no setor. Convém ressaltar, ainda, a importância econômica desse tipo de atividade para os municípios de pequeno porte e para as áreas de menor dinamismo econômico do país, como é o caso do semiárido nordestino e algumas

áreas da região norte. Nota-se, no entanto, a predominância das MRG figurando nos grupos entre mil e 10 mil postos de trabalho na Administração Pública, com distribuição por todo o território nacional. Aproximadamente 22% dos vínculos ativos no setor, no ano de 2014, está situado nesses dois grupos, cerca de dois milhões de empregos, com crescimento de 64%, em relação ao ano de 2002.

#### 4.2.8. Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca

Os dados da Rais revelam que as atividades do setor de *Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca* fazem parte do rol com os menores índices de participação no total de empregos formais do país, com apenas 3% do total no ano de 2014, superando apenas a Extrativa mineral (0,5%). De fato, foram registrados pouco menos de 1,5 milhão de vínculos ativos no setor, sendo também o que apresenta o menor ritmo de crescimento, no período 2002-14, com taxas médias anuais de 2,2%, um acréscimo de apenas 340 mil novos postos de trabalho.

Todavia, a análise dos resultados verificados para este setor deve levar em consideração os seguintes fatores: a) o nível de sazonalidade das atividades do setor primário, cuja data de levantamento da Rais, em 31/12 de cada ano, não consegue captar; b) as elevados índices de informalidade, diferentes condições de trabalho e formas alternativas de relações de trabalho existentes no país; e, c) em contraponto, a ocorrência de um ciclo favorável de crescimento do setor, em especial da agricultura moderna e especializada de exportação, e as suas influências sobre o mercado de trabalho formal no setor.



**Figura – Número de empregos formais em 31/12 do ano de 2014, no setor de Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, segundo as microrregiões**

Fonte: MTE/Rais, 2014. Elaboração própria.

Desse modo, a investigação do emprego formal segundo as microrregiões, revelou a maior concentração de empregos na MRG do Sudoeste de Goiás-GO, com 20,4 mil vínculos ativos, equivalente a apenas 1,4% do total do país, em 31/12 do ano de 2014. Em seguida, apareciam as MRG de Uberlândia-MG (1,3%) e Araraquara-SP (1,1%). Esta última, liderava o *ranking* no ano de 2002, mas apresentou redução de 7,2 mil postos de trabalho, num ritmo de descenso de -3% ao ano. Portanto, não se verificou coeficientes elevados de concentração espacial do emprego no ramo da Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca. Os maiores contingentes, referente ao grupo de MRG com mais de 10 mil postos de trabalho (22 MRG), respondiam por 20% do total de vagas do país.

Verifica-se, ainda, que as maiores concentrações correspondem às áreas onde se manifestam uma agricultura moderna e de maior valor agregado, com ocupação já consolidada ou em processo de expansão. De igual modo, o volume de crescimento é maior nestas áreas. Em termos absolutos, a MRG de Tomé-Açu-PA apresentou o maior crescimento, com 14 mil novos postos de trabalho no setor, passando de mil para 15 mil vagas (25,5% a.a.). A MRG do Sudoeste de Goiás-GO, por sua vez, registrou acréscimo de 11,1 mil empregos no setor agropecuário (crescimento de 6,7% a.a.), seguido pela MRG de Barreiras-BA, com 11 mil novos empregos, equivalente a um crescimento de 11,7% a.a.

Por outro lado, foram verificadas quedas acentuadas nas MRG de Mata Meridional Pernambucana-PE (-7,9 mil vagas), Jaboticabal-SP (-7,4 mil), Araraquara (-7,1 mil) e Mata Setentrional Pernambucana-PE (-5,7 mil). Em todos estes casos, tratam-se de áreas produtoras de cana de açúcar.

## REFERÊNCIAS

- AMITRANO, C. R. **Um mapa setorial do emprego e dos salários a partir dos dados da RAIS**. Brasília: IPEA, 2015 (texto para Discussão n. 2033)
- BALTAR, P. Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. **Texto para Discussão**, n. 2036, IPEA, Rio de Janeiro, 2015.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. especial p. 729-747, dez. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182012000400002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400002&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 18 jul. 2017.
- BALTAR, P. E. A. *et al.* Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. In: **Global Labour University Working Papers** – GLU, n. 9, maio de 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Metodologia do Censo Demográfico de 2010**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE (Série de Relatórios Metodológicos, v.

41), 2016. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81634.pdf>>. Acesso em 10 de abril de 2017.

KREIN, J. D.; MANZANO, M. P. **Notas sobre a formalização: estudo de caso Brasil**. Brasília: OIT, 2014. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms\\_245624.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_245624.pdf)>. Acesso em 10 de julho de 2017.

MACEDO, F. C. **Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008)**. 2010.302 fls. Tese (Livre-Docência) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MACEDO, F. C. Economia, Transformações Territoriais e Infraestrutura no Brasil. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, jul./set. 2015, p. 43-52. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=81&Itemid=110](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=81&Itemid=110)>. Acesso em: 22 jan. 2017.

MACEDO, F. C.; ANGELIS, A.; GOULARTI, J. G. **Sobre os dados de comércio exterior do MDIC nos estudos regionais no Brasil**. Disponível em: <<http://integracaocerrado.com.br/wp-content/uploads/2016/03/NOTA-DE-PESQUISA-3-Portugu%C3%AAs.pdf>>. Acesso em 8 de agosto de 2017.

PERO, V. P.; AZEREDO, L. Mudanças no mercado de trabalho brasileiro na virada do milênio. IN: OLIVEIRA, M. P. P. et al. **Rede de pesquisa formação e mercado de trabalho: coletânea de artigos - Tendências e aspectos demográficos do mercado de trabalho** Brasília: IPEA : ABDI, 2014, v. 1, p. 17-40.

SABOIA, João. Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho - Como entender a aparente contradição?. **Estudos Avançados.**, São Paulo , v. 28, n. 81, p. 115-125, ago. 2014 Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142014000200008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200008&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 18 jul. 2017.

**TABELA 1A – Região Norte: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por posição na ocupação no trabalho principal (em %)**

Posição na ocupação no trabalho principal	Ano												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Com carteira de trabalho assinada	20,1	20,9	17,6	18,6	19,0	20,4	22,3	21,6	23,3	23,8	24,9	25,2	23,7
Militares e funcionários públicos estatutários	9,2	9,9	7,8	7,3	7,9	8,5	9,4	9,5	8,5	9,6	9,2	8,8	9,3
Outros sem carteira de trabalho assinada	24,1	23,2	20,2	20,2	20,6	20,9	20,3	20,3	19,0	22,6	18,5	18,5	18,7
Trabalhador doméstico	8,5	8,6	6,9	7,3	6,6	6,7	6,3	7,0	6,1	5,3	5,8	5,7	5,8
Empregador	3,7	3,6	3,6	3,6	3,3	3,0	3,7	3,7	2,5	2,4	2,5	2,7	2,6
Conta própria	25,8	24,7	26,5	25,8	26,7	25,7	24,9	25,4	27,6	25,0	27,5	27,4	29,2
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2
Trabalhador na produção para o próprio consumo	3,1	3,6	5,8	5,3	5,6	4,6	4,6	4,5	5,1	4,6	5,7	6,2	5,6
Não remunerado	5,2	5,3	11,5	11,8	10,2	10,0	8,5	7,7	7,7	6,5	5,7	5,5	4,9

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

**TABELA 1B – Região Nordeste: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por posição na ocupação no trabalho principal (em %)**

Posição na ocupação no trabalho principal	Ano												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Com carteira de trabalho assinada	16,4	17,2	17,2	17,8	18,5	19,9	20,9	21,7	24,7	33,1	25,9	26,0	25,3
Militares e funcionários públicos estatutários	5,7	5,8	6,0	5,6	6,1	6,2	6,2	6,9	7,2	8,0	7,4	7,0	7,3
Outros sem carteira de trabalho assinada	21,6	20,5	21,1	21,2	21,4	20,8	21,1	20,8	19,7	20,1	19,7	19,8	19,4
Trabalhador doméstico	6,3	6,0	6,4	6,4	6,7	6,8	6,6	7,2	6,5	5,3	6,5	6,0	6,3
Empregador	3,0	2,8	2,9	3,0	3,1	2,5	3,3	3,2	2,5	2,3	2,6	2,4	2,7
Conta própria	27,6	27,9	27,4	26,4	26,1	25,4	24,8	24,9	24,9	20,2	24,4	24,9	27,3
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Trabalhador na produção para o próprio consumo	5,8	6,5	6,4	7,7	7,5	8,5	8,7	7,8	9,0	7,0	9,7	9,6	8,1
Não remunerado	13,4	13,2	12,5	11,8	10,5	9,9	8,2	7,6	5,3	3,9	3,6	4,2	3,6

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

**TABELA 1C – Região Sudeste: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por posição na ocupação no trabalho principal (em %)**

Posição na ocupação no trabalho principal	Ano												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Com carteira de trabalho assinada	37,5	38,1	39,4	39,9	40,6	42,2	43,7	43,9	47,7	47,7	48,4	47,0	46,8
Militares e funcionários públicos estatutários	6,5	6,5	6,6	6,1	6,6	6,7	6,7	6,8	6,7	6,4	6,9	6,9	7,3
Outros sem carteira de trabalho assinada	17,3	16,9	17,4	16,6	16,4	15,8	15,3	14,4	12,7	11,4	12,3	12,2	11,6
Trabalhador doméstico	8,7	8,8	8,8	8,7	8,5	8,0	7,8	8,4	7,9	7,9	7,3	7,3	7,2
Empregador	4,7	4,8	4,5	4,6	5,0	4,2	4,8	4,4	3,6	4,4	4,0	4,2	4,0
Conta própria	19,4	19,3	18,6	18,9	17,8	18,4	17,4	17,7	18,3	19,0	18,1	19,0	20,0
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Trabalhador na produção para o próprio consumo	2,4	2,4	2,1	2,2	2,3	1,8	1,9	1,9	1,5	1,6	1,7	1,7	1,8
Não remunerado	3,3	3,1	2,5	2,8	2,5	2,6	2,4	2,3	1,6	1,4	1,2	1,5	1,3

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

**TABELA 1D – Região Sul: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por posição na ocupação no trabalho principal (em %)**

Posição na ocupação no trabalho principal	Ano												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Com carteira de trabalho assinada	33,0	33,3	35,1	35,6	35,5	37,2	38,8	39,3	44,4	31,3	45,5	45,4	44,8
Militares e funcionários públicos estatutários	5,4	5,9	5,7	5,8	5,8	6,2	6,4	6,3	6,3	4,9	6,8	6,7	7,4
Outros sem carteira de trabalho assinada	13,7	13,2	13,7	13,1	13,2	13,5	13,7	12,9	11,3	7,9	11,1	10,7	9,9
Trabalhador doméstico	6,8	6,4	6,3	6,3	6,3	6,4	6,4	6,7	6,2	5,9	5,5	5,6	5,7
Empregador	4,8	4,8	5,2	5,3	5,4	4,8	5,6	5,8	4,5	4,7	5,0	4,9	5,0
Conta própria	20,9	21,4	20,6	20,4	20,4	20,0	18,6	19,0	19,6	19,7	19,2	19,3	21,2
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Trabalhador na produção para o próprio consumo	5,5	5,8	4,6	5,3	5,5	4,4	4,4	3,8	3,4	3,4	3,6	3,6	3,2
Não remunerado	9,7	9,1	8,7	8,0	7,7	7,4	6,1	5,9	4,1	3,5	3,2	3,8	2,6

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

**TABELA 1E Centro-Oeste: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por posição na ocupação no trabalho principal (em %)**

Posição na ocupação no trabalho principal	Ano												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Com carteira de trabalho assinada	27,6	28,3	28,6	30,5	31,1	31,8	32,9	33,6	39,2	37,8	41,0	40,7	39,2
Militares e funcionários públicos estatutários	8,7	9,8	9,3	9,8	9,0	9,4	9,5	9,2	9,7	8,6	9,6	9,3	10,1
Outros sem carteira de trabalho assinada	21,6	20,5	20,6	19,0	18,9	17,9	17,9	17,2	15,9	14,8	15,9	15,3	13,9
Trabalhador doméstico	9,2	9,3	9,7	9,2	9,2	8,8	8,4	9,1	7,9	8,2	7,4	7,0	7,4
Empregador	5,1	4,8	4,6	4,9	5,1	4,5	5,5	5,0	3,8	5,3	4,8	4,2	4,3
Conta própria	20,0	20,2	19,7	18,7	19,5	20,4	19,3	19,4	19,9	21,4	18,0	19,5	21,6
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1
Trabalhador na produção para o próprio consumo	3,0	2,9	3,0	3,3	3,6	3,3	3,5	3,7	1,8	2,1	1,8	2,4	1,9
Não remunerado	4,6	4,1	4,3	4,4	3,5	3,6	3,0	2,6	1,7	1,6	1,3	1,6	1,6

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

**TABELA 1F– Regiões Metropolitanas: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por posição na ocupação no trabalho principal (em %)**

Posição na ocupação no trabalho principal	Ano												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Com carteira de trabalho assinada	39,0	40,0	40,5	40,8	41,7	42,9	44,0	44,8	49,8	50,1	50,4	49,5	49,5
Militares e funcionários públicos estatutários	6,6	6,9	6,7	6,3	6,6	6,7	6,6	6,6	6,7	6,5	6,6	6,8	7,1
Outros sem carteira de trabalho assinada	16,9	16,5	16,7	16,6	16,4	15,7	15,7	14,4	12,3	12,6	11,9	12,1	10,6
Trabalhador doméstico	8,7	8,7	8,8	8,6	8,5	8,1	8,0	8,7	7,6	7,5	7,4	7,3	7,2
Empregador	4,5	4,1	4,1	4,2	4,5	3,7	4,4	4,1	3,2	3,6	3,8	3,6	3,4
Conta própria	20,8	21,0	20,6	20,8	19,5	20,2	19,1	19,3	19,1	18,5	18,6	19,3	21,2
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,3	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Trabalhador na produção para o próprio consumo	1,0	0,8	0,9	0,9	0,9	0,7	0,6	0,6	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3
Não remunerado	2,1	1,8	1,5	1,8	1,6	1,8	1,6	1,4	0,8	0,7	0,6	0,9	0,7

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

**TABELA 2A- Brasil: Distribuição do VAB Agropecuário, segundo hierarquia urbana da REGIC (em %)**

Nível de centralidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Grande Metrópole Nacional	0,6	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4	0,6	0,8
Metrópole Nacional	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,7	0,6	0,6	0,7
Metrópole	1,1	1,0	1,0	1,1	1,1	1,2	1,0	1,0	1,1	1,1	1,0	1,1	1,0
Capital Regional A	0,9	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,7	0,7
Capital Regional B	2,0	2,0	1,8	1,8	1,9	1,8	1,8	1,8	1,8	1,7	1,8	1,8	1,7
Capital Regional C	2,9	2,9	3,0	3,0	3,1	2,9	2,7	2,6	2,8	2,5	2,8	2,5	2,5
Centro Subregional A	3,8	3,6	3,7	3,6	3,6	3,4	3,3	3,5	3,4	3,4	3,2	3,2	3,3
Centro Subregional B	3,3	3,0	2,9	3,2	3,3	3,1	2,9	3,1	3,0	3,0	2,9	3,0	2,9
Centro de Zona A	8,8	9,1	9,1	8,2	7,9	8,2	8,5	8,5	8,2	8,5	8,5	8,8	8,7
Centro de Zona B	9,5	9,7	10,0	10,0	9,7	9,6	10,0	9,8	9,6	9,7	9,7	9,7	9,7
Centro Local	66,5	66,9	66,9	67,2	67,5	68,0	68,0	67,9	68,4	68,4	68,2	68,0	68,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PIB Municipal/IBGE; REGIC/IBGE. Elaboração dos autores

**TABELA 2B– Brasil: Distribuição do VAB Industrial, segundo hierarquia urbana da REGIC (em %)**

Nível de centralidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Grande Metrópole Nacional	17,0	17,1	16,2	16,5	15,3	15,8	14,7	15,3	14,7	14,0	13,3	13,1	12,7
Metrópole Nacional	7,6	6,8	6,7	6,3	6,0	6,3	5,2	6,8	6,1	5,9	6,3	6,6	7,2
Metrópole	15,8	15,8	16,0	15,7	15,4	15,7	15,0	17,7	16,6	15,8	14,7	15,4	15,4
Capital Regional A	8,1	8,0	8,0	8,0	8,3	8,0	7,9	7,9	7,8	7,3	6,9	6,7	7,2
Capital Regional B	5,2	5,1	5,2	4,9	5,0	5,0	5,2	5,5	5,8	5,7	5,7	5,6	5,6
Capital Regional C	13,3	13,8	14,0	14,4	14,8	14,2	15,1	12,9	12,3	12,1	12,3	12,0	12,0
Centro Subregional A	6,6	6,5	6,5	6,7	7,1	6,7	7,1	6,4	6,1	6,2	6,7	6,6	6,7
Centro Subregional B	2,5	2,5	2,5	2,4	2,6	2,6	2,7	2,5	2,7	2,8	2,8	2,9	2,8
Centro de Zona A	5,6	5,9	5,8	5,8	5,8	6,1	6,7	6,3	7,2	7,7	7,5	7,5	7,0
Centro de Zona B	3,5	3,6	3,7	3,4	3,4	3,4	3,4	3,3	3,4	3,5	3,6	3,5	3,6
Centro Local	14,8	14,9	15,4	15,9	16,4	16,1	17,0	15,4	17,2	19,1	20,1	20,0	19,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>												

Fonte: PIB Municipal/IBGE; REGIC/IBGE. Elaboração dos autores

**TABELA 2C – Brasil: Distribuição do VAB Terciário, segundo hierarquia urbana da REGIC (em %)**

Nível de centralidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Grande Metrópole Nacional	25,5	24,8	23,9	25,1	25,6	25,5	24,8	24,7	24,8	24,6	23,9	23,5	23,2
Metrópole Nacional	13,8	13,2	13,1	12,6	12,2	12,0	12,1	12,5	12,3	12,1	11,7	11,7	11,7
Metrópole	15,8	15,9	16,3	15,9	16,1	16,5	16,3	16,4	16,3	16,0	16,1	16,1	15,7
Capital Regional A	7,2	7,4	7,5	7,6	7,6	7,5	7,8	7,9	7,9	7,9	7,8	7,8	8,0
Capital Regional B	5,2	5,3	5,4	5,4	5,4	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,6	5,7	5,8
Capital Regional C	8,6	8,7	8,6	8,7	8,6	8,6	8,7	8,5	8,4	8,6	8,7	8,8	8,9
Centro Subregional A	4,8	5,0	5,1	5,0	5,0	4,9	5,1	5,0	5,0	5,1	5,2	5,2	5,2
Centro Subregional B	2,2	2,2	2,3	2,2	2,2	2,2	2,3	2,3	2,3	2,3	2,4	2,4	2,5
Centro de Zona A	4,2	4,4	4,5	4,4	4,5	4,5	4,6	4,4	4,5	4,7	4,8	4,9	4,9
Centro de Zona B	2,9	3,0	3,1	3,0	3,0	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	3,0	3,0	3,1
Centro Local	9,7	10,1	10,2	10,1	9,9	9,8	10,0	9,9	10,0	10,4	10,9	10,9	11,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PIB Municipal/IBGE; REGIC/IBGE. Elaboração dos autores

**TABELA 2D– Brasil: Distribuição do VAB Adm. Pública, segundo hierarquia urbana da REGIC (em %)**

Nível de centralidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Grande Metrópole Nacional	9,6	9,7	9,5	9,4	9,3	9,6	9,5	9,7	9,0	8,9	8,8	8,9	8,6
Metrópole Nacional	21,6	21,0	21,5	20,8	20,7	20,1	20,0	20,2	19,8	19,9	18,9	18,6	18,6
Metrópole	11,1	11,2	11,2	11,3	11,4	11,3	11,2	11,2	11,4	11,4	11,6	11,6	11,9
Capital Regional A	5,8	6,0	6,0	6,1	6,2	6,3	6,3	6,4	6,5	6,4	6,5	6,5	6,4
Capital Regional B	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	4,0	4,0	4,1	4,2	4,2
Capital Regional C	7,7	7,7	7,6	7,7	7,6	7,6	7,6	7,7	7,7	7,6	7,7	7,7	7,7
Centro Subregional A	4,5	4,5	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,5	4,6	4,6	4,7	4,8	4,8
Centro Subregional B	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,9	2,9	2,9	2,9	3,0	3,0	3,0
Centro de Zona A	4,5	4,6	4,6	4,6	4,6	4,7	4,7	4,6	4,8	4,8	4,8	4,9	4,9
Centro de Zona B	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,6	4,5	4,6	4,6	4,7	4,7	4,7
Centro Local	24,0	24,0	23,8	24,2	24,3	24,6	24,8	24,5	24,8	24,9	25,2	25,2	25,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>												

Fonte: PIB Municipal/IBGE; REGIC/IBGE. Elaboração dos autores

**TABELA – Brasil: Distribuição do emprego formal, segundo setor de atividade (em %)**

Setor	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agropecuária	4,0	4,1	4,2	3,9	3,9	3,7	3,6	3,5	3,2	3,2	3,1	3,0	3,0	3,1
Extrativa	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Indústria de Transformação	18,2	18,1	18,9	18,5	18,8	18,8	18,5	17,9	17,9	17,5	17,2	16,9	16,5	15,7
SIUP	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Construção Civil	3,9	3,5	3,6	3,7	4,0	4,3	4,9	5,2	5,7	5,9	6,0	5,9	5,7	5,0
Comércio	16,8	17,3	17,8	18,1	18,0	18,2	18,6	18,7	19,0	19,1	19,4	19,4	19,6	19,8
Serviços	32,0	31,7	31,5	31,6	31,9	31,7	31,9	32,1	32,6	33,2	34,1	34,2	34,9	35,7
Administração Pública	23,7	23,7	22,6	22,7	22,0	21,8	21,1	21,3	20,2	19,7	18,8	19,1	18,9	19,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração dos autores.

**TABELA – Região Norte: Distribuição do emprego formal, segundo setor de atividade (em %)**

Setor	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agropecuária	2,5	3,0	3,4	3,3	3,5	3,5	3,4	3,2	3,0	3,2	3,3	3,3	3,4	3,5
Extrativa	0,4	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,9	1,0	1,0	1,0	0,9
Indústria de Transformação	12,9	13,2	14,2	14,0	13,5	13,2	12,2	11,4	11,3	11,3	11,0	10,9	10,6	9,7
SIUP	1,2	1,1	1,1	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0
Construção Civil	4,2	3,5	3,9	3,8	4,2	5,1	5,5	6,2	6,7	6,9	7,4	7,4	7,3	5,9
Comércio	15,8	16,1	16,6	16,8	16,8	16,9	17,2	17,4	17,6	17,8	18,5	18,5	18,9	19,3
Serviços	22,6	22,3	22,0	21,4	21,8	21,6	21,6	21,5	22,0	23,0	24,3	23,7	24,3	24,8
Administração Pública	40,4	40,3	38,3	39,1	38,5	37,9	38,2	38,5	37,6	36,0	33,6	34,3	33,8	34,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração dos autores.

**TABELA – Região Nordeste: Distribuição do emprego formal, segundo setor de atividade (em %)**

Setor	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agropecuária	4,0	4,3	4,2	4,0	3,8	3,5	3,3	3,0	3,0	2,9	2,7	2,7	2,7	2,7
Extrativa	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Indústria de Transformação	13,3	12,9	13,6	13,4	13,6	13,8	13,5	13,3	13,1	12,7	12,6	12,2	11,9	11,5
SIUP	1,3	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0
Construção Civil	4,3	3,8	3,9	4,0	4,3	4,5	5,2	5,8	7,1	7,4	7,4	7,3	6,7	5,6
Comércio	14,7	14,8	15,3	15,5	15,8	16,1	16,4	16,6	17,1	17,5	18,1	18,2	18,5	18,8
Serviços	27,4	26,9	26,7	26,6	26,5	26,5	26,7	26,7	27,2	28,1	29,6	29,9	31,1	31,6
Administração Pública	34,5	35,5	34,6	34,9	34,5	34,0	33,2	32,9	31,1	30,0	28,1	28,3	27,7	28,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração dos autores.

**TABELA – Região Sudeste: Distribuição do emprego formal, segundo setor de atividade (em %)**

Setor	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agropecuária	3,8	3,8	3,8	3,6	3,6	3,4	3,3	3,2	2,8	2,9	2,7	2,7	2,6	2,7
Extrativa	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,6	0,6	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Indústria de Transformação	18,4	18,4	19,2	18,9	19,3	19,2	19,1	18,3	18,4	18,0	17,6	17,3	16,8	16,0
SIUP	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Construção Civil	3,9	3,6	3,6	3,9	4,2	4,5	5,0	5,2	5,5	5,7	5,7	5,7	5,6	5,1
Comércio	17,4	17,9	18,4	18,7	18,6	18,6	19,0	19,1	19,4	19,4	19,6	19,7	19,9	20,1
Serviços	35,9	35,9	35,6	35,8	35,8	35,7	36,3	36,7	37,2	37,7	38,4	38,6	39,3	40,1
Administração Pública	19,1	18,8	17,8	17,5	16,8	17,1	15,8	16,0	15,2	14,8	14,3	14,5	14,3	14,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração dos autores.

**TABELA – Região Sul: Distribuição do emprego formal, segundo setor de atividade (em %)**

Setor	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agropecuária	3,7	3,8	3,8	3,6	3,3	3,2	3,3	3,2	3,0	2,9	2,8	2,7	2,7	2,8
Extrativa	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2
Indústria de Transformação	27,3	27,2	28,1	27,3	27,3	27,8	27,3	26,4	26,6	26,1	25,2	25,4	24,8	23,8
SIUP	1,0	1,0	0,9	1,0	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9
Construção Civil	3,4	3,2	3,1	3,0	3,1	3,4	3,9	4,1	4,6	4,8	4,8	4,7	4,7	4,3
Comércio	17,8	18,4	18,8	19,3	19,2	19,6	20,1	20,2	20,5	20,6	20,8	20,7	20,8	20,9
Serviços	29,0	28,6	28,3	28,8	30,6	30,0	28,9	29,2	29,6	30,1	30,8	31,1	31,8	32,7
Administração Pública	17,6	17,5	16,7	16,7	15,3	14,7	15,2	15,6	14,5	14,3	14,4	14,2	14,1	14,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração dos autores.

**TABELA – Região Centro-Oeste: Distribuição do emprego formal, segundo setor de atividade (em %)**

Setor	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agropecuária	6,2	6,9	7,3	6,8	6,7	6,8	6,7	6,7	6,6	6,5	6,5	6,3	6,3	6,5
Extrativa	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Indústria de Transformação	10,0	10,1	10,5	10,4	11,1	11,7	11,7	11,4	11,4	11,6	11,8	11,6	11,5	11,1
SIUP	1,0	1,0	0,9	0,9	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,7	0,7	0,8	0,8
Construção Civil	3,7	3,4	3,6	3,6	3,7	4,3	4,9	5,0	5,5	5,7	5,9	5,6	5,0	4,3
Comércio	16,1	17,0	17,6	17,5	17,4	17,7	18,2	18,1	18,7	18,7	19,2	18,6	18,7	18,8
Serviços	28,2	28,1	28,3	28,3	28,4	28,1	28,2	28,3	28,8	29,7	30,4	30,4	31,2	32,3
Administração Pública	34,5	33,2	31,4	32,2	31,6	30,4	29,3	29,4	28,0	26,8	25,1	26,4	26,2	25,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração dos autores.

